



Juliana Ferreira Romeiro

Território, Lugar e Resistência: O caso da Pequena Central Hidrelétrica de Santa Rosa I (RJ/MG)

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Orientadora: Prof.^a. Regina Célia de Mattos

Rio de Janeiro
Julho de 2013



Juliana Ferreira Romeiro

**Território, Lugar e Resistência: O caso da
Pequena Central Hidrelétrica de Santa Rosa I
(RJ/MG)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Geografia do Departamento de
Geografia do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Prof.^a Regina Célia de Mattos

Orientadora
Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof. João Rua

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof.^a Ana Maria Lima Daou

Departamento de Geografia – UFRJ

Prof.^a Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2013

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor do orientador.

Juliana Ferreira Romeiro

Graduou-se em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2008, é pós-graduada em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou o mestrado, na linha de pesquisa Espaço e Sustentabilidades, no ano de 2011. É pesquisadora do Observatório Socioambiental de Barragens e desenvolve pesquisa junto ao Movimento de Atingidos por Barragem

Ficha Catalográfica

Romeiro, Juliana Ferreira

Território, lugar e resistência: o caso da pequena central hidrelétrica de Santa Rosa I (RJ/MG) / Juliana Ferreira Romeiro ; orientador: Regina Célia de Mattos. – 2013.

139 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2013.

Inclui bibliografia

CDD: 910

Para minha família, amigos e a todos que estiveram em defesa do Rio Preto, com todo carinho.

Agradecimentos

A PUC-Rio, pela oportunidade.

A minha orientadora, Regina Célia de Mattos, por toda compreensão, parceria e por contribuir imensamente na minha formação. Aos demais professores do Departamento de Geografia: Augusto César, Rogério Ribeiro e Rita Montezuma pela receptividade.

Aos integrantes da banca: professor João Rua, pelas aulas e pela contribuição na elaboração deste trabalho, e a Ana Daou, professora que marcou minha formação na UFRJ por todo carinho.

Aos funcionários do Departamento de Geografia, em especial a Márcia Coutinho pelo carinho.

A equipe do laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em especial ao professor Carlos Vainer, a Flávia Braga Vieira e a nossa equipe: Alexandra Martins, Jully Suarez, Márcio Cabezas e a Monik Ximenes.

A querida amiga Raquel de Lucena, pela elaboração dos mapas e por ser um dos grandes presentes que a Geografia me deu.

A Associação de Moradores de Porto das Flores, por colaborar imensamente com essa pesquisa, em especial a Annibal Afonso, que se tornou um grande amigo durante esta jornada.

Aos amigos da turma 2011, Alan Pacífico, Luiz Azevedo e Rafael Nunes e em especial a querida Ana Hardman por compartilhar as angústias e alegrias durante o mestrado.

Aos amigos paracambienses com um pedido de desculpa pela ausência durante todos esses meses.

Aos meus alunos, por me ensinarem todos os dias a importância da Geografia.

A minha família, em especial a minha irmã, Julieta por ser parte fundamental deste trabalho nas palavras de incentivo e inúmeras trocas.

Resumo

Romeiro, Juliana Ferreira; Mattos, Regina Célia de. **Território, lugar e resistência: o caso da pequena central hidrelétrica de Santa Rosa I (RJ/MG)**. Rio de Janeiro, 2013. 139p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os movimentos sociais não são um campo novo de estudo na Geografia e nas Ciências Sociais, mas atualmente, tem-se revelado uma importante área para a interpretação das mudanças sociais. Comunidades ribeirinhas, indígenas, camponeses, quilombolas e comunidades tradicionais são exemplos de grupos que buscam através de diversas formas de organização a legitimação de seus direitos promovendo assim novas estratégias e práticas de luta. Outro grupo inserido nesse contexto são as populações que se articulam contra a construção de barragens e tentam assegurar seus modos de vida. Esses movimentos se colocam em oposição a políticas de apropriação do território que o interpretam apenas como fontes de recursos e, não em sua multiplicidade de sentidos, tais como seus valores simbólicos e culturais. Nessas disputas territoriais, os movimentos sociais que se estabelecem contra barragens passam a ter no lugar e no território sés pilares, atribuindo-lhes novos significados e os relacionando à produção de identidades individuais e coletivas. Desta forma, o objetivo central do presente trabalho é analisar como se constituiu a organização e mobilização do movimento territorial que atuou contra a construção da Pequena Central Hidrelétrica Santa Rosa I obra prevista para ser instalada no Rio Preto na divisa dos municípios de Belmiro Braga e Rio das Flores, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro respectivamente. A pesquisa busca analisar em que medida as articulações feitas entre diversos agentes (Associação de Moradores, Organizações Não Governamentais, Comitês de Bacia e Ministério Público) e em diferentes escalas foram importantes para que o projeto da obra não fosse concretizado até o momento. Além do apoio bibliográfico, foram realizadas entrevistas com os agentes envolvidos assim como a análise de documentos elaborados durante o processo de licenciamento da barragem.

Palavras-chave

Território; lugar; conflitos territoriais; barragens.

Abstract

Romeiro, Juliana Ferreira; Mattos, Regina Célia de. (Advisor). **Territory, Place and Resistance: The Santa Rosa I Hydroelectric Power case (RJ/MG)**. Rio de Janeiro, 2013. 139p. MSc. Dissertation – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Social movements are not a new field of study in Geography and the social sciences, but currently, it has proved an important area for the interpretation of social change. River communities, indigenous, peasants, quilombolas and traditional communities are examples of groups seeking through various forms of organization the legitimacy of their rights thus promoting new strategies and practices. Another group entered in this context are the populations that articulate against the construction of dams to try to secure their livelihoods. These movements place themselves in opposition to political appropriation of the territory who interpret only as sources, and not in multiplicity of meanings, such as their symbolic and cultural values. These territorial disputes, social movements against dams that are established shall be in place and its territory pillars, giving them new meanings and relating to the production of individual and collective identities. The central aim of this paper is to analyze how to set up the organization and mobilization of territorial movement that against the construction of small hydroelectric Santa Rosa I work expected to be installed in the Black River on the border of the cities of Braga and Rio Belmiro Flores, in the states of Minas Gerais and Rio de Janeiro respectively. The research aims to analyze to what extent the articulations between different actors (Association of Residents, Non-Governmental Organizations and Local Committees) and at different scales were important to the project not been implemented until now. In addition to the bibliographic, interviews with those involved as well as analysis of documents produced during the process of licensing the dam were performed.

Keywords

Territory; place; conflicts; dams.

Sumário

1. Introdução	15
2. Conflitos e Barragens: Reflexões sobre Espaço, Lugar e Território	25
2.1. Espaço, Lugar, Território e Barragem: Um campo de conflito	26
2.2. Lugar e Território: Novas concepções a partir dos movimentos contra barragens	36
2.3. Conflitos, Movimentos Sociais Contra Barragens e Escalas	44
3. Barragens e Conflitos na Bacia do Rio Paraíba do Sul	49
3.1. A Bacia do Paraíba do Sul: Localização e Características	50
3.2. Múltiplos Usos dos Recursos Naturais do Vale do Paraíba do Sul	54
3.3. Conflitos e Barragens no Vale do Paraíba: O caso da Usina Hidrelétrica de Simplício (RJ/MG)	67
3.4. Conflitos e Barragens no Vale do Paraíba: O caso da Usina Hidrelétrica de Itaocara (RJ)	72
4. Território, Lugar e Resistência: O caso da PCH Santa Rosa I (RJ/MG)	79
4.1. O Vale do Rio Preto Características e Ocupação	80
4.2. Barragens e Conflitos no Vale do Rio Preto	83
4.3. PCH Santa Rosa I: A formação da resistência	89
4.4. As Disputas Territoriais no Caso de Santa Rosa I	95
4.4.1. Transformações no Meio Físico Biótico	100
4.4.2. Patrimônio Histórico- Cultural	102
4.5. PCH Santa Rosa I: A atuação da resistência	108
5. Considerações Finais	116
6. Referências Bibliográficas	122
Anexos	127

Lista de Figuras

Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul 50

Figura 2: Representação do Sistema Light- Guandu 60

Lista de tabelas

Tabela 1: Principais Usos dos Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul 59

Tabela 2: Usinas Hidrelétricas em Operação na Bacia do Rio Paraíba do Sul 64

Lista de gráficos

Gráfico 1: Custo da produção de energia elétrica no Brasil

16

Lista de Fotos

Foto 1: Corredeiras do Rio Preto- Município de Rio das Flores (RJ)	83
Foto 2: Vila de Fumaça- Município de Resende (RJ)	84
Foto 3: Cachoeira da Fumaça – Município de Resende (RJ)	85
Foto 4: Fazenda São Joaquim- Porto das Flores- Município de Belmiro Braga (MG)	103
Foto 5: Sede da Fazenda São Joaquim- Porto das Flores- Município de Belmiro Braga (MG)	104
Foto 6: Corredeiras do Rio Preto- Local a ser inundado pelo reservatório da PCH Santa Rosa I.	105
Foto 7: Pescadores em Procissão no Rio Preto	106
Foto 8: Procissão de Nossa Senhora Aparecida no distrito de Porto das Flores- Belmiro Braga (MG)	110

Lista de Mapas

Mapa 1: Divisão em Áreas da Bacia do Rio Paraíba do Sul	53
Mapa 2: Hidrelétricas na Bacia do Rio Paraíba do Sul	66
Mapa 3: Municípios Atingidos Pela UHE Simplício	67
Mapa 4: Municípios Atingidos Pela UHE Itaocara	73
Mapa 5: Mudanças no projeto da UHE Itaocara	76
Mapa 6: Bacia Hidrográfica do Rio Preto	81
Mapa 7: Municípios Atingidos Pela UHE Santa Rosa I	87
Mapa 8: Localização da PCH Santa Rosa I	88

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”

Milton Santos

1. Introdução

A política energética brasileira pauta-se na grande disponibilidade de rios para a geração de energia. A construção de hidrelétricas expandiu-se durante a década de 1960 e tornaram-se símbolos do desenvolvimento e modernidade propostos pela ditadura militar. A visão da ideologia desenvolvimentista deste período, propunha um modelo econômico que visava acelerar o crescimento baseando-se na modernização, industrialização e urbanização como força capaz de acabar com as relações arcaicas no país.

Algumas grandes usinas hidrelétricas como as de Itaipu, Sobradinho e Tucuruí¹ foram construídas neste período e estão relacionadas a crescente demanda de energia devido à instalação de plantas industriais eletrointensivas, uma notável expansão demográfica e um rápido crescimento da taxa de urbanização. O Estado tornou-se o principal promotor da construção de grandes barragens, e para isso recorria muitas vezes a financiamento de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, as hidrelétricas eram tidas como uma fonte limpa, barata e renovável de produção de energia, consolidando no país um parque energético baseado na hidroeletricidade.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o país possui 173 hidrelétricas e 392 pequenas centrais hidrelétricas de onde provém aproximadamente 83% da eletricidade produzida. Os demais 17%, são oriundos de outras fontes como as usinas term nucleares, as térmicas a movidas à gás natural ou óleo diesel, biomassa (principalmente bagaço da cana-de-açúcar), solar e eólica. Os dados da ANEEL do ano de 2008 mostram que o Brasil possui uma capacidade instalada de 104.816 megawatts (MW) nas usinas em operação e, o segundo país no mundo que mais consome energia hídrica, tendo apenas a China a sua frente.

¹ As três hidrelétricas começaram a ser construídas respectivamente em 1975, 1973 e 1974.

A grande quantidade de recursos hídricos que existem no país diminuem os custos de produção de hidreletricidade, o gráfico abaixo mostra que a produção de energia elétrica obtidas com centrais hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas chega a ser até quatro vezes mais barata do que o de energia térmica obtida com óleo diesel, e que só possui custo mais elevado do que a energia obtida com a queima do bagaço de cana de açúcar.

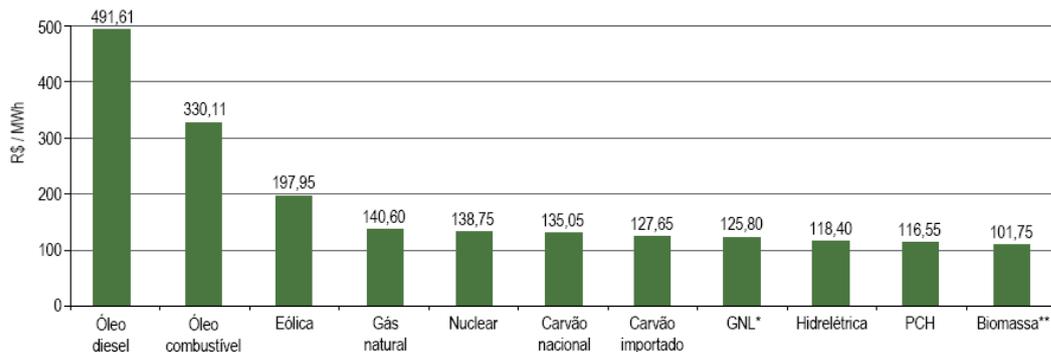


Gráfico 1: Custo da produção de energia elétrica no Brasil

Fonte: Atlas da Energia Elétrica no Brasil

Apesar dos baixos custos, a construção de hidrelétricas desencadeia uma série de impactos e transformações em escalas locais e regionais que foram sendo denunciadas por populações atingidas, movimentos sociais, ambientalistas e pesquisadores nos últimos anos. Muitos trabalhos acadêmicos destacam a série de transformações que ocorrem em decorrência da instalação de barragens em escalas locais e regionais. Pode-se destacar a necessidade de uma reordenação territorial, o que inclui a necessidade de deslocamento compulsório das populações locais, uma vez que os locais ocupados por elas serão convertidos em lagos artificiais ou reservatórios, além disso, a apropriação de seu entorno para diferentes atividades necessárias ao funcionamento do empreendimento, a perda de florestas e áreas agricultáveis, a destruição de habitat natural para uma série de espécies, a mudança no regime de sedimento dos rios; intensificação de tremores e abalos sísmicos próximos às represas e mudanças no comportamento físico-químico da água dos rios. Há as inúmeras perdas culturais, como a inundação de locais sagrados, a perda de tradições devido à fragmentação das comunidades, de laços de vizinhança e da mudança nas paisagens, por exemplo.

Por isso, movimentos sociais de resistência à instalação dessas obras têm sido registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes que reúnem diversos agentes sociais em torno desta problemática. As questões são tão graves que o Banco Mundial, um dos principais financiadores da construção de barragens em todo o mundo, constituiu uma comissão especial para estudar os impactos e efeitos das barragens. A Comissão Mundial de Barragens (WCD)² foi reunida em 1997/2000 apresentando seu relatório final reunindo diversas experiências de diferentes países. O relatório enumerou algumas transformações decorrentes dos projetos hidrelétricos, dando ênfase aqueles que permanecem após sua construção. São algumas delas: a ruptura, o empobrecimento e o trauma vivido pelas populações reassentadas, a proliferação de doenças tanto causadas pelos impactos físicos, quanto aquelas causadas pelo grande fluxo migratório de trabalhadores da construção civil (dentre estas doenças estão a tuberculose, leishmaniose, sífilis e AIDS) e o comprometimento dos recursos hídricos e ecossistemas afetados.

A WCD relatou também que, dentre as populações afetadas estão as mulheres que arcam desproporcionalmente com os custos destas transformações. A análise de alguns casos, como o da hidrelétrica de Tucuruí, comprovaram, segundo Viana (2003, p. 53) “que as mulheres são as que mais sofrem com a ruptura da vida social causada pelo reassentamento”. Outro aspecto importante do relatório da WCD diz respeito à perda negativa do patrimônio cultural e histórico das comunidades afetadas, tais como: templos, elementos sagrados e sítios arqueológicos, além das mudanças bruscas na paisagem natural.

No Brasil foi apenas durante a década de 1980, com o processo de redemocratização e o fortalecimento de organizações que apoiavam os movimentos populares, que surgem movimentos mais expressivos de denúncia dos impactos negativos advindos da construção das grandes usinas. Eles eram como um reflexo importante das mudanças que ocorriam no país e mesmo que ainda estivessem fragmentados em diversas regiões,

² A sigla WCD é proveniente do nome da comissão em inglês: World Commission on Damns.

demonstravam que a construção dessas obras desencadeiam processos de transformação socioambientais de extrema complexidade. É também na década de 1980 que importantes organismos internacionais que financiavam a construção de barragens como o FMI e BID, passam a fazer exigências relacionadas às questões socioeconômicas que envolviam as obras. Segundo Vainer (2008), essas questões fizeram com que o setor elétrico brasileiro incorporasse progressivamente questões sociais e ambientais em sua agenda.

A primeira mudança significativa desse período foi a resolução 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que regulamentou a obrigatoriedade da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)³ para grandes obras, tais como hidrelétricas. Um ano depois o CONAMA estabeleceu também regras para o licenciamento ambiental que é composto por três momentos distintos. O primeiro deles refere-se a emissão de uma *licença prévia*, onde o empreendedor deve elaborar através de pesquisa a documentação referente aos impactos e transformações da obra. Após apresentado esses documentos, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, o órgão ambiental responsável pela obra deve emitir a *licença de instalação* que autoriza o início das obras de acordo com as especificações de controle ambiental e por último, após o término da obra, o empreendedor deve solicitar a *licença de operação* que autoriza a entrada em operação das atividades ou do empreendimento. Em todas as etapas são verificadas o cumprimento de condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental.

Como visto, começaram a emergir a partir de então importantes transformações que consolidaram um aparato institucional e técnico-operacional que deveriam exigir às empresas do setor elétrico, em sua maior parte públicas, uma série de exigências legais. A Eletrobrás, por exemplo, criou seu Departamento de Meio Ambiente. De acordo com Vainer (2008) essa evolução refletia a democratização política em curso, e também o interesse de diferentes segmentos da população em ter controle sobre a política e empresas estatais. Para atender a demanda por maior participação

³ O Relatório de Impacto Ambiental é uma simplificação do Estudo de Impacto Ambiental e sua linguagem deve ser menos técnica e de fácil compreensão.

política, foram também regulamentados através da Lei número 7.663 de 1991 os Comitês de Bacia. Os Comitês são fóruns de debate constituídos por novos agentes que passaram a atuar diretamente na tomada de decisão sobre as questões relacionadas ao uso da água nas bacias hidrográficas. São formados por usuários dos recursos hídricos, governos locais e regionais e, representantes da sociedade civil.

A maior participação da sociedade nas decisões políticas resultou de acordo com Vainer (2008), em uma rápida qualificação política-técnica de organizações populares e organizações não governamentais que divulgavam os problemas decorrentes da instalação das grandes barragens. Assim, o período marca a inserção do debate referente às transformações ambientais e sociais decorrentes da construção das hidrelétricas. Mas, apesar de alguns avanços legais não houve efetivamente uma mudança no tratamento das questões sociais nos processos de planejamento e construção das grandes obras. Vainer (2008), explica que os poucos progressos ocorriam por pressões externas e na maior parte das vezes de forma defensiva e tímida. Entretanto, este foi um período de intenso debate e de legitimação da luta de populações atingidas por barragens, tendo por exemplo se consolidado o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A reestruturação do setor elétrico a partir da segunda metade da década de 1990 veio a interromper os poucos avanços referentes às questões sociais e ambientais que haviam ocorridos até então. A privatização de empresas de geração e distribuição de energia favoreceu, segundo Vainer (2008, p. 51) *“os grupos privados e transformou o papel do Estado, que deixou de ser o promotor da construção e operação das barragens e passou a atuar apenas em sua regulação”*.

Com o novo modelo de gestão, onde o estado não atua diretamente na construção das obras, as etapas do licenciamento ambiental que muitas vezes funcionavam como espaço de debate entre população e empresas, fica subvertido aos interesses das empresas concessionárias e tornam-se apenas etapas formais para cumprir com as exigências legais. Além disso, não ficam claras quais são as atribuições das agências reguladoras, dos órgãos

ambientais e das empresas, o que passa a limitar ainda mais a participação de grupos da sociedade civil nos processos de decisão, tanto aqueles de longo prazo ou associados à implementação de um projeto específico.

Além das privatizações, outra mudança significativa que ocorre no setor elétrico brasileiro a partir da década de 1990 foi a propagação de pequenas centrais hidrelétricas. Isso porque, muitas das hidrelétricas inventariadas na ditadura e, assim como outras obras desse período, envolviam grande magnitude de investimentos, capital e força de trabalho. Entretanto, com as privatizações surge de acordo com Rothman (2008) uma onda nova e maior de projetos de barragens classificados como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

De acordo com o autor, a difusão das PCHs relaciona-se a dois objetivos. O primeiro e mais explícito é a simplificação das exigências dos processos de licenciamento ambiental, já que apesar de ser obrigatório o licenciamento, este torna-se menos exigente com pequenas barragens. O segundo foi a despolitização dos processos de construção das hidrelétricas, já que as novas barragens provocariam menos impactos e conseqüentemente, também menos conflitos e resistência organizada.

Apesar das PCHs serem alternativas energéticas aos grandes reservatórios, a própria definição delas gera uma série de controvérsias. A primeira delas é sobre o próprio tamanho, já que há grande imprecisão ao distinguir o que é grande e o que é pequeno em relação às barragens. Viana (2003) explica que a oposição entre grande *versus* pequena barragem está longe de ser simples, até mesmo pela imprecisão encontrada ao distinguir tais conceitos. A WCD define como grandes barragens aquelas que possuem altura igual ou superior a quinze metros. Já na indústria barrageira observa-se outros critérios de classificação: comprimento igual ou superior a 150 metros, volume maior do que 15 milhões de metros cúbicos, capacidade de armazenamento do reservatório igual ou superior a 25 quilômetros cúbicos e capacidade de geração de energia elétrica superior a 1.000 Megawatts.

No Brasil a ANEEL define as PCHs como as usinas que possuem potência instalada entre 1 e 30 megawatts e a área inundada ter até 3 km². Também é previsto que para alguns empreendimentos a área máxima inundada poderá ser maior devido a especificidades regionais. Apesar do comprimento da barragem ser um critério comumente aceito para a definição do que é uma pequena ou grande barragem, ele não é de acordo com Viana (2003) um guia confiável, pois, as transformações decorrentes da instalação de uma barragem possuem diferentes variáveis. Viana (2003) citando Mccully (1996), explica que a localização geográfica, por exemplo, é um desses fatores. Para o autor:

“Uma barragem de 100 metros localizada em um vale profundo pode inundar uma área menor e conseqüentemente deslocar menos pessoas e gerar menores impactos no rio do que uma barragem de 15 metros em uma região densamente habitada”. (MCCULLY, 1996, p. 24 apud VIANA, 2003, p. 20).

Neves (2007), explica que para atrair os investimentos privados muitas vezes interpretou-se erradamente que a problemática ambiental desses projetos poderiam ser facilmente equacionadas, tendo em vista, que a área de seus reservatórios e seus impactos teriam escalas menores do que de usinas com potência mais elevadas. Para a autora, as diferentes instituições que estão envolvidas no processo de construção dos empreendimentos possuem pontos de vista divergentes sobre o licenciamento ambiental, assim como, pelas próprias transformações que serão decorrentes de sua instalação. Por isso, a diminuição no tamanho dos reservatórios não foi suficiente para conter movimentos sociais contra barragens, e assim promovem novas estratégias e práticas com objetivo de assegurar seus modos de vida.

Esses movimentos sociais, que se formam como a ameaça da construção do empreendimento, passam a ter no espaço, no lugar e no território seus pilares, atribuindo-lhes novos significados e relacionando-os a produção de identidades individuais e coletivas. No Brasil, há uma vasta bibliografia tanto na Geografia, Antropologia e Ciências Sociais que foi desenvolvida nos últimos anos, preocupada em compreender a relação que movimentos, tais como os que se articulam contra as barragens, possuem com o espaço, já que muitos deles são organizados em defesa dos inúmeros

significados simbólicos e culturais que o envolvem. Os movimentos sociais contra barragens são exemplos de organizações que vão contra a penetração de valores e perspectivas modernas sobre o território e o lugar. Enfatizando seus valores tradicionais, culturais e simbólicos contra uma lógica mercadológica que tem nos recursos naturais o pilar de projetos de desenvolvimento marcados pela apropriação técnica do espaço.

Como visto, as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil a partir dos anos de 1980, causaram impactos importantes na organização e reconhecimento dos direitos desses grupos. E, apesar da fragmentação de muitas resistências decorrentes das privatizações e da propagação de que as PCHs trariam impactos reduzidos, é comum que a implementação de projetos hidrelétricos de pequeno porte encontrem oposição a sua instalação nas comunidades locais. Entretanto, as justificativas dos poucos impactos, dos baixos custos de produção e da crescente demanda de energia, fazem com que essas resistências muitas vezes não consigam impedir a construção da barragem.

É preciso assinalar que a atuação desses grupos que se articulam contra a construção de barragens, não apenas PCHs, não ocorre de forma homogênea e linear, e apesar da abrangência de suas articulações podem tomar, não existe um padrão que explique de que forma cada um deles se organiza em defesa de seus interesses. Esse fato é decorrência de uma série de fatores, como por exemplo a capacidade dos grupos de se articular com outros agentes, que geram processos distintos e por vezes contraditórios.

Um caso emblemático pode ser resgatado quando trata-se da organização contra PCHs, refere-se ao vale do rio Preto, região localizada na bacia do rio Paraíba do Sul, que corta os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Era prevista a construção de cinco hidrelétricas no rio Preto e quando anunciada a obra da primeira delas, Santa Rosa I, ocorreram diversas articulações entre agentes distintos buscando impedir a construção do empreendimento. Contrário a outras articulações que já ocorreram na região, em duas diferentes iniciativas a construção da PCH foi suspensa. A

questão que se coloca e guia esse trabalho é: qual foi a relação entre o movimento estabelecido e a suspensão da obra?

Buscando compreender algumas das inúmeras questões que envolvem esse questionamento esta dissertação tem como objeto a luta territorial contra a PCH Santa Rosa I e, seu objetivo principal é analisar como ocorre a organização e mobilização dos movimentos que se estabelecem contra essas obras, assim como, a importância das articulações em redes com outros agentes e em que escalas ultrapassam os limites do local tornam-se fundamentais a legitimação de seus direitos. A intenção é compreender se a atuação deste movimento, que possui uma leitura própria do lugar e do território, constituiu-se efetivamente como ponto fundamental para o impedimento da construção da PCH. Além disso, o trabalho busca explorar os mecanismos engendrados nos movimentos contra barragens que configuram percepções distintas sobre o espaço daquelas dos planejadores dos projetos e, conseqüentemente tornam este um campo de conflito territorial.

Para tanto, esta pesquisa utilizou como metodologia a revisão bibliográfica sobre o tema, entrevista com três representantes das instituições envolvidas no movimento que se configurou contra a PCH Santa Rosa I e a análise dos documentos elaborados por esses agentes.

A dissertação organiza-se em três capítulos em que se discute os mecanismos criados pelos movimentos sociais contra barragens, que buscam interpretações próprias do espaço, lugar e território.

O primeiro capítulo discutirá como o surgimento destes movimentos sociais, relacionam-se também a novas “leituras” sobre o espaço. Isto por que, o espaço e suas múltiplas dimensões, pode ser apropriado de diversas maneiras. Busca-se então, compreender como as transformações advindas do surgimento desses novos atores sociais reafirmam não só essas múltiplas dimensões do espaço, mas também como reafirmam outras “leituras” sobre o lugar e o território.

No segundo capítulo, apresenta-se os caminhos percorridos durante a pesquisa de campo com movimento contra a barragem de Santa Rosa I. Destaca-se, não apenas, as características geográficas que proporcionaram que essa fosse uma região de diversos aproveitamentos hidrelétricos, mas também o seu histórico socioeconômico, que marca imensamente a paisagem da região e também outros conflitos que estabelecidos contra a construção de hidrelétricas na bacia hidrográfica onde está inserido o rio Preto, a bacia do Paraíba do Sul.

No último capítulo, voltado para a análise dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo, que envolveu entrevista com representantes das instituições envolvidas no processo e de diversos documentos analisados como Estudos de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, pareceres tanto da comunidade local, ONGs etc, serão identificados os diferentes agentes que fizeram parte do movimento contra a PCH Santa Rosa I, como o conflito territorial desencadeou-se, tomando como eixo central a preservação do lugar e uma visão própria sobre aquele território e, de que forma a articulação de diversos agentes em escalas distintas impediu a construção desta barragem. O objetivo é verificar, a partir da interpretação desses pontos, como um movimento local atingiu escalas regionais e, configurou não apenas um movimento contra uma barragem específica, mas a favor da preservação de toda a bacia, onde eram previstas a construção de mais cinco projetos hidrelétricos.

Por fim, as considerações finais apontam que, apesar de não ser comum, movimentos que se articulam contra barragens podem conseguir impedir a instalação desses empreendimentos através da articulação e da organização com outros agentes, promovendo assim novos valores, identidades e trajetórias neste campo de conflito.

2. **Conflitos e Barragens: Reflexões sobre Espaço, Lugar e Território**

Os debates sobre os conflitos decorrentes da instalação de barragens trazem para a Geografia importantes reflexões acerca de temas tradicionais do pensamento geográfico, como as questões relativas ao espaço, ao lugar e ao território. Esses temas acabam ganhando destaque e trazem novas problemáticas diante de contextos sociais em constante disputa territorial, política, econômica, social e identitária.

A ocorrência de tais fatos se deve inicialmente aos modelos de desenvolvimento adotados pela sociedade ocidental, estes, pautados no crescimento econômico possuem formas próprias de apropriação do espaço, visto como sua base material. O que se observa neste modelo é uma intensa exploração dos recursos naturais, que podem, entretanto, possuir significados diversos. Essas apropriações, de um lado técnica-material e por outro simbólica e cultural, acabam gerando divergência das interpretações que são feitas sobre os lugares e territórios.

Assim, como forma analisar a relevância do espaço, do lugar e do território na interpretação geográfica sobre os conflitos sociais decorrentes da construção de barragens, este capítulo tem por objetivo destacar os principais debates acerca destes conceitos, enfatizando sua importância na construção do discurso dos movimentos sociais envolvidos na luta contra as barragens.

O capítulo se estrutura em três partes, sendo a primeira delas uma análise de como os conceitos de espaço, território e lugar relacionam-se aos conflitos estabelecidos contra a instalação de barragens. Possui como principais interlocutores: Lefebvre (2008), Santos (2009), Haesbaert (2004) e Vainer (2007/1996). Em seguida, será analisado como os movimentos sociais contra barragens apropriam-se destes conceitos, tendo como principais referências Rothman (2008), Mançano (2005), Escobar (1993) e Oslender (2002). Por último, busca-se compreender a importância da atuação em diferentes escalas dos movimentos contra barragens através da leitura de Vainer (2006), González (2005) e Warren e Reis (2008).

2.1.

Espaço, Lugar, Território e Barragens: Um Campo de Conflito

O espaço, em suas múltiplas dimensões, pode ser percebido e apropriado de diferentes modos, e por isso, torna-se um sítio constante de interação e luta, dominação e resistência. A apropriação do espaço é ao mesmo tempo material e ideológica e promove diversas significações sobre os lugar e território. Esses significados, por conseguinte, assumem caráter variado de acordo com os agentes e instituições sociais que os articulam, e podem promover aproximações e divergências entre eles. Nesta pesquisa, verificamos que os movimentos sociais recorrem aos discursos sobre espaço, território e lugar como forma de balizarem e fundamentarem suas lutas em defesa de suas territorialidades, o que promove assim novas percepções sobre esses conceitos fundamentais à ciência geográfica.

Para muitos movimentos sociais, tais como os que se articulam contra barragens, o espaço material- físico está no centro de suas atividades uma vez que esses grupos se articulam por uma interpretação e representação própria dele. Por possuir múltiplos significados, o conceito de espaço é apropriado por diversas vertentes do pensamento ou pelo senso comum. No entanto, este é um conceito que envolve grande complexidade e para a Geografia pode ser compreendido, como afirma Lefebvre (2008), como uma dimensão da realidade. Para o autor, a materialização da existência e das atividades humanas se dão no espaço, que passa a ter assim a denominação de “espaço social”.

Lefebvre (2008) explica que o conceito de espaço surge no meio científico na década de 1970, relacionando-se a diversos fenômenos, que iam do “espaço cósmico” até o “espaço musical”. As áreas que se apropriaram deste conceito acabavam por fragmentá-lo de acordo com definições simplificadas, relacionando-o muitas vezes ao meio físico-natural, e considerando pouco as relações sociais constituídas nele. A simplificação do espaço com meio físico-material pode ser percebida, por exemplo, no planejamento de grandes obras, tais como barragens. Nestes casos, o espaço é relacionado como meio físico e os estudos ambientais que precedem a obra

dedicam seu maior esforço na descrição da vegetação, geologia, hidrologia e clima, não considerando as interações da sociedade com essas características.

Entretanto, como explica Lefebvre (2008), desde a década de 1970 é um grande desafio desde então compreender que o espaço não pode ser reconhecido como um fato exclusivo da natureza, mas sim, como resultado das práticas sociais em sua relação entre os agentes e o meio que o cercam. Neste período, os poucos trabalhos em que o “espaço social” era tomado como ponto relevante nas análises, seu conceito acabava tendo um alcance indeterminado e incapaz de dar conta da sua importância e amplitude. O entendimento do espaço enquanto “produto social”, exigia um aprofundamento da própria noção de “produção” e de “produto” para além da compreensão marxista deste assunto. Como explica o Lefebvre (2008), o espaço não poderia mais ser visto apenas enquanto resultado de um processo de mudança econômica, mas como componente de uma relação dialética, em que ele possui influência direta na própria produção, como na organização do trabalho produtivo, dos transportes, fluxos de matéria prima e energias, e nas redes de distribuição de produtos.

De acordo com Lefebvre (2008), a tradição marxista considerava o espaço social enquanto uma superestrutura, resultante de forças produtivas, da divisão do trabalho e das relações com a propriedade. Entretanto, para o autor, as relações que se estabelecem sobre e a partir do espaço escapam à classificação “base-estrutura-superestrutura.” Isso porque o espaço aparece e se forma em diferentes níveis e a partir de diferentes práticas, que não se restringem à produção, uma vez que não é rígido, e pode ora estar ligado ao trabalho e às relações de dominação, ora estar voltado para o funcionamento das superestruturas, numa conexão entre as forças produtivas e as relações de produção.

A possibilidade de compreensão do espaço como um elemento da vida social que se transforma e muda de acordo com a história e a sociedade, também é destacada por Mançano (2005). Para o autor, uma das características que desafiam aqueles que vivem e os que pretendem compreender o espaço, é entender que ele é, ao mesmo tempo,

multidimensional, já que é no espaço que se colocam inúmeras relações sociais, políticas, econômicas, culturais e pluriescalar, pois são diversas as escalas de atuação política que ocorrem sobre o espaço, bem como resultante de um intenso processo de conflituosidade e interação, moldado a partir de relações sociais que muitas vezes o fragmenta e o altera. Sendo assim, o espaço geográfico é construído a partir das relações sociais, do movimento da vida, da natureza e da artificialidade, na medida em que sua constituição leva em conta os elementos da natureza e também as dimensões sociais.

Assim como Lefebvre, Mançano entende o espaço como produto das relações entre os múltiplos elementos que compõem a vida social, com os indivíduos, a cultura, a política e a economia. Para o autor mencionado, o espaço é produto das relações sociais diversas, que ao mesmo tempo que se renova e se transforma acaba sendo resultado dessa multidimensionalidade. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos também dessa multidimensionalidade.

Milton Santos (2009), assim como os autores citados, incorpora em suas análises a complexidade que envolve a definição do conceito de espaço. De acordo com Santos (2009, p. 41), “o espaço é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Essa definição toma o espaço geográfico como o local onde acontecem todos os tipos de relações, sejam elas de natureza produtiva, ou sociais.

A compreensão do espaço para Santos (2009) enfatiza a importância do “sistema de objetos técnicos” que o compõem. Para o autor os “objetos técnicos”, como as hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, estradas etc., figuram como elementos responsáveis pela substituição da natureza artificial e tendem a funcionar como máquinas gerando conteúdo técnico ao espaço.

Para Santos (2009), a presença das técnicas no espaço é uma questão central para se compreender a apropriação do território e as relações sociais, e que mesmo assim, elas foram muitas vezes negligenciadas pela Geografia. De acordo com o autor, as técnicas possuem grande eficácia no modelamento

e transformação da paisagem, o que é denominado por ele como “eficácia paisagística”⁴, ou seja, é o que permite compreender a potência de ação das técnicas sobre as paisagens. No caso das hidrelétricas, por exemplo, percebe-se que há uma grande transformação e controle da paisagem por meio do objeto técnico, tendo em vista as inúmeras transformações que se dão, não apenas pela construção da barragem, mas também pelo enchimento do reservatório, desvio do rio, deslocamento de população, construção de novas estradas, sedes municipais etc.

Entretanto, as transformações decorrentes da apropriação técnica do espaço vão além daquelas transformações nas paisagens. Acselrad (2004) explica que as transformações que as técnicas fazem sobre um meio biofísico são integrantes das formas sociais e culturais que a sociedade faz do espaço. E que, essas transformações são também uma forma de projetar um mundo cheio de significados, como por exemplo, construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios e etc. São os agentes sociais que irão determinar suas lógicas de apropriação do meio, através de objetos que transformam o espaço, e através das ações destes agentes que serão determinados os objetos implementados no espaço.

Entretanto, apesar de mais diretas, as formas técnicas, tais como os objetos, não são as únicas formas com que as sociedades produzem sua existência. Existem também distintas formas de apropriação do mundo material através de formas sociais e culturais. O que torna assim o espaço não apenas um meio físico, mas também repleto de significados distintos que dizem respeito ao fato dele ser resultado das inúmeras relações sociais.

Santos (2009), destaca ainda que o espaço não deve ser considerado apenas através da técnica, mas sim como um composto de formas e conteúdos que vão interferir no lugar e em diferentes grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas que, por conseguinte, resultará um território diversificado no que tange a sua constituição material. Acselrad (2004)

⁴ Apesar das técnicas serem estudadas por diversas disciplinas, a análise geográfica não deve ser separada do estudo da paisagem. Neste contexto cabe a Geografia analisar o grau de eficácia das técnicas, como o próprio autor chama a atenção: a agressividade paisagística, controle de largos espaços ao longo do tempo, ou o controle do homem sobre uma grande extensão.

explica que essa apropriação do mundo material através das formas técnicas são, na verdade, dimensões fundamentais do modelo de desenvolvimento economicista e, que por isso, exprimem diversos padrões de desigualdades. Uma dessas desigualdades é a forma com que se interpreta os recursos ambientais, formas culturais, valores e racionalidades.

A instalação de barragens gera conflitos territoriais por envolver interpretações distintas dos recursos naturais, assim como de seus valores. Os agentes empreendedores interpretam o rio como um recurso material que pode através de um objeto técnico, transformar a paisagem, assim como atender as demandas do modelo de desenvolvimento que tem em sua base a intensa utilização de energia. O choque se dá, pois a população e demais movimentos sociais (de caráter de preservação do patrimônio, ambientalista etc) interpretam o rio como um símbolo de um modelo de vida específico, que além de ser um recurso econômico, é repleto de significados culturais e simbólicos.

As diferentes materializações e significados do espaço, como observadas na construção de barragens, representam de acordo com Mançano (2005) sua dimensão territorial. Elas refletem as diferentes percepções e apropriações do espaço que ocorrem simultaneamente e refletem uma dicotomia entre uma percepção material *versus* ideal relacionada ao espaço.

Essa dicotomia é refletida nas diferentes representações que podem ser encontradas quando o termo território é utilizado. As interpretações materialistas acabaram influenciando fortemente a concepção de território enquanto espaço físico constituído de relações de poder. Já as idealistas, relacionam-se ao caráter simbólico do território, onde são desenvolvidas relações sociais que constituem identidades.

A origem etimológica do termo “território” demonstra a grande influência material que o envolve. A palavra relaciona-se à “terra”, ou seja, ao espaço físico propriamente dito. Assim, quando relacionado ao espaço-físico podem ser encontradas três perspectivas de análise do território: a

primeira delas que o relaciona a territorialidade a um aspecto naturalista (biológica); a segunda que define o território a partir de relações políticas; e a terceira, que compreende o território como base material de recursos, sendo então analisado sob uma concepção econômica.

A concepção “naturalista” como a apropriação do homem sobre o espaço-físico aproxima - se da dominação dos animais sobre o seu território. De acordo com Haesbaert (2004), dentre os autores que trabalham nesta perspectiva, Robert Ardrey (1969) foi quem mais aproximou a territorialidade animal do comportamento humano. O autor afirma que o homem é uma “espécie territorial,” e apresenta o mesmo comportamento que pode ser observado em diversos outros animais, que lutam para possuir e defender tal espaço.

Haesbaert (2004) explica que a principal crítica feita a Ardrey é que ele considera que o homem possui um impulso para a posse e defesa do território e, que assim, todo seu comportamento é moldado a partir da relação com os demais animais. Para ele as ações do homem estão relacionadas a razões comportamentais do passado evolutivo, e não ao contexto sociocultural. Mesmo assim, o trabalho de Ardrey (1969) influencia geógrafos contemporâneos que também compartilham o preceito de que a territorialidade decorre do instinto humano pela preservação do seu espaço.

A outra concepção materialista de grande influência refere-se à tradição jurídica política do conceito de território. Ela nasce com Friedrich Ratzel, geógrafo alemão, no século XIX e tem como base a definição do território a partir de um elo entre a dimensão natural, física e política, em que o Estado figura como principal agente.

(...) na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial. Segundo ele, no mundo moderno constituem áreas de dominação “estatal” e, mais recentemente, “estatal nacional”. (MORAES, 2000, p. 19 apud HAESBAERT, 2004, p. 62).

Fortemente vinculada à natureza biológica do homem, as conclusões de Ratzel sobre o Estado e o território relacionam Biogeografia e Geografia

Política, sob o aspecto de território (ou solo como ele chama) como fonte de vida, mas também como espaço onde se dão relações de poder a partir do Estado. Entretanto, Jean Gottman (1952) explica que o termo território vai além da unidade Estado-Nação. Isso porque o poder exercido por essa unidade não se refere necessariamente ao poder institucionalizado, mas também, a diversas formas de poder socialmente aceitas. De acordo com o autor o território é:

(...) o conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime”, trata-se de “um compartilhamento do espaço politicamente distinto”. (GOTTMAN, 1952, p.71 apud HAESBAERT, 2004, p.67).

É importante reconhecer a dimensão política do território, onde ele pode ser interpretado como um território nacional ou de maneira mais geral, como um espaço concreto de relações sociais onde se estabelece uma ordem jurídica e política com limites espaciais bem definidos. Entretanto, é importante destacar que o território é um composto de relações de poder que não se restringem ao do Estado-Nação. Para Souza (2001), as relações de poder vinculadas ao território são construídas por diversos grupos sociais que devido suas diferenças, lutam pela expansão ou permanência no espaço. Assim, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN.” (SOUZA, 2001, p.111).

A concepção de base econômica do território aparece em diversas áreas, como a Economia, a História, a Antropologia e Sociologia e se baseia na visão do território como fonte de controle e apropriação de recursos, sobretudo os recursos naturais que podem ser transformados em riqueza. Entre os geógrafos, geralmente esta concepção está atrelada a outras perspectivas do conceito, e mesmo em outras áreas como a Economia Regional e Espacial, aparecem muito mais os conceitos como espaço, espacialidade e região do que o conceito de território propriamente dito.

Santos (2009) destaca que a concepção econômica trata da delimitação política sendo usada como recurso. O autor reconhece as limitações que existem nesta análise materialista e reafirma que o conteúdo técnico

desenvolvido nos territórios tem grande ligação com as relações políticas do mesmo. Quando analisadas separadamente, as três concepções de base materialista sobre o território (naturalista, jurídica e econômica) não dão conta da complexidade das relações que envolvem este conceito.

Mesmo aqueles que trabalham com a concepção materialista do território reconhecem que a ideia de uma apropriação *idealista* do termo é fundamental para compreender as diversas relações que se estabelecem no território. Entre os geógrafos, Haesbaert (2004) destaca dois autores que analisam o território sob a perspectiva idealista, são eles Bonnemaision e Cambrèzy. Para os autores é o pertencimento ao território que define as identidades culturais, e não apenas o recorte espacial dos Estados-Nações modernos. Uma abordagem do termo, que leve em consideração apenas uma das percepções (materialista ou idealista) não dará conta de explicar a série de conflitos que são estabelecidos no mundo contemporâneo. Segundo o autor, o território é primeiro um valor pois “a existência e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida.” (HAESBAERT, 2004. p. 71).

Os laços imateriais do território, como por exemplo, os valores éticos, morais, espirituais e afetivos, funcionam como o pilar para as demais relações políticas e econômicas que irão se estabelecer naquele espaço. Nas sociedades agrícolas pré-industriais e as sociedades primitivas de caçadores e coletores, por exemplo, o território era estabelecido a partir de um princípio cultural de identificação e pertencimento, representando não apenas um espaço físico, mas também simbólico. Por isso, a relação da sociedade com o território não pode ser percebida apenas como uma posse ou como uma entidade exterior, já que o território e a forma como ele é utilizado representa uma parcela da identidade, fonte de uma relação de essência afetiva com o espaço.

A compreensão do espaço geográfico como produto e palco de relações sociais e como elemento imprescindível para a construção das identidades culturais, acabaram compondo e legitimando o discurso de

diversos movimentos de resistência voltados para a defesa do território. Nestes contextos tanto o conceito de território, quanto o de lugar contribuem para o entendimento das relações sociais que são estabelecidas e que produzem cultura, tradição e valores. Essas dimensões subjetivas ultrapassam a lógica econômica de utilização do espaço para produção e reprodução de riqueza.

É então, na dimensão do lugar que se desenvolvem culturas e percepções próprias do espaço para diversos grupos que vêm ganhando destaque devido a sua organização em torno de suas territorialidades, como por exemplo: indígenas, camponeses, quilombolas e atingidos por barragem. Assim, conceito de lugar passou a fazer parte de novos debates não só na Geografia, mas nas Ciências Sociais de maneira geral por ser caracterizado pela multiplicidade de relações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais que se relacionam diretamente com a construção de identidades.

Na Geografia, uma importante contribuição é a de Milton Santos (2009), que define o lugar a partir da técnica, dos fluxos informacionais, da interação entre pessoas e das normas que regem em cada um deles. Dentro das análises de Santos (2009) a relação entre técnica e lugar merecem atenção já que é no lugar que elas ganharão a noção de validade histórica pois, é quando se integram em um conjunto de vida e também de sobreposição de diferentes tempos. No lugar existe assim uma operação simultânea de diversas técnicas que foram construídas em diferentes momentos históricos, sempre condicionadas umas pelas outras, visto que não há técnicas isoladas. Segundo Santos (2009, p. 58) “o que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou marketing, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção”.

Entretanto, Carlos (2007) amplia esse debate ao destacar que algumas dimensões não podem ser deixadas de lado quando se trata da compreensão do lugar. A primeira delas é a importância da dimensão histórica em sua constituição, já que é ao longo do tempo que se desenvolve a prática do

cotidiano. A proximidade entre lugar e tempo leva em consideração a história particular de cada lugar “sua relação e construção com a cultura, a tradição, a língua e hábitos que são estabelecidos no decorrer da história como consequência do processo de constituição mundial.” (CARLOS, 2007, p. 17).

Outro aspecto destacado pela autora é que o lugar possui relação direta com o corpo já que é através dele e dos seus sentidos que o homem vai se apropriar do espaço e do mundo. É através do corpo que agimos, que temos acesso ao mundo e que são realizadas as ações humanas. Sobretudo, é através do corpo que o homem se aproxima da realidade e, por isso, é necessário considerá-lo como parte da apropriação do espaço através dos diferentes usos estabelecidos.

A autora destaca ainda que as múltiplas utilizações do lugar, como moradia, a produção e as relações sociais não se relacionam apenas à sua forma ou função, mas, também, a um conjunto de sentidos próprios que se são estabelecidos a partir do surgimento de identidades. É por isso que o lugar torna-se a base para a produção da vida e pode ser analisado a partir da tríade *habitante – identidade – lugar*. De acordo com Carlos (1996, p.28):

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela histórica e cultura civilizadora produzindo a identidade.

Assim, observa-se que é no lugar que existe uma rede de significados e sentidos constituídos ao longo do tempo e por isso é a partir desta dimensão que surgem identidades. Desta forma, não só os indivíduos pertencem aos lugares, mas os lugares também pertencem aos indivíduos. A vivência e reconhecimento dos lugares se dão, por exemplo, no olhar para a paisagem, para Carlos (1996, p. 29) “é o olhar a paisagem e saber tudo de cor”.

Considerar as questões espaciais nas análises sobre movimentos sociais, sobretudo aqueles que se organizam em torno da defesa de suas territorialidades como os atingidos por barragem, é ampliar o entendimento desse fenômeno para questões que envolvem a própria dinâmica de organização das sociedades contemporâneas. Além disso, é um importante

caminho para se compreender melhor os conflitos que tem o espaço, o lugar e/ou o território como referência. A relevância dessas questões faz-se mais urgente ainda, frente aos intensos processos de exclusão social provocados por políticas desenvolvimentistas, que não só delimitam “novos” espaços, mas também criam “novos” lugares de confrontos e negociações, onde diversos movimentos sociais criam e se apropriam de percepções próprias desses conceitos, consolidando-os ou até reinventando-os, como parte fundamental da compreensão da realidade. Assim, a seguir será feita uma análise de como alguns movimentos sociais se apropriam destas noções espaciais.

2.2.

Lugar e Território: Novas Concepções a partir dos Movimentos Contra Barragens

A construção de grandes barragens no Brasil relaciona-se ao modelo econômico adotado pelo governo, após o golpe militar de 1964, que visava acelerar o crescimento econômico por meio da modernização, expansão industrial e urbanização. Rothman (2008, p.20-21), destaca que “esses grandes projetos tiveram impactos adversos sobre recursos naturais, ecossistemas, meios de subsistência e estilo de vida de pessoas nas comunidades rurais no Brasil”.

Ao final da década de 1970, pequenos grupos de base da sociedade civil e organizações começaram a surgir contestando o Estado autoritário e exercendo pressão pela democratização do país. Esse é a um período importante para os movimentos que se articulam contra barragens, uma vez que a estrutura de oportunidade política e o fortalecimento de organizações que apoiam a mobilização popular geram uma percepção de que havia possibilidade de transformação social para superar as injustiças existentes.

Rothman (2008) explica que as primeiras organizações regionais contra planos de construção de hidrelétricas, surgiram principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estados em que eram previstos a construção de diversas grandes barragens, o movimento ganhou visibilidade e força política. No final da década de 1980, esse movimento regional em conjunto

com outras populações que se articulavam contra barragens formam o Movimento de Atingido por Barragem (MAB) como um movimento nacional de luta em defesa das populações atingidas por barragens.

As resistências, como as contra barragens irão se articular a favor de suas territorialidades, ou seja, em defesa de seu modo de vida e de suas relações culturais, contra um modelo econômico dominante, que tem no espaço um elemento fundamental para sua reprodução. Segundo Oslender (2002), fundamental para entender a atuação destes movimentos, é entender de que forma ocorre a produção do espaço por diferentes agentes que atuam nele.

De acordo Lefebvre (2008), essa produção se dá em três momentos: o primeiro deles refere-se às *práticas espaciais*, ou seja, as formas com que os homens geram, utilizam e percebem o espaço. Relacionam-se com essas práticas a experiência de vida cotidiana e a memória coletiva, sob as quais as práticas espaciais passam a ser construídas e muitos grupos encontram potencial para resistir a projetos de colonização impostos e planejados em escalas que não consideram as problemáticas locais.

Esses projetos são exemplo das *representações do espaço*, segunda prática tratada por Lefebvre. Dizem respeito aos espaços concebidos, derivados de uma lógica particular de saberes técnicos e racionais. Ou seja, são os espaços vinculados ao poder dominante e com representações normalizadas. Tratam o espaço de forma homogênea e simplificada, e acaba por ignorar as lutas, ambiguidades e outras formas de perceber o mundo.

As resistências são situadas nos “*espaços de representação*” por colocarem-se justamente contra essa forma técnica de ver o mundo. Essa prática refere-se a uma busca por um *contra-espaço*. Aquele diferenciado, articulado e que representa os saberes locais, simbólicos e com grande diversidade de significados, construídos ao longo do tempo.

As práticas espaciais identificadas por Lefebvre não podem ser tratadas separadamente, já que dizem respeito a diversas concepções que

interagem sobre uma mesma realidade. No caso da construção de barragens, por exemplo, essas práticas interagem e se opõem ao mesmo tempo em que geram conflitos. As percepções sobre os recursos naturais se dão de maneira distinta entre aqueles que planejam os projetos (governos e empresas) e aqueles que serão afetados por eles. A oposição é contra a forma técnica de apropriação do espaço e pela construção de uma visão que envolva suas múltiplas dimensões.

Mançano (2005) explica que as formas de organização, as relações e ações da sociedade acontecem no espaço geográfico em suas múltiplas dimensões (social, política, econômica, ambiental, cultural etc.). Desta forma, os movimentos também terão espaços e territórios produzidos e construídos. Ao analisar a relação entre movimentos sociais e espaço o autor os classifica em dois grupos distintos: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.⁵

Os movimentos socioespaciais são aqueles que possuem espacialidades, mas que não possuem o território como principal item de reivindicação. Podem atuar em escala mundial ou local, como muitas ONGs ambientalistas, como a World Wildlife Fund (WWF) ou o Greenpeace, que são movimentos que atuam em escala local como agências de mediação.

Os movimentos socioterritoriais são aqueles que têm o território como parte fundamental da sua existência, e sua atuação sobre ele é seu objetivo, seu “trunfo”. Estes movimentos irão construir espaços políticos, espacializar-se e promover novas espacialidades para conquistar o território. Dentre estes movimentos que criam relações sociais e produzem seus próprios espaços estão os movimentos camponeses, os indígenas, os sindicatos, e movimento dos sem teto. Os movimentos contra barragens, por exemplo, tem no território uma dimensão espacial fundamental para a criação e recriação dos valores sociais, econômicos e culturais. Para essas comunidades, o território

⁵ É importante destacar que os movimentos sociais e movimentos socioespaciais são um único sujeito coletivo ou grupo social que irá se organizar para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses em possíveis enfrentamentos e conflitos com o objetivo de transformação da realidade.

é repleto de significados e práticas que tornam-se conflituosas com os modelos econômicos de transformação da natureza em mercadoria.

Escobar (1993) também explica que o território, assim como a importância da identidade, da autonomia política e da construção de modelos alternativos de desenvolvimento são uma das principais reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos. A configuração de um espaço como território está relacionada ao controle de poder e controle social que lhe são atribuídas, ou seja, o território relaciona-se a apropriação, seja ela material ou ideal, mas não apenas no sentido de posse, mas também, nos valores simbólicos e subjetivos que o constituem. Esta apropriação pode ser feita não apenas por grupos que atuam no lugar, mas também por grupos que atuam em escalas diferentes, tais como Estado, empresas, ONGs etc.

Nos casos de comunidades que são ameaçadas por barragens, por exemplo, a continuidade de um tipo de ocupação de território se vê ameaçada. Segundo Acsehrad (2004, p.25):

(..) a água dos rios passa a ter distintos usos: pode ser subsistência para pescadores ribeirinhos ou instrumento da produção de energia barata para firmas eletrointensivas. Trata-se de um espaço comum de recursos, sim. Só que exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico.

O espaço, em sua dimensão territorial é então palco de conflitos, sobretudo pela oposição entre as suas formas de apropriação material e simbólica. Há neste caso, um desacordo no interior do arranjo espacial de atividade de uma localidade, região ou até mesmo país. O que se coloca é a apropriação do rio enquanto fonte de energia, de geração de riqueza e ocupação física e simbólica do espaço para as comunidades locais, que sentem seu modo de vida ameaçado pela série de transformações que podem ser decorrentes da instalação da barragem.

Soares (2009) explica, por exemplo, que as formas de apropriação territorial destes grupos refletem paisagens culturais que possuem imensa importância, já que fazem parte do patrimônio cultural das comunidades. Segundo a autora, “quando estes territórios são invadidos, alterados e pior

ainda, nas situações de deslocamento compulsório, há irremediavelmente perdas irreparáveis de referência culturais” (PARANHAS, 2005 apud SOARES 2009, p. 29).

A transformação das paisagens é uma das inúmeras consequências decorrente da construção de barragens. Até hoje, há grande dificuldade de se identificar todas essas transformações, como aponta Viana (2003). No entanto, é possível destacar algumas questões deflagradas com o planejamento e construção dos projetos, como: a mudança da paisagem (e de seu valor simbólico), diminuição nas atividades agrícolas, extrativistas, de pesca, aumento da migração, dependência de salários de trabalhos informais em áreas urbanas e o empobrecimento de comunidades. Além disso, o deslocamento forçado por aquela população atingida diretamente pelo reservatório acentua as rupturas econômicas e culturais, acabando, por exemplo, com os laços de vizinhança.

De acordo com Rothman (2008), quando as pessoas são ameaçadas por todos esses impactos e deslocamento forçado, sua resistência se organiza frente a preservação do lugar. São as ameaças do deslocamento desse tipo de ambiente espacial e simbólico, que é o lugar, que irão provocar resistências, uma vez que é através deste espaço que as relações de parentesco, comunitárias e tradicionais são articuladas.

O modelo de desenvolvimento econômico e social, capitalista dominante e que se expandiu com o processo de globalização, fez com que, ao longo do tempo, o conceito de lugar ficasse marginalizado, já que a tendência é que os lugares sejam tratados sem suas especificidades de maneira homogênea. O que para muitos autores resultou na marginalização e esquecimento dessa dimensão. No entanto, nos estudos sobre movimentos sociais este conceito é fundamental para repensar a cultura, a identidade e os efeitos diversos gerados pelas questões econômicas sobre os locais.

Escobar (1993) explica que esse desaparecimento do conceito de lugar teve consequências profundas para a compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia. De acordo com o autor, as teorias

de desenvolvimento promoveram um rompimento com o conceito de lugar, o que acarretou um confronto constante entre esses estudos e os movimentos sociais que possuem fortes ligações com os lugares, como os movimentos sociais de base ecológica e cultural.

O autor chama atenção ainda, para o fato que a defesa do lugar pode também está vinculada, além dos movimentos sociais, a grupos de arqueólogos, historiadores, antropólogos ou ambientalistas. Para esses grupos, o lugar relaciona-se também ao espaço vivido e que deve ser preservado, assim a reapropriação de forma diferenciada decidida em outras escalas que não as locais, podem gerar divergências e conflitos políticos, criando, conseqüentemente, organizações em defesa do local, do vivido.

Juntamente com a importância da consideração do lugar nos debates sobre movimentos sociais, a inserção da escala como eixo de análise torna-se de extrema relevância na medida em que podemos observar uma multiplicidade de formas políticas e culturais, que podem se converter num sistema político de defesa do próprio lugar. Sobre essa multiplicidade de formas de se tratar os lugares, Oslender (2002) enumera três elementos que o constituem: *localidade, ubicacion e sentido de lugar*.⁶

O primeiro relaciona-se aos marcos formais e informais onde estão construídas as interações sociais do cotidiano. *Ubicación* relaciona-se ao espaço concreto, aquele que é o local onde se dão os projetos econômicos e políticos decididos em escalas distintas da do lugar. São os projetos econômicos, intensificados com a globalização, que tendem a utilizar o lugar a partir de seus recursos. O *sentido do lugar* relaciona-se a subjetividade derivada de se viver em um local. Expressa a noção de pertencimento a lugares particulares através das experiências construídas ao longo do tempo.

Essas três dimensões explicam as múltiplas relações que se dão sobre os lugares e, para entender de que forma alguns movimentos sociais contemporâneos se apropriam deste conceito é importante destacar que elas

⁶ De acordo com dicionário Michaelis as expressões correspondem respectivamente em português a: lugar, localização e sentido de lugar. Para que não haja perdas em relação ao sentido das expressões este trabalho irá utilizar as expressões na língua de origem do autor.

interagem simultaneamente, caracterizando o lugar como o espaço da vida social, local de interações específicas e constituem identidades próprias. É a partir dessas identidades, que se criam formas de mobilização social para a defesa do próprio lugar, aquele com sentido subjetivo e não apenas econômico.

Uma das mais importantes e interessantes estratégias utilizadas por esses movimentos que possibilitam a defesa e reforço do lugar, se dá através do estabelecimento de redes de inúmeros tipos tanto com outros movimentos sociais, tanto quanto ONGs, universidades etc. Isso, por que é fundamental que esta articulação tenha efeitos em realidades e escalas mais distantes do local. É através das redes reais e virtuais, da coalizão de movimentos sociais ou de diversos outros agentes, que “o lugar começa a ganhar efeitos e realidades supra-lugar” (ESCOBAR, 1993, p. 134).

As redes são fundamentais, pois cada vez mais os lugares estão sendo submetidos às operações e relações do capital global, e é através da articulação tanto com outros movimentos, quanto com outros agentes que atuam nas localidades, que os movimentos sociais poderão utilizar seu conhecimento sobre o local para propor projetos de programas concretos que assegurem a sobrevivência das culturas baseadas nos próprios lugares.

Tanto os conceitos de lugar e território mostram que a articulação de movimentos sociais muitas vezes relacionam-se à construção de identidades coletivas, modos de vida ou relações culturais que são colocadas à prova com a globalização econômica e com o modelo de desenvolvimento ocidental. As três noções que constituem o conceito de lugar (*localidade, ubicación e sentido de lugar*), auxiliam a refletir sobre o surgimento de resistências a projetos que se opõem as suas percepções sobre o local. Apesar de muitos estudos deixarem a dimensão do lugar de lado, ela é fundamental para entender as relações que as pessoas possuem com o espaço em que vivem, e conseqüentemente, pelo que se organizam quando sentem que ele está ameaçado.

A constituição dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais nos ajudam a refletir sobre as diferentes apropriações que esses conceitos apresentam, e que permite pensar as dimensões geográficas a partir das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais e da leitura geográfica dos processos sociais.

Assim, a seguir analisaremos como as dimensões espaciais, incluindo as dimensões do lugar e territórios são apropriadas nos movimentos que se articulam contra a construção de barragens. O objetivo é compreender em defesa de quais recursos e quais espacialidades esses movimentos se encontram, uma vez que são os mais crescentes no Brasil.

Muitas são as estratégias do setor elétrico em diminuir os choques com as populações locais com a construção de barragens, pois muitos conflitos são estabelecidos a partir desses projetos. O primeiro ponto que se coloca sobre esses enfrentamentos é uma percepção sobre o meio ambiente. Segundo Acselrad (2004), essa é uma das questões centrais que se estabelece em relação às articulações feitas contra barragens. Isso porque, segundo o autor, a categoria de meio ambiente deve ser vista também como palco de contestação e conflito, já que ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diversificados.

Os conflitos decorrentes da instalação de hidrelétricas reafirmam a relação entre movimentos sociais e a preservação de seu território, aquele onde estão articulados os modos de vida, tradição e relações culturais. É importante destacar que dimensões territoriais simbólicas refletem em resistências locais quando são ameaçadas e que, neste sentido, o lugar é parte constituinte de identidades que surgem a partir da ameaça aos laços que foram criados no próprio lugar. Entretanto, muitas dessas resistências são compostas por diferentes agentes que ultrapassam a atuação no local. Isso por que, como visto anteriormente, muitos agentes entendem que a construção de barragens impactam e transformam lugares que possuem múltiplos significados. Assim, observa-se que muitos movimentos são compostos por diferentes instituições que se articulam em escalas que vão além do local. A

seguir será analisada a relação entre a escala e a atuação dos movimentos contra barragens.

2.3.

Conflitos, Movimentos Sociais Contra Barragens e Escalas

De acordo com Vainer (2006), o tema das escalas aparece com frequência em trabalho teóricos que buscam dar conta tanto da essência da contemporaneidade, quanto das formas contemporâneas do capitalismo. Não apenas na Geografia, mas em diversas outras Ciências Sociais, o tema escala se fez presente devido a uma série de expressões que remetem a noções escalares, como globalização, blocos regionais, desenvolvimento local, poder local, dissolução das fronteiras nacionais, enfraquecimento do Estado-Nação, ou competição entre lugares.

Para Moore (2008), a utilização do conceito de escala surge nos últimos anos com a globalização e com a tentativa de transformar o mundo em uma “vila global”. Mas, o conceito tornou-se um componente central também para a atuação de diferentes atores políticos, que recorrem ao termo em busca de maior autonomia local e regional frente a seus Estados nacionais.

Para a Geografia foi apenas nas últimas décadas, quando se passou a considerar sua dimensão espacial, que o conceito passou a ser considerado como fundamental. Vainer (2006) explica que é possível reconhecer dois campos da utilização das escalas nos estudos geográficos. O primeiro destes campos é constituído pela noção cartográfica que indica a relação entre as medidas do real e aquelas de sua representação gráfica. O segundo, relacionando a escala como uma estratégia de aproximação do real, como uma forma de apreensão da realidade. Entretanto, o próprio autor aponta que esses campos foram sendo reconfigurados ao longo do tempo, pois tornaram as escalas neutras, distantes das ações políticas que envolvem inúmeras escalas de análise.

A primeira grande ruptura em relação a essas visões pode ser observada ainda na década de 1970, quando, sobre a influência marxista,

muitos geógrafos utilizavam o conceito de escala para examinar como as forças do capitalismo estavam configurando ou re-configurando os espaços geográficos. Ainda de acordo com Vainer (2006), a ruptura instaurada relaciona-se a uma própria qualificação do espaço e das escalas espaciais, pois “trata-se agora, sem dúvida, do espaço sob capital, do espaço da acumulação do capital, e das escalas em que esse processo ocorre e as escalas que engendra” (VAINER, 2006, p. 13).

Segundo González (2005), essa dimensão espacial não estava contemplada na tradição marxista, que analisava as relações econômicas entre cidades e regiões sem levar em consideração a dimensão espacial deste processo. O autor explica que o conceito de escala surge em torno do debate de localização, sobretudo, em estudos feitos sobre um determinado local, mas que no entanto, só passa a despertar interesse pelo espaço a partir da década de 1980.

De qualquer forma, a tradição marxista trouxe para o debate geográfico sobre escalas alguns pontos importantes, como o fato das escalas serem fundamentais para a acumulação do capital. Isso, porque os processos econômicos não se dão da mesma forma sobre o espaço, já que em cada escala eles terão um efeito, gerando, conseqüentemente, um desenvolvimento desigual. Esta constatação acarretou diversas críticas, principalmente porque nas palavras de González (2005, p.3), “simplesmente estabelecer que o capitalismo está desigualmente desenvolvido não diz nada a respeito da escala em que podemos encontrar esta diferença”.

Para explicar como surgem estas diferenças Gonzalez (2005) explica que o capital se encontra sempre entre a tendência em se universalizar e sua necessidade de se fixar concretamente e, é deste caráter ambíguo que surge uma hierarquia entre as escalas.

De acordo com David Harvey (2008), o capital precisa desta dimensão espacial, para sua reprodução. É fundamental a sua fixação em espaços concretos para construir infraestruturas que permitem a acumulação como fábricas, estradas, portos ou aeroportos, naquilo que o autor denominou de

“enclave espacial”. Entretanto, esta materialização do capital no espaço encontra muitas vezes resistências, já que, seus efeitos não ocorrem de forma homogênea nos lugares.

É na configuração política onde uma escala é tratada que poderemos compreender melhor a relação entre espacialidade, e escala. Ela é tratada por González (2005), tomando como base três princípios fundamentais. No primeiro deles a noção de que a escala é tomada como uma construção social, isto é, tratada enquanto um processo que expressa a interação social. O segundo aspecto diz respeito às relações de poder onde a escala pode ser “observada” como um meio para as “lutas econômicas - políticas”. Sob este aspecto o autor explica que os processos de construção das escalas alteram e expressam mudanças no poder social, reforçando o poder e o controle de uns e limitando o poder e o controle dos outros.

Por último, o autor destaca que as escalas não devem ser tratadas separadamente do espaço e nem separadamente umas das outras, já que, estão em constante articulação. Além disso, deve-se compreender que os agentes que atuam no espaço atuam em diferentes escalas.

Os processos, instituições, forças, relações etc que tem lugar em uma escala interagem dialeticamente com outros processo, instituições, forças, relações etc, que tem lugar em todas as outras escalas. Isso não ocorre sequencialmente em um sentido de cima para baixo, através da hierarquia. Pelo contrário, essas interações devem ser reconceitualizadas como se tivessem lugar simultâneo e forma multidirecional, dentro de várias escalas. (GONZÁLEZ, 2005, p. 6)

O conceito de rede ajuda a compreender a ação dos agentes que atuam de diferentes maneiras no espaço. É através das redes que eles poderão se articular e atuar em diferentes escalas. Gonzalez (2005) denomina este processo de “*salto de escalas*” e, para ele isso mostra que as escalas funcionam de acordo com os processos e a vida social. Para o autor, o salto de escalas se refere às estratégias de atores e grupos para “subir” escalas, para aumentar suas demandas, já que essa “é uma das estratégias em que os indivíduos e grupos desenvolvem mecanismos para resistir e superar seu controle e confinamento (social, material e representativo) a uma escala em particular.” (GONZÁLEZ, 2005, p. 11).

Muitos movimentos sociais, como os contra projetos hidrelétricos, segundo Vainer (2006), se articulam em diferentes escalas. Isso porque os embates políticos e ideológicos não só mobilizam e acionam, como também, rompem escalas. A própria constituição do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) constitui um exemplo com o rompimento de escalas. Warren e Reis (2008) explicam que o MAB surgiu a partir de resistências locais de atingidos que foram se articulando com outros movimentos de outras regiões, até que configuraram um movimento nacional ainda na década de 1980.

(...) as resistências locais de atingidos pelas barragens de várias partes do Brasil foram gradativamente se articulando com movimentos congêneres de outras regiões, articulando-se nacionalmente com grupos identitários, criando um movimento nacional e estabelecendo redes estratégicas com movimentos de outras especificidades e sendo receptivos a intercâmbios internacionais. (WARREN e REIS, 2008, p. 73)

Segundo Rothman (2008) os problemas decorrentes da instalação de barragens, como a desinformação, promessas vazias das empresas do setor elétrico e incertezas com o futuro das comunidades mostram-se decorrente em inúmeros projetos hidrelétricos. As experiências vividas pela população atingida geram um sentimento de indignação, passo que o autor considera como fundamental para o início da mobilização e resistência organizada. Desta forma, as escalas de atuação política destes movimentos vão ultrapassar o local e ganhar até mesmo outras narrativas escalares, ou seja, ganharão novos projetos políticos.

Muitos destes movimentos que surgem contra uma determinada barragem específica, evidenciam que:

No contexto de determinadas condições lutas (campanhas) locais de resistência aos projetos de barragem, envolvendo um repertório de táticas – institucionais e não institucionais-, podem se tornar em movimento social, regional e nacional a até mesmo transnacional. (ROTHMAN, 2008, p. 27).

Como citado anteriormente por Gonzalez (2005), as escalas fazem parte também de lutas econômicas e políticas, assim fazem parte também da atuação de movimentos contra barragens. São formas de expressar a interação

social de um grupo com outros agentes e segmentos sociais que constituíram uma mesma identidade.

Percebe-se que os movimentos contra barragens organizam-se em defesa de apropriações próprias do espaço, criando e consolidando visões específicas sobre seus lugares de vivência, assim como, sobre as múltiplas relações que estabelecem no território. Além disso, esses movimentos, na busca da legitimação de seus direitos, articulam - se em escalas que ultrapassam o local. Muitas vezes essa é uma das estratégias adotadas que integram a essas resistências outros agentes, como ONGs, grupos universitários e até mesmo outros órgãos governamentais.

No Vale do Paraíba (região que abrange os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) existiram diversos movimentos contra barragens, que atuaram de inúmeras maneiras. Dando continuidade a este trabalho, o próximo capítulo busca apresentar alguns casos emblemáticos de lutas contra barragens, assim como marcar a importância histórica, econômica e cultural desta região.

3. Barragens e Conflitos na Bacia do Rio Paraíba do Sul

O rio Paraíba do Sul possui grande importância histórica e econômica para os municípios que se estabeleceram em seu entorno. Ao longo do tempo desenvolveram-se atividades que consolidaram uma paisagem altamente modificada e a degradação de seus recursos naturais. Uma dessas atividades é a utilização dos recursos hídricos para a geração de energia e abastecimento de água.

As barragens construídas no Paraíba e seus afluentes foram responsáveis também pela deflagração de diversos movimentos que as contestavam. Em torno desses movimentos existem percepções próprias do território, que reconhecem no rio não apenas uma fonte econômica, mas também valores simbólicos, históricos e culturais que constituem identidades coletivas próprias, como explicado no primeiro capítulo deste trabalho, diz respeito a uma visão idealista do território. Quando esses grupos sentem-se ameaçados, organizam-se na defesa de seus modos de vida. Neste capítulo serão analisados movimentos mais emblemáticos que se estabeleceram na região, a forma com que fizeram suas articulações tanto com as empresas que construíram os projetos, quanto com outros agentes que também tentavam impedir a construção.

Para isso, faz-se necessário uma contextualização do Vale do Paraíba onde serão destacados seus aspectos físicos-bióticos, assim como sua importância histórica e econômica para o país. Observa-se que as atividades econômicas desenvolvidas na região, inicialmente a cafeicultura e em seguida as industriais comprometem o rio, a paisagem e o modo de vida que foram estabelecidos ao longo do tempo. Nesse contexto as barragens (tanto para abastecimento quanto para geração de energia) foram responsáveis por reorganizar os espaços, assim como fizeram surgir novos agentes que passaram a atuar efetivamente na região.

Foram utilizados para a elaboração deste capítulo artigos, teses e dissertações de pesquisadores que estudam o Vale do Paraíba e os conflitos

territoriais estabelecidos nele ao longo do tempo, tendo suas principais referências: Castro (1992/2001), Castro (2008), Soares (1997), Daniel (2009), Câmara e Daniel (2011) e Vainer (2004).

3.1.

A Bacia do Paraíba do Sul: Localização e Características

A Bacia do Paraíba do Sul integra uma das bacias do Atlântico – Trecho Leste localizada na região Sudeste do Brasil. Seus principais limites são: ao Norte a Serra da Mantiqueira, Caparaó e Santo Eduardo, ao Sul pela Serra dos Órgãos e pelos trechos paulistas e fluminenses da Serra do Mar. Apenas a Oeste, nos arredores de Mogi das Cruzes (SP) seus limites são áreas de altitudes menos significativas configurando assim um relevo bastante acidentado, que possibilita poucos trechos de navegação em sua região de abrangência. O rio Paraíba do Sul nasce em Campos do Cunha (SP), no planalto da Bocaina, a 20 km da Serra do Mar, originando-se na junção dos rios Paraibuna e Paraitinga. Percorre 1.137 km até desembocar no Oceano Atlântico, em Atafona, município de São João da Barra (RJ).



Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul
Fonte: Projeto Paraíba do Sul – CD Room 1997 apud Castro (2001)

A vegetação original da região é a floresta tropical latifoliada, que recebe a denominação de Mata Atlântica, com exceção da faixa litorânea

localizada mais próxima a foz do rio, que possui vegetação típica de litoral. Segundo Castro (2001), a expansão da Mata Atlântica por essa região relaciona-se ao Quaternário, período geológico atual, quando as geleiras deslocaram-se para os picos mais elevados dos Andes, proporcionando o crescimento de sua área de abrangência em decorrência da intensa radiação solar, do aumento da temperatura e do regime de chuvas abundantes. Para a autora, essas condições foram fundamentais para determinar a grande diversidade biológica da região.

Nos dois últimos séculos a intervenção humana através da derrubada, do extrativismo e das queimadas causaram efeitos irreversíveis sobre este bioma. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a Mata Atlântica ocupava 97% do território no século XVI, segundo estimativas do Instituto Estadual de Florestas⁷. No século XX, essas formações passam a ocupar apenas 17,6% da superfície do estado.

Em 1995 apenas 13,6% da área da bacia do Paraíba do Sul estavam cobertos por florestas, concentrados principalmente na Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira⁸. As intensas alterações nos ambientes florestais trouxeram também influência sobre a fauna da região, os animais concentram-se atualmente nas áreas de preservação ambiental e nas matas esparsas, é importante ressaltar que algumas espécies se encontraram em acentuada fase de extinção.

Sobre a ictiofauna da região, Bizerril (1999) estima que existem na bacia 167 espécies de peixes, que podem ser classificados como: espécies de água doce nativas (que correspondem cerca de 68,5% do total de espécies),

⁷ Em outubro de 2007 o Instituto Estadual de Florestas (IEF) em conjunto com outros órgãos estaduais do Rio de Janeiro- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e Fundação Superintendência Estadual de Rio e Lagoas (SERLA)- foram extintos e foi criado o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão que integra o Sistema Nacional do Ambiente, Sistema Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Unidades do Conservação. O INEA passa a ser responsável por executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais.

⁸ A Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira possui segundo o Instituto Chico Mendes 421.804,4600 hectares e foi criada em junho de 1985, através do decreto nº 91.304. Na Bacia do Paraíba do Sul encontram-se as seguintes áreas de proteção: Parque Nacional de Itatiaia (Itatiaia), a Serra da Pedra Selada (Resende), a Estação Ecológica de Pirai (Pirai), Floresta da Cicuta (Volta Redonda) e a Reserva Particular e Patrimônio Natural Santo Antônio da Aliança, situado na Serra da Concórdia (Valença-Barra do Pirai).

espécies marinhas e espécies dulcícolas introduzidas (que correspondem respectivamente a 22% e 9,5% do total de espécies encontradas). Segundo o autor, a bacia do Paraíba do Sul apresenta maior número de gêneros de água doce na região Sudeste.

Entretanto, muitas destas espécies estão comprometidas devido às alterações no ambiente. Um dos fatores que contribuem com este fato é diminuição no padrão de qualidade da água, decorrente da grande concentração de sólidos em suspensão devido aos intensos processos erosivos que se estabeleceram nas margens desmatadas dos rios que a compõem.

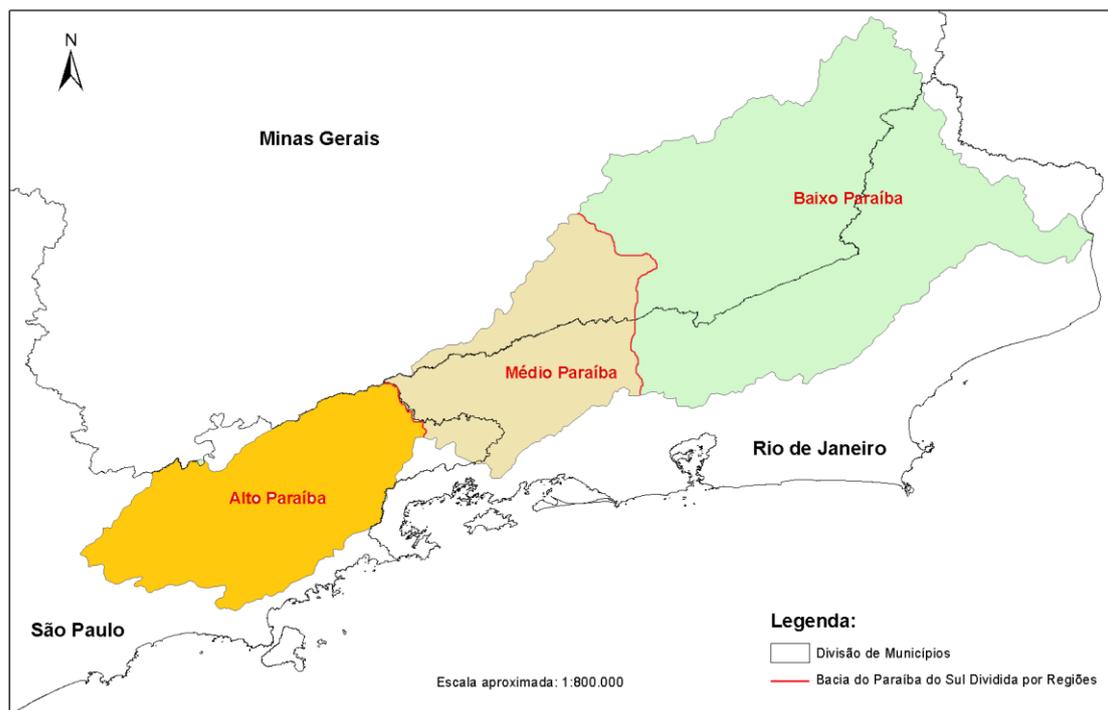
O lançamento de esgoto doméstico e, sobretudo industriais, contribuem também neste processo. A Agência Nacional de Energia Elétrica estimava em 1998 que 1 bilhão de litros de esgoto eram lançados no rio Paraíba do Sul diariamente, além disso são também despejados no rio cargas tóxicas das indústrias e do garimpo.

Segundo Castro (2001), essas alterações levaram a extinção de espécies como peixe cascudo (*Hypostomus affinis*), piau (*Leporinus copelandii*) e lambari (*Astyanax bimaculatus*). Outras espécies, como piabanha (*Brycon sp.*), dourado (*Salminus maxillosus*) e corimbatá (*Prochilodus scrofa*), por serem espécies de piracema foram prejudicados pela construção de barragens.

A bacia é também conhecida pelo elevado contingente populacional e pela sua importância econômica no setor industrial. Ela é responsável pelo abastecimento de água de 12, 8 milhões de pessoas, sendo que 8 milhões de habitantes vivem na região metropolitana do Rio de Janeiro e 4 milhões 825 mil habitantes vivem em sua própria área de abrangência. Corresponde a 6% do território da Região Sudeste e possui uma área de drenagem de 55.400 km² que engloba 168 municípios nestes três estados.

Devido a essa grande extensão é subdividida geograficamente em três regiões: Alto, Médio e Baixo Paraíba como mostra o mapa a seguir.

Divisão em Áreas da Bacia do Paraíba do Sul



Mapa 1: Divisão em Áreas da Bacia do Rio Paraíba do Sul
Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA

É no Alto e Médio Paraíba que se encontram as maiores declividades, 4,9 m/km e 1 m/km respectivamente. São nessas regiões também de relevo mais montanhoso que o clima é mais ameno. O clima tropical de altitude é caracterizado por temperaturas amenas, com verões frescos e altos índices de pluviosidade em ambas. Em seu baixo curso, o Paraíba possui pequena declividade (0,22 m/km) e um significativo número de sistemas lânticos, como lagos e brejos. Nesta região o clima tropical quente é caracterizado por apresentar uma estação seca e uma úmida. Desta forma, observa-se que o rio Paraíba do Sul é beneficiado pelos altos índices de pluviosidade em sua cabeceira, além de contar também com importantes tributários localizados nos áreas Altas e Médias de sua bacia. São alguns tributários importantes na margem esquerda: Paraibuna, Pomba e Muriaé. Pela margem direita: Piabanha, Paquequer, Dois Rios, Barreiro de Baixo, Barra Mansa, Brandão e Piraí.

As diferentes características geográficas e a grande extensão territorial fizeram com que o sistema de gestão dos recursos hídricos da Bacia do

Paraíba fosse constituído por diversos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) que possuem atuação regional, sendo eles: CBH do Trecho Paulista, CBH do Médio Paraíba, CBH do Paquequer e Preto (RJ), CBH do Rio Dois Rios, CBH Compé (MG), CBH Preto e Paraibuna (MG), CBH do Baixo Paraíba. Há também o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul (CEIVAP) que foi criado em 1996 e compreende a gestão da bacia em 184 municípios dos três estados que compõem a bacia.

A atuação dos comitês da bacia no Paraíba do Sul, especialmente o CEIVAP trouxeram alguns avanços em termos da utilização dos recursos hídricos da região. Como, por exemplo, a implementação pioneira da cobrança pelo uso da água pelas indústrias da região, ou a atuação em processos decisórios de implementação de hidrelétricas e barragens na bacia. Os comitês tornaram-se importantes agentes, sobretudo por se constituírem como fóruns de debates entre usuários, governos e agentes da sociedade civil.

Entretanto, a utilização ao longo da história de ocupação do rio marca essa por ser uma região com grande degradação ambiental e intensiva utilização dos recursos hídricos tanto para abastecimento, quanto para produção de energia. Além disso, as características geográficas possuem grande influência na ocupação da região que é marcada pela presença do rio na história e crescimento dos municípios que compõem seu vale. A seguir, serão analisadas as principais atividades que se desenvolveram ao longo do tempo na bacia do Paraíba do Sul, causas e conflitos territoriais com as populações locais.

3.2.

Múltiplos Usos dos Recursos Naturais do Vale do Paraíba do Sul

A região do Vale do Paraíba passou a ser ocupada efetivamente após a década de 1780, pois até então era considerada uma área que poderia ser utilizada para o extravio ilegal de ouro de Minas Gerais para o litoral. E, apesar da fiscalização da Coroa Portuguesa, o rio Paraíba do Sul constituiu-se em um excelente ponto de passagem para contrabando de ouro e diamantes de Minas Gerais para a cidade litorânea de Parati. Conseqüentemente, o povoamento no médio Paraíba, ou os Sertões do Leste como eram

conhecidos, começaram a surgir. Sobretudo no vale do Paraíba paulista onde cresceram os núcleos de São José dos Campos, Taubaté e Jacareí e por onde passavam os caminhos abertos que ligavam Minas a São Paulo e ao litoral Fluminense, dentre os quais se destacam o Caminho Novo (1698) e o Caminho de São Paulo (1729). Foram às margens desses caminhos que foram doadas as primeiras sesmarias da região.

Com a exaustão da atividade mineradora, tornou-se inevitável a doação de terras, principalmente para aqueles mineradores que transferiam seus capitais e investimentos para a atividade agrícola. Assim, no início do século XVIII foram doadas as primeiras sesmarias na região do vale do Paraíba. Segundo Castro (1992), o objetivo da coroa era diversificar a produção agrícola, promovendo o plantio de cana, café, chá e várias outras espécies. Como eram cedidas aos que possuíam escravos e condições para cultivá-las, as sesmarias acabaram por consolidar no Vale do Paraíba, uma estrutura fundiária concentrada nos latifúndios voltados à exportação. Castro (2001) explica que as dificuldades que existiam para a obtenção de terras na região acabaram por consolidar uma grande concentração de riquezas, já que ex-escravos e pequenos agricultores acabaram por não participar desta divisão. De acordo com a autora:

O custo excessivo dos títulos da terra impedia que os escravos libertos e os pequenos lavradores dela se apossassem, facilitando a obtenção por aqueles que conheciam bem os trâmites na Corte e contavam com riqueza e prestígio medidos, principalmente, pelo número de escravos possuídos, pois a terra abundante e gratuita não tinha grande valor. Os ricos pagavam o título expedido, legalizavam as terras e adquiriam seu domínio. Aos homens sem posses restava-lhes a ocupação das terras incultas, sem o título que lhes garantisse o direito sobre elas. Da maioria dos processos instaurados contra estes homens, quase sempre decorreu na sua expulsão das terras. (CASTRO, 2001, p. 132-133)

Não só no vale do Paraíba, mas em todo o Brasil, a doação de sesmarias foi repleta de fraudes e descumprimento das exigências legais, como a doação de uma sesmaria por pessoa, proibição que o clero recebesse terras, a marcação e a necessidade de cultivo. No vale do rio Preto, município de Valença, as sesmarias eram doadas com 10.890 m² ou 450 alqueires, entretanto foram comuns as doações de terras para membros de uma mesma família, consolidando assim a estrutura fundiária desigual da região.

Com a intensificação da doação das sesmarias, o governo incentiva o desenvolvimento da atividade cafeeira no médio Paraíba que contava com alguns fatores geográficos importantes: as altitudes entre 300 e 900, a temperatura média entre 20 e 24 graus, o grande número de encostas protetoras dos ventos, as chuvas pesadas que levam a um índice de pluviosidade de 1300 a 1800 mm por ano, a estação seca que ocorre de maio a setembro favorecendo o amadurecimento dos frutos, os solos férteis e a proximidade da região com os portos do Rio de Janeiro e Santos, que facilitava o escoamento e exportação do produto. Desses fazendeiros poucos possuíam origens aristocratas, muitos deles tinham origem portuguesa ou de cidades mineradoras de Minas Gerais. Os títulos de nobreza eram concedidos justamente pelo papel de destaque que tinham na economia do país e por apoiarem o Império, através de ajuda financeira ou concessão de escravos para combaterem na Guerra do Paraguai. Desta forma, o vale do Paraíba, em especial a região do médio Paraíba, tornou-se reduto dos grandes fazendeiros, Castro (1992) enumera algumas dessas figuras centrais para a manutenção do sistema político estabelecido na região.

A produção cafeeira foi também concentradora da riqueza brasileira, construindo segundo Castro (1992) um estilo de vida, e não apenas uma unidades de produção. Para a autora a atividade cafeeira foi parte integrante da formação econômico- social do Brasil colônia e, mais tarde, do Brasil Império que sobre o sustentáculo das grandes propriedades escravistas, subjugarão a pequena propriedade, a mão de obra familiar e a produção de gêneros alimentícios necessários apenas ao comércio local.

Desta forma, o cultivo do café tornou-se a atividade econômica principal do médio Paraíba, expandindo - se depois em direção à suas áreas mais altas, no sentido de São Paulo. Dominou as exportações brasileiras dando novo status a região Sudeste, sobretudo ao estado do Rio de Janeiro que se consolidou como centro político e econômico do país.

Foram expressivas as áreas do Vale do Paraíba, em especial o Médio Paraíba, que tiveram sua paisagem completamente alterada pela cafeicultura ao longo de 160 anos em que essa atividade se expandiu nessa região. Foram

nos últimos 20 anos do Império que devido ao esgotamento dos solos, os intensos processos erosivos nas encostas, a escassez de matas virgens, a ação de pragas (como a saúva), o fim do trabalho escravo e, a expansão da atividade cafeeira em direção a São Paulo e Paraná levaram a decadência deste ciclo nessas regiões.

Foram graves os impactos ambientais durante esse período. As técnicas utilizadas comprometeram a qualidade do solo e clima na região, primeiramente, logo após a obtenção das sesmarias, a limpeza do terreno era feita através da derrubada das matas e em seguida a queima dos tocos e serrapilheira, aliado às chuvas abundantes na região serviam como adubação ao solo. Os cafezais plantados nas áreas de “mares de morros” eram enfileirados perpendicularmente, no sentido da base para o topo. Essa técnica era implementada, pois facilitava as capinas, colheitas e a vigilância dos escravos. O que muitos pesquisadores chamam atenção, e que já eram conhecidas na época, práticas que diminuía a erosão e prejudicavam menos o solo, entretanto, a maior preocupação era possibilitar o controle do trabalho escravo a fim de evitar a ociosidade. As consequências trouxeram grandes transformações a região.

A adoção da prática despreocupada com tecnologias conhecidas na época, como as curvas de nível e o terraceamento, apresentou implicações para a conservação dos solos e a manutenção de suas qualidades biológicas, principalmente nos vales dos rios Paraíba e Preto, onde a inclinação dos terrenos facilitava a erosão provocada pelas enxurradas, que descobriam as raízes dos cafeeiros e esterilizavam a terra. As fileiras verticais das plantas não opunham resistência ao escoamento das águas das chuvas pelas encostas íngremes trazendo troncos de árvores, lama e detritos vegetais morro abaixo oportunizando, além da erosão, a formação de áreas baixas encharcadas e o assoreamento dos rios, turvando suas águas. (CASTRO, 2001, p. 162)

Além dos cafezais em si, as ferrovias que integravam o Vale do Paraíba aos portos de escoamento da produção cafeeira também causaram grande impacto nos ecossistemas locais. Isso porque, a madeira retirada desta mata

era utilizada para a construção de pontes, de estações, de grande quantidade de dormentes e como combustível.

O esgotamento dos recursos naturais devido ao desmatamento e a utilização intensiva do solo, fizeram com que os cafeicultores fluminenses tivessem grande dificuldade de fazer a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, e insistiram em tentar resolver os problemas de mercado inchado através de ações políticas. Isso fez com que a produção paulista de café ultrapassasse a fluminense no final da década de 1880. A decadência do ciclo cafeeiro levou também a intensos fluxos migratórios em direção às cidades do Rio de Janeiro ou às fazendas de São Paulo e Paraná.

Um dos principais desdobramentos do capital cafeeiro foi a industrialização na região do Vale do Paraíba, já que a própria atividade demandava um núcleo produtivo com algumas atividades de beneficiamento e atividades comerciais urbanas. É importante destacar que o processo de passagem da economia agropecuária para a economia industrial, relaciona-se também à concepção de modernização e desenvolvimento que foram adotados no Brasil no século XX, e teve como consequência a transposição para investimentos industriais.

Entretanto, a crescente industrialização acompanhada da urbanização na bacia, segundo Castro (2008), acarretou um aumento na demanda por recursos hídricos, seja para o crescente parque industrial ou para o abastecimento também do meio urbano. No Médio Paraíba, o setor industrial tornou-se o principal responsável pela deterioração do meio ambiente. A indústria de base tem grande destaque na região, devido a Companhia Siderúrgica Nacional no município de Volta Redonda (RJ), inaugurada em abril de 1946. Outras indústrias se instalaram em municípios vizinhos como Barra do Piraí, Piraí, Barra Mansa, Resende e Itatiaia para fornecer matéria-prima, peças e serviços.

Assim, com a industrialização não só o médio Paraíba, mas a bacia como um todo foi se transformando prioritariamente em uma área urbana. De

acordo com dados da Fundação COOPTEC⁹, apenas 11% da população que vive é rural. A grande concentração nas áreas urbanas é um dos principais responsáveis pelo aumento da poluição hídrica. Percebe-se então, que as atividades econômicas desenvolvidas na região no último século foram responsáveis por uma imensa degradação ambiental. A utilização dos recursos hídricos para a produção de energia também influencia neste processo. De acordo com Berriel e Serra (2010, p 15)

(...) no passado, havia uma grande fartura de peixes e a mata ciliar era bem mais significativa do que hoje segundo relatos de pescadores locais e antigos munícipes das cidades banhadas por esse rio. Ações antrópicas mudaram esse cenário. Formas indevidas de uso dos recursos hídricos, a utilização de agrotóxicos próxima às margens, acidentes ambientais com produtos tóxicos, ausência de tratamento de esgoto em vários pontos dessa unidade hidrográfica, além de barramentos hidrelétricos, foram fatores que contribuíram para ao atual processo de degradação identificado na bacia.

Hoje a utilização dos recursos hídricos é voltada principalmente para geração de energia elétrica, abastecimento público, uso industrial e projetos de irrigação, como se observa na tabela a seguir.

Usos da água	Captação (m³/s)	Consumo (m³/s)
Abastecimento público	16,84	3,37
Uso Industrial	13,65	6,19
Irrigação	49,73	30,28
Pecuária	3,45	1,73
Total	83,67	41,57
Transposição para o Sistema Light- Guandu	até 180	até 180
Total com a Transposição	263,67	221,57

Tabela 1: Principais Usos dos Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul.

Fonte: Castro (2008)

Como mostram os dados, a utilização dos recursos hídricos para o sistema de abastecimento de água e produção de energia são os fatores que mais alteraram a utilização da bacia. O sistema Light – Guandu combina ao mesmo tempo a captação de água para abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro e a geração de energia elétrica através de três usinas

⁹ Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

hidrelétricas – Nilo Peçanha, Fontes e Pereira Passos- que somadas possuem a capacidade instalada de 612 megawatts. O sistema começou a ser construído ainda no ano de 1903 e foi completamente implementado no ano de 1952. Ele retira dois terços da vazão regular do rio Paraíba do Sul e quase totalidade do rio Pirai seu afluente, que são bombeados na elevatória de Santa Cecília para as usinas do Sistema Light, sendo conduzidas ao reservatório de Santana. Formam então, o rio Guandu onde se localiza a estação de tratamento de água da Companhia Estadual de Águas do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE).



- | | | |
|--|---------------------------------------|--|
| 1 - Reservatório de Santa Branca | 7 - Reservatório de Santana | 13 - Usina Hidrelétrica de Fontes Velha |
| 2 - Usina Hidrelétrica de Santa Branca | 8 - Reservatório de Santa Cecília | 14 - Usina Hidrelétrica Pereira Passos |
| 3 - Reservatório de Tócos | 9 - Usina Elevatória de Santa Cecília | 15 - Pequena Central Hidrelétrica de Paracambi |
| 4 - Reservatório de Lajes | 10 - Usina Hidrelétrica Nilo Peçanha | 16 - Reservatório Ilha dos Pombos |
| 5 - Reservatório de Vigário | 11 - Usina Hidrelétrica Fontes Nova | 17 - Usina Hidrelétrica de Ilha dos Pombos |
| 6 - Usina Elevatória de Vigário | 12 - Reservatório Ponte Coberta | |

Figura 2: Representação do Sistema Light-Guandu
Fonte: Portal LIGHT

A primeira grande barragem construída na bacia do Paraíba foi a Usina Hidrelétrica Fontes, inaugurada em 1953. Os projetos hidrelétricos deste período são caracterizados por Vainer e Araújo (1992) como “Grandes

Projetos de Investimentos” (GPI) e dizem respeito a uma forma particular de utilização do território. Constituem-se como grandes obras de engenharia, que demandam grande quantidade de força de trabalho, capital, recursos naturais, energia além da utilização de uma grande parcela do território. As barragens, como as construídas no Paraíba, atendiam ao modelo de desenvolvimento adotado do governo militar que visava acelerar o crescimento econômico com base na modernização, industrialização e urbanização com objetivo de acabar com as relações arcaicas no país.

No Vale do Paraíba, prevaleceu um modelo urbano – industrial que consequentemente demandava maior disponibilidade de energia, e devido aos ricos recursos hídricos ao longo do tempo foram sendo construídas outras usinas na região, como a de Nilo Peçanha e Pereira Passos no município de Pirai ambas no estado do Rio de Janeiro. Essas usinas e as demais que surgiram na região eram marcadas por duas características principais: o absoluto predomínio do Estado como empreendedor e a afirmação de grandes unidades geradoras.

Como os projetos hidrelétricos acarretam em uma série de transformações, foram deflagradas uma série de mudanças políticas, econômicas, culturais e ambientais em diferentes escalas no vale. De acordo com Vainer (2008) as mudanças decorrentes da instalação de barragens vão além daquelas patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico etc.). Com a construção de um grande projeto instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam.

No vale do Paraíba, a construção de grandes barragens teve como consequência também uma série de transformações e a instauração de novas dinâmicas sociais. Emerge na região com a construção dos aproveitamentos de geração de energia um novo agente, a empresa canadense Light. Desde 1905 quando ganhou a concessão de exploração da força hidráulica do ribeirão das Lages e do Paraíba do Sul, a Light passa a ser a responsável pelo abastecimento da crescente demanda de energia do estado do Rio de Janeiro.

O primeiro grande projeto da empresa no vale foi à construção da barragem de Fontes no ribeirão das Lages (região do médio Paraíba). A obra foi iniciada em 1905 e inaugurada em 1909, com uma potência instalada de 24.000 KW. Na época, era considerada a maior usina do país e sua energia era empregada na iluminação pública, residencial e na tração dos bondes da então capital federal Rio de Janeiro.

A usina foi construída para que o país tivesse a disponibilidade de energia prevista para 1943. Foi tida por técnicos americanos que realizavam um diagnóstico sobre a economia brasileira, como fundamental para o planejamento econômico do país. Esse grupo recebeu o nome de Missão Cooke e apontava a deficiência que existia no país em relação ao setor de energia. Reafirmando assim, um modelo que construía as hidrelétricas como medidas emergenciais sem às devidas preocupações com as comunidades locais e com as questões ambientais. Outras hidrelétricas, não só no vale do Paraíba, como a de Cubatão (SP), receberam apoio irrestrito da Missão, configurando a partir de então, segundo Soares (1997), a grande central elétrica como modelo que viria a orientar o setor elétrico brasileiro até a década de 1990, quando começam as privatizações das empresas estatais de energia.

Entretanto, a Light já tinha planos para aumentar progressivamente a potência instalada de Fontes. O aumento no nível do reservatório traria para a hidrelétrica um significativo aumento da capacidade geradora para 64.000 KW, o que garantiria o abastecimento do Rio de Janeiro por mais 20 anos, por outro, ameaçava o município de São João Marcos que seria completamente inundado.

Assim como muitas outras cidades do Vale do Paraíba, São João Marcos, tinha sua história marcada por estar na passagem do ouro e metais preciosos que vinham de Minas Gerais em direção aos portos do Rio de Janeiro e São Paulo. Com a decadência da mineração, a cidade também passou a ser produtora de café e tornou-se responsável por abastecer a capital com diversos produtos agrícolas.

Soares (1997), relata que à primeira recepção a Light na região foi positiva, pois a empresa era vista com a perspectiva da recuperação do dinamismo econômico, entretanto, com a construção da barragem de Ribeirão das Lages, a situação começa a mudar devido às epidemias de malária que passaram a atingir os moradores do entorno do reservatório. A epidemia não controlada diminuiu drasticamente a população do município de São João Marcos que:

(...) se no final do século XIX o número de habitantes de São João Marcos chegara a 18.000 pessoas, em 1908, a população era estimada em 10.500 (...) Em 1920, mais um decréscimo era registrado no número total de habitantes do município que passava agora para 7.400 pessoas. (SOARES, 1997, p. 22).

Ao mesmo tempo em que a cidade passava pelo esvaziamento e por problemas políticos, a Light se consagrava como maior proprietária da região incorporando terras, florestas e povoados. Em 1940, dados do V “Recenseamento Geral do Brasil” feito pelo IBGE totalizava a população de apenas 2.898 habitantes. Após diversas disputas, a Light conseguiu aprovar o alteamento da barragem de Lajes, o que alagaria o então distrito de São João Marcos, que devido a decadência econômica havia perdido o status de município e tinha se tornado distrito de Rio Claro. A empresa ganhou também a concessão da desapropriação em caráter de urgência, o que não dava aos moradores, em especial aqueles que viviam na sede, oportunidade de se organizarem.

Apesar das promessas, nunca chegou a ser construída uma nova sede municipal, e ao longo do tempo a Light consolidou-se como um importante agente na região. Mais tarde (1946) a empresa apresentava novos projetos de ampliação da represa, atingindo, desta vez, a cidade de Piraí. Entretanto, diferente do que aconteceu em São João Marcos, em Piraí existiam lideranças expressivas que fizeram frente à companhia, impedindo obras que trariam danos irreparáveis ao patrimônio público.

São João Marcos foi a primeira cidade no Brasil a ser destruída por uma obra de engenharia e ao longo do tempo o rio Paraíba foi sendo marcado pela construção de outras barragens, já que a região possui grande potencial energético e também proximidade com o maior mercado consumidor.

Durante a ditadura outras barragens foram construídas ao longo do rio Paraíba do Sul, como Paraibuna/Paratinga, Santa Branca, Funil, Santa Cecília e Ilha dos Pombos.

Atualmente são trinta e sete usinas hidrelétricas em operação na bacia. A tabela a seguir mostra quais são essas usinas, como estão distribuídas em seus afluentes e que empresas atuam na região.

Usinas em Operação no Rio Paraíba do Sul			
Usinas	Potência (MW)	Rio	Concessionária
Paraibuna	86	Paraibuna	CESP
Isabel	3,2	Saca-Trapô	Eletropaulo
Sodré	0,6	Piagú	Eletropaulo
Bocaiana	0,9	Bravo	Eletropaulo
Funil	222	Paraíba do Sul	Furnas
Morro Grande (Areal)	20	Preto 2	CERJ
Piabanha	8,6	Piabanha	CERJ
Coronel Fagundes	4,8	Fagundes	CERJ
Ferreira Guimarães	4,41	São Pedro	Furnas
Marmelos	8,4	Paraibuna	Cemig
Joasal	8	Paraibuna	Cemig
Paciência	4	Paraibuna	Cemig
Sobragi	60	Paraibuna	Cia. Paraibuna de Metais
Mello	10	Santana	Vale Sul Alumínio
Ilha dos Pombos	188	Paraíba do Sul	Light
Ituerê	4,04	Pomba	Furnas
Piau	18	Piau	Cemig
Ana Maria	1,2	Pinho	Cemig
Guary	4,8	Pinho	Cemig
Maurício	2,2	Novo	CFLCL
Nova	32,1	Novo	Furnas

Maurício			
Xavier	3,14	Grande/Dois Rios	Furnas
Catete	1,62	Bengala	CFLCL
Hans	0,11	Santo Antônio	CFLCL
Chave do Vaz	0,7	Negro	CERJ
Euclidelândia	1,2	Negro	CERJ
Santa Cecília	0,42	Ribeirão Bomsucesso	CFLCL
Miguel Ferreira	0,7	Muriaé	CFLCL
Preto 4	1,2	Preto	CFLCL
Preto 3	0,5	Preto	CFLCL
Preto	1	Preto	CFLCL
Coronel Domiciano	1,84	Fumaça	CFLCL
Glória	14,5	Glória	Valesul Alumínio S.A
Tombos	2,8	Carangola	CERJ
Nilo Peçanha	380	Ribeirão das Lajes	Light
Fontes Novas	132	Ribeirão das Lajes	Light
Pereira Passos	100	Ribeirão das Lajes	Light

Tabela 2: Usinas Hidrelétricas em Operação na Bacia do Rio Paraíba do Sul
Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

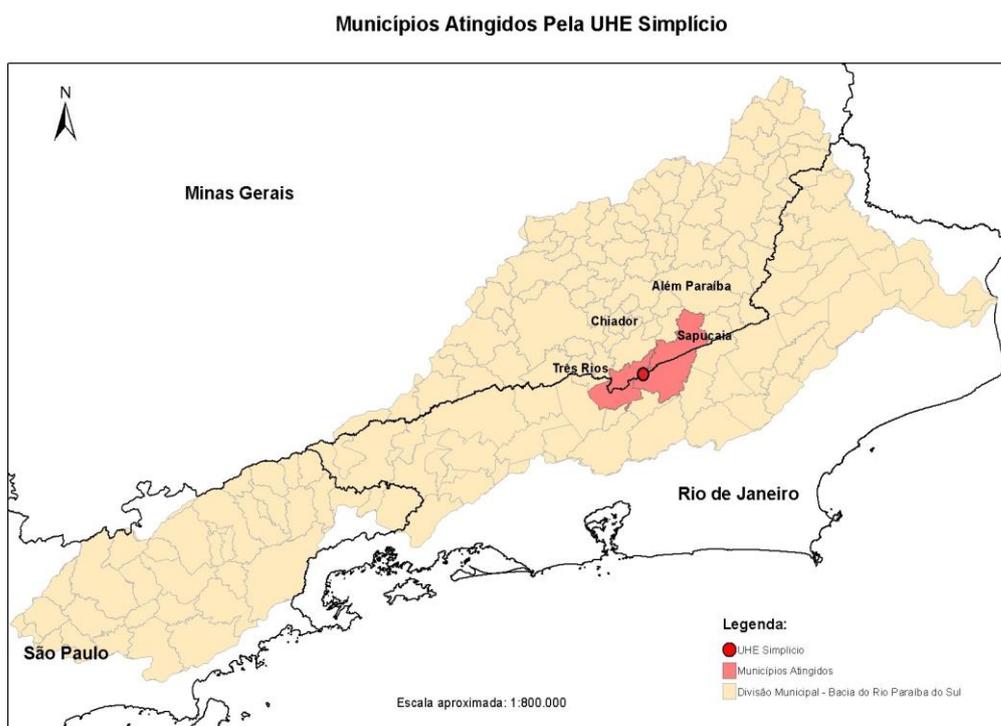
Existem ainda na bacia do Paraíba do Sul 110 projetos de usinas em diferentes estágios: inventariadas, em estudo de viabilidade ou em processo de licenciamento. O mapa a seguir mostra os empreendimentos hidrelétricos na bacia do Paraíba do Sul.

O processo de construção de alguns dos projetos “*arrasta-se*” há anos por gerarem diversos conflitos com as populações atingidas e órgãos ambientais. Desde a década de 1970 que a construção de barragens no Brasil desencadeia uma série de lutas e organizações locais e regionais. Na bacia do Paraíba do Sul, as primeiras mobilizações contra barragens ocorrem na segunda metade da década de 1980. A seguir, será feita uma análise de alguns casos emblemáticos de resistência no Vale do Paraíba, assim como, uma análise das diferentes formas de organização destas populações em luta pelo seu território e o resultado dos processos.

3.3.

Conflitos e Barragens no Vale do Paraíba: O Caso da Usina Hidrelétrica de Simplício (RJ/MG)

A hidrelétrica de Simplício é um exemplo dos projetos emblemáticos na bacia do Paraíba do Sul. A construção iniciou-se em 2007 e a entrada de operação da usina está prevista para 2013. Um estudo preliminar sobre a usina previa que 8.684 pessoas seriam afetadas diretamente pela sua construção, distribuídas entre os municípios de Três Rios e Sapucaia no estado do Rio de Janeiro, e Além Paraíba e Chiador em Minas Gerais.



Mapa 3: Municípios Atingidos Pela UHE Simplício
Fonte: Base de dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Entretanto, cabe destacar que a própria denominação de atingido desencadeia uma série de debates. Para Vainer (2008), a adoção de uma definição clara e abrangente de quem são os atingidos constitui-se como elemento fundamental para o estabelecimento de políticas socialmente responsáveis. Isso porque, esta não é apenas uma noção técnica e econômica, mas também, de legitimação de direitos. O conceito de atingido é disputado entre os diferentes agentes envolvidos nos grandes empreendimentos hidrelétricos, já que:

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo- e em alguns casos como legal- seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. (VAINER, 2008, p. 40)

Sendo uma categoria social em disputa essa noção possui grande variação no tempo quanto no espaço, um determinado grupo social pode ser reconhecido como atingido em uma região, mas não em outra, por exemplo. Foram nos últimos 30 anos, com advento da legislação ambiental e muitas mudanças no setor elétrico, que a concepção de quem é atingido por uma barragem se modificou enormemente. Durante muito tempo imperou no setor elétrico brasileiro o que Vainer (2008) denomina de *concepção territorial-patrimonialista*. Esta visão reduz os atingidos a aqueles que possuem a propriedade da área, permitindo assim que o setor elétrico indenizasse apenas aqueles que eram proprietários das áreas que seriam inundadas. Essa estratégia simplifica e reduz as questões que envolvem a desapropriação de terras para a construção de barragens, já que:

“Não há propriamente impactos, nem atingidos, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos atingidos, o que há é um direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor.” (VAINER, 2008, p. 42).

Apenas nos últimos 20 anos, com o estabelecimento de regras para o licenciamento ambiental, que tanto a questão das transformações sociais e ambientais, quanto a questão dos atingidos começaram a ganhar destaque. Entretanto, na prática, observa-se ainda algumas estratégias que tentam reduzir os direitos das populações. Vainer (2008), destaca que uma destas

estratégias não é reconhecer os proprietários mas apenas aqueles que estão na área inundada. O autor denomina essa estratégia de *concepção hídrica* e explica que ela reduz os impactos da obra apenas a área do reservatório.

Outro problema observado na construção de barragens no vale do Paraíba é a questão do tempo. Como a construção dessas obras condicionada a uma política nacional e ao mercado de energia, é comum que uma obra seja anunciada e apresentada a população local embora muitos anos se passem até que ela seja efetivamente iniciada. Esse prolongamento causa segundo Viana (2003) uma série de angústias e sofrimento a população que será atingida. É comum que em determinada área onde é anunciada a construção de uma barragem passe a ser feito menos investimentos públicos e privados. Com o tempo, esses efeitos podem ser cada vez mais intensificados, a autora desta que:

“(...) preço dos imóveis começa a cair. Os bancos param de emprestar dinheiro. Novas escolas e hospitais deixam de ser construídas. Serviços e comodidades existentes podem ser interrompidos ou fechados muito tempo antes de a população ser transferida”. (VIANA, 2003, p. 47).

No caso da hidrelétrica de Simplício, apesar dos estudos terem sido intensificados nos últimos 10 anos, moradores relatavam que técnicos do setor elétrico frequentam a região desde a década de 1960. Em seu estudo sobre a população afetada pela UHE Simplício, Daniel (2009) retrata as incertezas vividas pela população. Na comunidade de Grama, pertencente ao município de Três Rios as visitas dos técnicos da empresa responsável pelo empreendimento (Furnas), começaram em 2000 quando foi feito o levantamento para identificar quais sítios e casas seriam desapropriados. Após comunicarem quais seriam essas propriedades, os técnicos da empresa ressaltavam que as pessoas teriam condições melhores de vida que antes do empreendimento, entretanto, não davam informações de como seria esse processo indenizatório, diziam que “cada caso é um caso” e que por isso cada um seria analisado individualmente avaliando os bens que cada propriedade possuísse. Esta posição da empresa, em tratar a comunidade como diversos casos individuais, ressalta sua visão territorial patrimonialista sobre os atingidos. Isto é, não leva em consideração as relações sociais existentes na

comunidade de Grama, que segundo Daniel (2009) possuía laços de vizinhança marcantes.

“Os laços afetivos e culturais marcam a comunidade que preserva um elo estreito entre a perpetuação da família e a propriedade da terra, numa imbricação entre a história familiar e o lugar onde vivem. A casa, o sítio e roça são carregados de lembranças e memórias que ultrapassam as gerações”. (CÂMARA e DANIEL, 2011, p. 11).

Para a população de Grama a expectativa era que as condições de vida melhorassem, de acordo com Câmara e Daniel (2011, p. 11) a comunidade esperava “o aquecimento do comércio local com a notícia de um grande empreendimento e a expectativa de um aumento do número de pessoas em decorrência das obras, além de empregar a mão de obra local ociosa”. Entretanto, houve grande descontentamento em relação às indenizações. Com uma mobilização muito fragmentada alguns grupos conseguiram valores mais altos que outros. De acordo com Câmara e Daniel (2011, p.12):

(...) conforme se verifica no depoimento de outro morador de Grama: “houve um grupo que se juntou e, assim conseguiu mais benefícios do que primeiramente iriam receber: os moradores que pagam aluguel. Eles irão receber uma quantia de R\$ 71.000,00. Em contrapartida, os proprietários dessas casas receberão R\$17.000,00”.

Diante dos medos e incertezas, os moradores acreditavam que perderiam uma disputa judicial. Daniel (2009) relata que a principal razão pela qual os moradores de Grama não reivindicaram uma negociação mais aberta a participação da população foi o fato de não haver informações e da falta de pessoas capacitadas para assessorá-los:

(...) ela acha que a população precisa de alguém que possa explicar o que deve ser feito num caso como esse e conclui afirmando que como eles não tem recursos financeiros para buscar informações com especialistas, assim uma reivindicação não foi esboçada. (DANIEL, 2009, p. 13- 14).

Muitas vezes no “*tom amigável*” de tratamento da empresa com a população atingida existe uma relação de dominação econômica e cultural, este é o caso não só da UHE Simplício mais de muitos outros empreendimentos. Ao final as obras da usina foram concluídas em fevereiro de 2012, entretanto uma série de disputas judiciais não permitiu que ela entrasse em operação imediatamente após o fim da construção.

Já nos estudos ambientais que precedem o início do processo de licenciamento ambiental eram apontados os riscos da piora da qualidade da água do rio Paraíba do Sul em detrimento da construção da barragem. Além disso, o empreendimento comprometeria o abastecimento residencial de muitos ribeirinhos e poderia ocasionar eutrofização nos locais onde haveria diminuição da vazão e no reservatório. Por isso, uma das medidas condicionantes para a emissão da licença de instalação da barragem foi à implementação da rede coletora e de tratamento de esgoto em Sapucaia. Tendo em vista também que a área onde funcionava o lixão do município de Sapucaia seria inundada pelo enchimento do reservatório, outra condicionante foi a construção do aterro sanitário da localidade de Anta, município de Sapucaia no Rio de Janeiro¹⁰. Os conflitos judiciais referentes a operação da hidrelétrica começaram em 2010, quando o Ministério Público Federal recomendou que Furnas adiasse a entrada da operação da usina devido aos atrasos nas obras do sistema de tratamento de esgoto, que deveriam ser concluídas antes do enchimento do reservatório. Para o órgão, a UHE Simplício apresenta riscos ao meio ambiente e, por isso, foi sugerido também que a empresa elaborasse um plano de contingência para evitar prejuízos à qualidade da água em caso de acidente.

Em dezembro de 2011, após emissão da licença de operação pelo IBAMA, uma ação movida pelo Ministério Público Federal de Petrópolis e a Vara Federal de Três Rios suspenderam o enchimento do reservatório e a licença de operação (que corresponde a última etapa do processo de licenciamento, é quando a obra da barragem em si está concluída). A principal motivação foi o não cumprimento de todas as exigências ambientais, dentre eles a conclusão da implantação do sistema de tratamento de esgoto.

Além disso, não houve nenhum estudo ou avaliação ambiental sobre os padrões de vazão do rio que deveriam ser adotados após a obra e que garantisse a sobrevivência da rica ictiofauna desse trecho do Paraíba do Sul. Muitas das espécies de peixe que vivem na região dependem da piracema e

¹⁰ Diferentemente da rede de tratamento, o aterro foi inaugurado em 2011.

das águas de corredeiras para a desova e fertilização dos ovos. Com a transformação para o ambiente lântico do reservatório, é inevitável a extinção dessas espécies. O Ministério Público aponta que três delas ficam ameaçadas com a operação da usina, duas são endêmicas da região o “cascudo do Paraíba” (*Rhinelepis asperae*) e o piabanha (*Cheirodon paraibae*).

De acordo com moradores, muitas casas no distrito de Anta ficaram rachadas devido as explosões para a construção da barragem. Segundo o jornal regional Folha Popular, FURNAS não se manifestou sobre o assunto apesar de no início dos trabalhos na região, a empresa ter se comprometido a arcar com qualquer prejuízo decorrente das obras, o que ressalta a visão da empresa que os atingidos são aqueles restritos a área de enchimento do reservatório. Na reportagem, um dos moradores relata que além das rachaduras e portas trincadas, sua laje está comprometida. E por temer a segurança de sua família ele tenta insistentemente uma visita dos técnicos.

Hoje minha casa está totalmente rachada e venho tentando um contato com eles e até agora nada, creio que o pessoal de Furnas e do Consórcio se esquecem que mesmo demorando, ainda existe justiça neste país e eu só quero que eles reparem este mal que fizeram a mim e a outros mais com esta famigerada obra que sinceramente não trouxe desenvolvimento algum a nossa região. (AGORA JORNAIS ASSOCIADOS, julho de 2011)

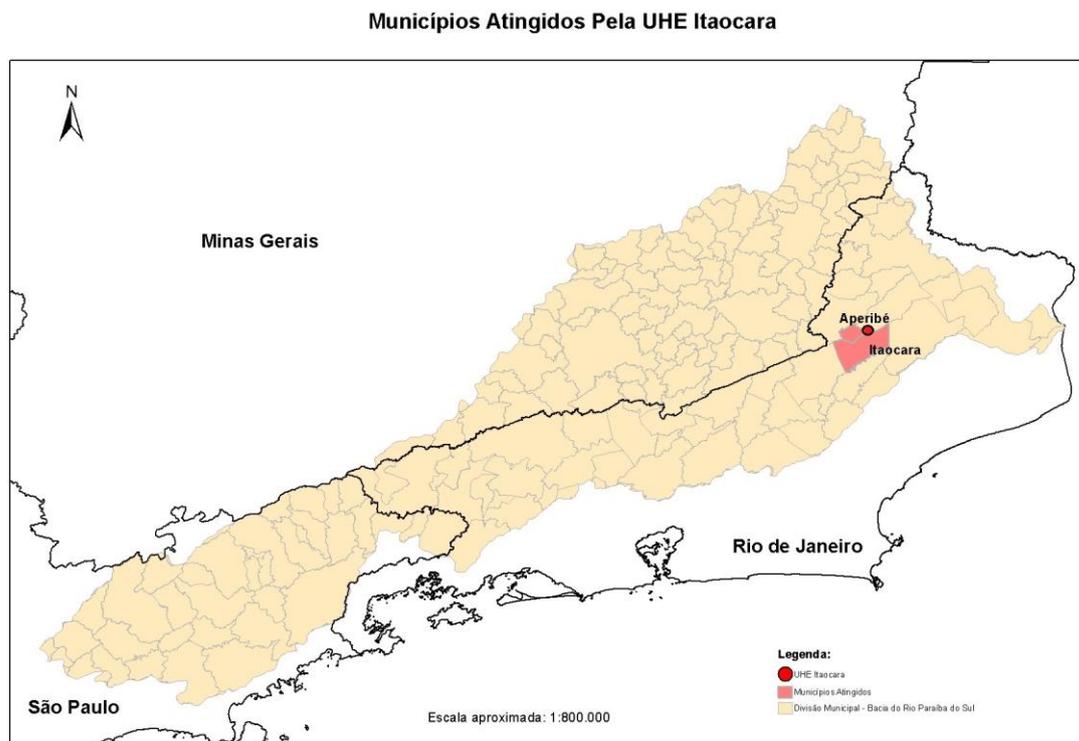
Só em fevereiro de 2013 foi realizado acordo entre o Ministério Público Federal e FURNAS, dando assim, fim às disputas judiciais e a autorização para o enchimento do reservatório. Segundo informações do sítio eletrônico da empresa, as condicionantes referentes ao licenciamento ambiental foram cumpridas até dezembro de 2012, permitindo que o reservatório seja cheio aproveitando o período de cheia do rio, que vai até abril.

3.4.

Conflitos e Barragens no Vale do Paraíba: O Caso da Usina Hidrelétrica de Itaocara (RJ).

Outro projeto que também se prolongou por anos na bacia do Paraíba do Sul foi o da usina hidrelétrica de Itaocara. Há mais de 20 anos diversos grupos empresariais persistiram na tentativa da construção da barragem localizada nos municípios de Itaocara e Aperibé no estado do Rio de Janeiro, na região do baixo Paraíba. A concessão de exploração de recursos hídricos

para a construção da hidrelétrica ocorreu em fevereiro de 2001, quando o projeto foi retomado pela Light.



Mapa 4: Municípios Atingidos Pela UHE Itaocara
 Fonte: Base de dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

No projeto apresentado pela empresa era previsto a formação de um reservatório de 76 km² que alagaria terras de oito municípios: Itaocara, Aperibé, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua e Carmo no Estado do Rio de Janeiro e Pirapetinga, Estrela D'Alva e Volta Grande, em Minas Gerais. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, a hidrelétrica iria deslocar 873 famílias, dentro da estratégia territorial patrimonialista, ou seja, de considerar apenas aquelas famílias proprietárias pela terra. Entretanto, a população local estimava que mais de 1.500 famílias seriam deslocadas pelo enchimento do reservatório.

Inúmeras falhas são encontradas no projeto da hidrelétrica, dentre elas Vainer (2004) destaca: a precariedade dos estudos ambientais na caracterização da região atingida, a forma inadequada com que os problemas

de saúde são tratados¹¹, assim como os levantamentos e avaliações sobre educação, economia regional, trabalho, renda e cultura. Faltam também informações sobre as mudanças no regime de vazão e fluxo de sedimentos do rio Paraíba do Sul, já que, como a barragem encontra-se em seu baixo curso pode comprometer ainda mais os problemas de erosão costeira em sua foz no município de São João da Barra. Há ainda a questão do alagamento da localidade de São Sebastião do Paraíba, 4º Distrito do município de Cantagalo, que não quer o empreendimento.

O autor destaca também que a situação econômica da região é prospera e que por isso, a barragem poderia acarretar altos custos sociais e ambientais, a área inundada apresentava expressiva produção agropecuária (principalmente de leite e hortaliças), com terras férteis que se estendem por toda a região de várzea. Segundo Vainer (2004, p. 254):

Uma rápida visita à região é suficiente para provocar no visitante a sensação imediata de que se encontra numa área rural que distoa da paisagem de pobreza que caracteriza o agro fluminense. A população vem conseguindo, graças a seu esforço, sobreviver de maneira digna do fruto de seu trabalho na terra e da pesca que o rio Paraíba provê.

Os conflitos iniciaram-se ainda em 2001, durante esse período a empresa concessionária era a Light e quando ela marca as primeiras reuniões em São Sebastião do Paraíba, já encontra manifestações contra o projeto na região. A população organizada através do Movimento dos Atingidos por Barragem recebe a empresa com bandeiras do MAB em suas casas e na entrada do Distrito os muros enunciam o sentimento geral: “Fora Light”, “Amigo da Light, Inimigo do povo”, entre outras.

Cumprindo o processo de licenciamento ambiental, a empresa realiza as audiências públicas em dezembro de 2001 nos municípios de Itaocara (RJ) e Pirapetinga (MG) respectivamente. Cerca de 200 pessoas compareceram aos eventos, dentre elas estavam além da população diretamente atingida, várias associações de pescadores e moradores, o Conselho Regional de Engenharia, professores e pesquisadores universitários envolvidos com a

¹¹Segundo o autor os estudos não fornecem dados sobre endemias, mortalidade e não foram baseados em levantamentos de dados adequados para a região.

mobilização. Um fato a ser destacado é que na audiência pública de Itaocara todo contingente policial do município foi mobilizado, o que já demonstrava as expectativas dos organizadores frente às possíveis mobilizações populares.

Diante da grande mobilização ocorreu certo recuo da empresa, que segundo Vainer (2004) fica absolutamente acuada e claramente surpresa com o descontentamento, protestos e indignação. Apesar das audiências públicas não possuírem poder decisório efetivo, a região vive um sentimento de esperança frente a construção da barragem, que até então, era vista como inevitável.

Uma das estratégias utilizadas pela Light para tentar desmobilizar a população local foi ir diversas vezes às localidades atingidas pelo empreendimento, buscando pessoas pelo nome para constrangê-las e atemorizá-las. Além disso, os consultores da empresa que foram responsáveis pelos estudos ambientais tentam conversar separadamente com as lideranças do movimento a fim de isolá-los.

A luta dos atingidos pela barragem ultrapassa a região quando os moradores vão participar das manifestações organizadas pelo MAB em 14 de março de 2002 na capital Rio de Janeiro. Neste dia é celebrado o Dia Internacional de Luta Contra Barragens e por isso, o MAB organiza diversas manifestações em diferentes capitais. No Rio, são realizados atos em frente a sede do BNDES, ao palácio do governo do Estado e da sede da Light. A passagem abaixo demonstra a importância deste momento para o movimento contra Itaocara.

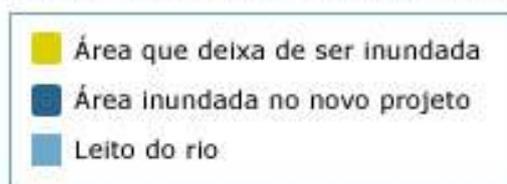
As lideranças avaliam que o principal saldo das manifestações de 13 e 14 de março na capital do estado foi o fato de o movimento assumir uma feição pública e fazer-se reconhecer tanto pelo governo estadual quanto pela própria empresa. (VAINER, 2004, p. 258)

Durante o ano de 2002 algumas articulações importantes foram realizadas, a primeira delas com um Agente de Desenvolvimento Local do município de Cantagalo, a segunda com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) que se comprometeu a rearticular um grupo de trabalho que em 2003 apresentou um parecer crítico sobre o projeto da UHE

Itaocara e com a Secretaria de Meio Ambiente, que iria solicitar informações oficiais ao IBAMA e promover também a participação do Comitê de Bacia do Paraíba do Sul (CEIVAP). Durante o ano de 2002 a Light apresentou também ao IBAMA os estudos complementares que haviam sido exigidos.

Cabe destacar que durante as décadas de 1980 e 1990 envolveram-se na região uma série de atores, de acordo com Berriel, Serra e Ferreira (2010) destacando-se a participação da comunidade científica, ONG's, representantes do governo no que tange ao setor elétrico e diversos grupos sociais e não apenas aqueles atingidos diretamente pelo reservatório.

Foi em 2008 que o projeto ganha novo fôlego, quando a Light agora consorciada à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) formando o consórcio Itaocara Energia Ltda., retoma o licenciamento da barragem. O novo projeto prevê a construção de duas barragens que somam uma potência de 145 MW e um reservatório de 41,49 Km². Os investimentos para a construção podem chegar a 1,1 bilhões de reais e o projeto deve receber investimentos do BNDES. O mapa abaixo mostra a localização da barragem, assim como as mudanças na área inundada.



Mapa 5: Mudanças no projeto da UHE Itaocara
Fonte: Itaocara Energia S.A.

No novo projeto não haverá o deslocamento da localidade de São Sebastião do Paraíba, entretanto, como destaca Borges (2008) mais uma vez a população vem sofrendo com a ameaça do empreendimento e com a falta de investimentos na região.

Uma teimosia movida a muitos milhões de reais, mas que tem levado a uma longa e cruel limitação do acesso de mais de 3.000 famílias a serviços públicos de melhor qualidade e ao crédito para os pequenos agricultores e comerciantes. Além dos prejuízos materiais, as dezenas de comunidades dos municípios atingidos, além do distrito urbano de São Sebastião do Paraíba, em Cantagalo (RJ), vivem, uma vez mais, o clima de terror engendrado pela Light, uma vez que a falta de informações e o clima de ameaça constante continua. (BORGES, 2008)

Mesmo com novas dimensões a barragem compromete os ecossistemas locais. Em estudo sobre os domínios geomorfológicos das ilhas fluviais, Barriel, Serra e Ferreira (2010) explicam que o curso Médio Inferior do rio Paraíba apresenta rica biodiversidade abrangendo praticamente todas as espécies de peixe de valor comercial. Apesar da bacia do Paraíba do Sul como um todo ter sido extremamente transformada pela pesca predatória, pelos muitos barramentos e pela poluição industrial e doméstica no trecho a ser barrado pela UHE Itaocara a ictiofauna é relativamente preservada e composta por sessenta e seis espécies.

De acordo com os autores não há nesse domínio geomorfológico nenhum barramento, é o último trecho desse rio sem a presença de um empreendimento hidrelétrico e por isso mesmo tornou-se palco de interesses, não apenas para a construção de Itaocara, mas também de mais dois projetos (Barra do Pomba e Cambuci). Segundo os autores, esses projetos trarão impactos irreparáveis a região, “os empreendimentos previstos serão instalados nos municípios de Itaocara e Cambuci e poderão comprometer seriamente a integridade desse corpo hídrico e conseqüentemente do domínio das ilhas fluviais.” (BARRIEL, SERRA E FERREIRA, 2010, p. 10)

Apesar de algumas articulações das populações atingidas e movimentos ambientalistas, em dezembro de 2011 foi concedida pelo IBAMA a licença prévia para construção do empreendimento, essa licença é a primeira etapa do processo de licenciamento ambiental obrigatório para a

construção de grandes empreendimentos. A comunidade local ainda sofre com as incertezas do empreendimento há mais de 20 anos, já que até hoje os impactos e transformações decorrentes da implementação da barragem ainda são um tanto quanto obscuros.

De acordo com Berriel, Serra e Ferreira (2010) por exemplo, 79% dos pescadores artesanais da região tem a pesca como principal atividade econômica. A construção da barragem compromete esta atividade e angustia esse grupo. Segundo informações do sitio eletrônico da empresa, a expectativa é que as obras iniciem-se no ano de 2013. Como ponto positivo para a construção da barragem a empresa destaca que serão contratados cerca de 500 profissionais em diferentes fases do projeto e que essa mão de obra deve ser local como uma aposta em promover o desenvolvimento da região.

Mesmo com resistências locais e regionais, muitos projetos hidrelétricos continuam a ser instalados no vale do Paraíba, tendo em vista que a política energética brasileira mantém grandes investimentos na geração hidrelétrica. Entretanto, alguns movimentos se destacam na região por conseguirem se articular e impedir o andamento das etapas de licenciamento ambiental. Algumas iniciativas foram identificadas no vale do rio Preto (tributário indireto do Paraíba do Sul), localizado no médio Paraíba, tendo destaque três movimentos que ocorreram em momentos distintos: um contra a hidrelétrica de Fumaça, localizada em Resenda, e dois contra a PCH Santa Rosa I, localizada nos municípios de Belmiro Braga (MG) e Rio das Flores (RJ) que já teve início do processo de licenciamento impedido por duas vezes.

4. Território, Lugar e Resistência: O caso da PCH Santa Rosa I (RJ/MG)

Como observado no capítulo anterior, a bacia do Paraíba do Sul é repleta de aproveitamentos hidrelétricos que geraram ao longo dos anos diversos conflitos entre empreendedores e população local que, em busca da preservação do seu modo de vida, organizaram-se contra esses empreendimentos. Entretanto, são raros os casos em que essas resistências conseguem atingir escala de atuação política para além das esferas locais e obter representatividade no processo de construção de barragens.

No Vale do Paraíba, as hidrelétricas de Simplício e Itaocara ilustram esse fato. Com o lançamento do governo federal do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), houve uma reformulação dos projetos energéticos no país e um incentivo para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Neste contexto, apesar da articulação e movimentação feita pelas organizações locais, a construção dessas pequenas centrais acabou ocorrendo.

O caso do vale do rio Preto, e a resistência para a construção de seis empreendimentos de geração de energia, ilustra bem como se dá o processo de disputa política entre os diferentes agentes sociais no processo de implementação dessas PCHs. Tido como o único rio da bacia do Paraíba do Sul que não é poluído, o rio Preto apresenta grande valor simbólico e cultural para a região. Em 2010, empreendedores retomaram o projeto de construção das PCHs na região, incentivados pela política de desenvolvimento do governo federal, sendo a primeira delas Santa Rosa I. Neste momento, formou-se um movimento contra a barragem, organizado da Associação de Moradores da localidade de Porto das Flores, que recebeu durante este processo, apoio de outras instituições e pessoas de áreas adjacentes.

Assim como em outros casos de movimentos contra barragens, houve no caso da PCH Santa Rosa I articulações políticas que fizeram com que a campanha contra o empreendimento não ficasse restrita às comunidade de Manuel Duarte (RJ) e Porto das Flores (MG), as duas áreas que seriam diretamente atingidas pela construção da barragem. Pautando-se no discurso

da importância histórica, cultural e ecológica do rio para toda a região, o movimento começou a ganhar amplitude e legitimidade nas cidades próximas, não ficando restrito à esta barragem específica, mas voltando-se para questões relativas à preservação ambiental e cultural do vale do rio Preto como um todo.

Com o objetivo analisar a trajetória da organização contra a PCH Santa Rosa I e compreender como ele se configurou, este capítulo se organiza da seguinte maneira: primeiramente caracterizando a área de estudo, ou seja a bacia do rio Preto, tendo como principais referências bibliográfica Castro (1992/2001) e Pinheiro (2002). Em seguida, resgatando o caso da organização que se constituiu contra a hidrelétrica Fumaça (Resende-RJ) e da PCH Santa Rosa I. Em seguida busca-se identificar que instituições estiveram envolvidas no processo de resistência, que acarretou a suspensão de mais cinco hidrelétricas que eram previstas na mesma bacia, tendo como principais interlocutores Castro (2008), Neves (2007) e Rothman (2008). Por fim, analisa-se como se constituiu o conflito territorial na região, destacando sobre que aspectos esse movimento se baseou e, por fim, como se desencadeou o conflito entre os agentes envolvidos na construção da barragem. Para elaboração desta análise foram consultados os documentos elaborados pela Associação de Moradores de Porto das Flores¹², pelo Instituto Preservale e pelo Ministério Público de Volta Redonda.

Além disso, foram entrevistados três representantes que estiveram envolvidos diretamente com as ações tomadas por cada uma das instituições, sendo elas: um representante da Associação de Moradores, um do Comitê de Bacia do Médio Paraíba e um do Instituto Preservale.

4.1.

O Vale do Rio Preto: Características e Ocupação

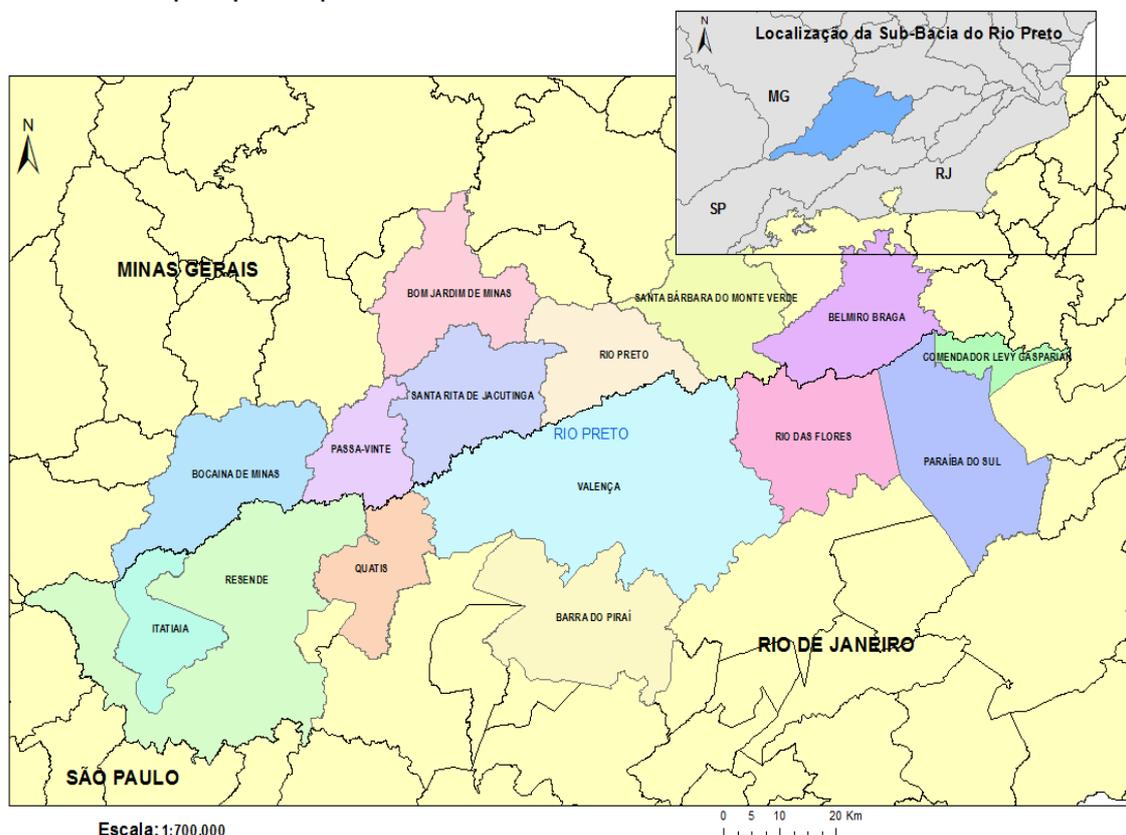
O vale do rio Preto faz parte da região do médio Paraíba, o seu rio principal, o Preto é tributário do rio Paraíba, uma dos mais importantes afluentes do Paraíba do Sul. Esse rio nasce na Serra da Mantiqueira, na

¹² Ver anexo A (documento elaborado pela Associação de Moradores).

região do Médio Paraíba e estende-se por 198 km até desaguar no Paraíbauna, próximo à cidade de Três Rios. Serve como divisa geográfica entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e sua ocupação histórica de seu vale está intrinsecamente relacionada à história do vale do Paraíba.

Os municípios que integram essa bacia são do lado fluminense: Itatiaia, Resende, Quatis, Valença, Barra do Piraí, Rio das Flores, Paraíba do Sul e Comendador Levy Gasparian. Do lado mineiro da bacia são: Bocaina de Minas, Passa Vinte, Santa Rita do Jacutinga, Bom Jardim de Minas, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde e Belmiro Braga. O mapa a seguir mostra a localização desses municípios na bacia.¹³

Municípios que Compõem a Sub-bacia do Rio Preto no Médio Vale do Paraíba do Sul



Mapa 6: Bacia Hidrográfica do Rio Preto
Fonte: Centro de Produção Agropecuária – CEPA

¹³ Ver anexo B (mapa de localização do Rio Preto na Bacia do rio Paraíba do Sul).

O rio recebeu esta denominação devido ao reflexo das densas florestas as suas margens que lhe davam uma tonalidade mais escura. Possui também inúmeros afluentes, que aumentam sua vazão e capacidade de transporte. Pela margem esquerda, destacam-se os rios Pirapitinga e São Lourenço e, pela margem direita, os rios São Fernando, Bonito e Rio das Flores que drena e abastece o município de Valença (RJ).

Não obstante da realidade do médio Paraíba onde está inserido, o vale do Rio Preto foi altamente modificado pela ação humana nos últimos séculos, seja para a organização de núcleos urbanos ou pelas atividades cafeeiras. Entretanto, com a decadência do ciclo cafeeiro no médio Paraíba, muitos criadores de gado vieram de Minas Gerais e passaram a ocupar a região, introduzindo aos poucos a atividade agropecuária nas fazendas expandindo as áreas de pasto e reduziu ainda mais as áreas voltadas à agricultura. Como a pecuária é uma atividade que demanda menor quantidade de mão de obra, o êxodo rural foi também uma das consequências do fim do ciclo do café.

O êxodo rural intensificou o processo de urbanização de muitos municípios do vale, que atualmente possui maior parte de sua população morando nas cidades. Em Valença (RJ), por exemplo, a população rural representa apenas 13% da população total de acordo com o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em alguns municípios como Resende (RJ), importante centro industrial do Rio de Janeiro, a população urbana alcança 94% da população total.

Mas apesar da urbanização crescente em toda região, há ainda poucas modificações nas características naturais do rio Preto, que é considerado o único afluente do Paraíba do Sul com excelente qualidade da água e mesmo com acentuada declividade não possui nenhum barramento. O rio apresenta também inúmeras cachoeiras¹⁴ e corredeiras, algumas delas utilizadas como atrativos turísticos a região.

¹⁴ Em seu trabalho “Vale do Rio Preto: Recursos e Necessidade”, Castro (1992) enumera 31 quedas d’água entre os municípios de Rio das Flores, Valença e Rio Preto.



Foto 1: Corredeiras do Rio Preto- Município de Rio das Flores

Fonte: Considerações Acerca da Reunião Pública Realizada na Escola Municipalizada de Manuel Duarte, 2011.

4.2. Barragens e Conflitos no Vale do Rio Preto

Há anos, diferentes empresas pleiteiam a utilização dos recursos hídricos do rio Preto para geração de energia, e já estão inventariadas e planejadas para a região a construção de seis pequenas centrais hidrelétricas. Ainda no final dos anos 1970, FURNAS começou a desenvolver estudos para avaliar o potencial hídrico do rio Preto. Em 1981, foi apresentado pela empresa o projeto de instalação da hidrelétrica Cachoeira da Fumaça, localizada no distrito e Fumaça, no município de Resende, no estado do Rio de Janeiro.



Foto 2: Vila de Fumaça- Município de Resende (RJ).
Fonte: Pinheiro (2002).

O projeto previa a construção de uma hidrelétrica de 90 metros de altura e área inundável de 1500 hectares. Devido a dificuldades financeiras, a empresa não deu continuidade a esse empreendimento. Em 1988, outra empresa, a Carbureto de Silício Sociedade Anônima (CASIL), obteve o direito de exploração deste potencial. O projeto da CASIL previa para a região a construção de uma pequena central hidrelétrica com capacidade de 22MW, diminuindo a altura da barragem para 9 metros e a área inundada para 11 hectares. O objetivo da empresa com a construção da PCH era abastecer de energia uma fábrica de Carbureto de Silício que seria instalada em Resende, atualmente onde se localiza o município de Porto Real, emancipado em 1995.



Foto 3: Cachoeira da Fumaça – Município de Resende (RJ)
Fonte: Pinheiro (2002)

Pinheiro (2002) relata que foi neste momento, quando houve a ameaça de destruição da cachoeira da Fumaça, que surgiram na comunidade reações das mais diversas que deram origem ao Movimento SOS Cachoeira da Fumaça. Formado pela população local, funcionários da prefeitura de Resende e entidades ambientalistas, o movimento organizou diversas manifestações e protestos, conseguindo visibilidade na imprensa local. Essas atividades foram as principais responsáveis pela mobilização da população da vila e de muitos moradores de Resende. Além disso, as articulações feitas pelo movimento garantiu a assinatura de dois decretos que foram essenciais para o projeto não ir adiante.

O primeiro decreto, de dezembro de 1988 criou o Parque Municipal de Cachoeira da Fumaça e o segundo, em junho, declarou todo o conjunto cênico da cachoeira integrante do Patrimônio Paisagístico e Histórico do município de Resende. Os dois decretos somados à reprovação do EIA/RIMA por parte da FEEMA fizeram com que a CASIL desistisse do empreendimento naquele momento.

Nove anos depois, o consórcio Cachoeira da Fumaça (que também possuía a CASIL como acionária) tentou novamente construir a barragem.

Segundo Pinheiro (2002), a empresa garantia a diminuição dos impactos devido a uma reformulação no projeto.¹⁵

Na intenção de evitar novos atritos com a comunidade local, a empresa apresenta um projeto completamente reformulado, com alguns avanços no que diz respeito aos impactos ambientais e sociais decorrentes de um empreendimento dessa natureza, rotulando –o como “um dos mais modernos do mundo”. Segundo a nova visão a usina teria uma potência instalada total de 29 MW, com ausência de barramento e, conseqüentemente, de área inundada e população diretamente atingida. (PINHEIRO, 2002)

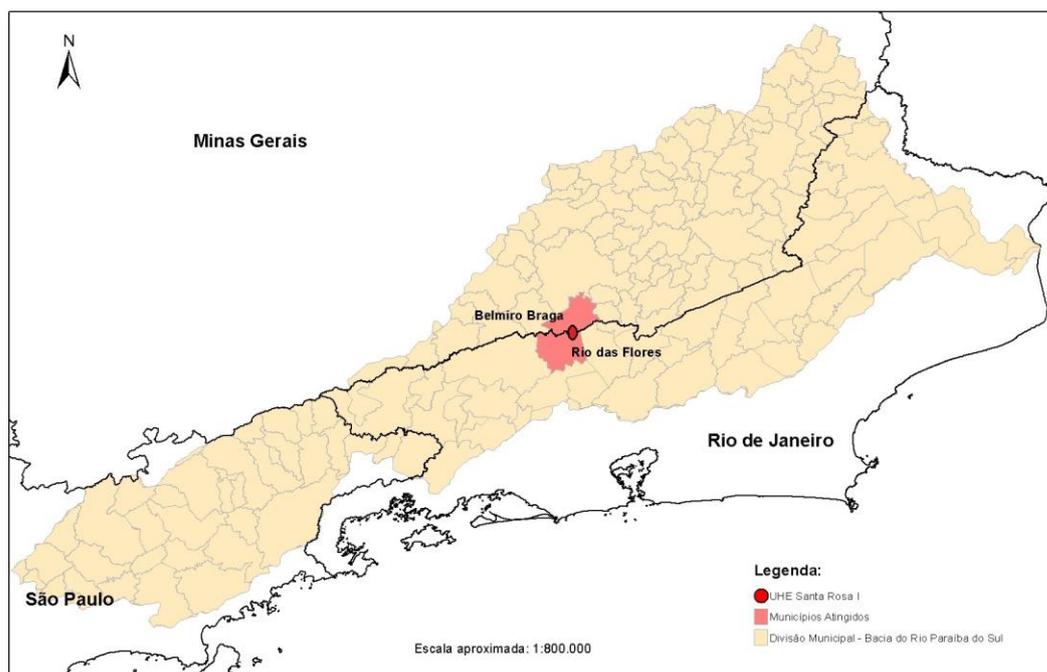
Com este projeto não seria necessário a perda da cachoeira e como seria possível regular a vazão do rio, o consórcio se comprometeria de, nos finais de semana, operar a usina em níveis mínimos o que garantiria a utilização da cachoeira da Fumaça para lazer. O que agora estava em questão era a garantia dada pelo consórcio de que seria possível manter o potencial turístico, mesmo com a construção da hidrelétrica. Se por um lado o vale permaneceria intocado e com a continuidade das atividades recreativas, por outro, a vazão d’água seria muito reduzida nos meses mais secos, o que alteraria a dinâmica e o ecossistema da área. Apesar das mudanças, o projeto continua não sendo bem aceito.

O Movimento SOS Cachoeira da Fumaça articulou-se novamente e promoveu uma série de ações utilizando novamente os jornais local para a publicação de artigos e manifestos. A assinatura do Decreto Municipal nº 43 de 25 de março de 1999, tombou definitivamente a cachoeira como Patrimônio Paisagístico e Cultural Municipal. O Consórcio Cachoeira da Fumaça não levou o projeto adiante, bem como não entregou os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental ao IBAMA.

Outro caso de resistência na bacia do rio Preto foi contra a barragem de Santa Rosa I, localizada nos municípios de Rio das Flores (RJ) e Belmiro Braga (MG). Alguns moradores da região relatam que há mais de 40 anos existem projetos de implementação de barragens nesta localidade.

¹⁵ O projeto baseava-se na construção de um desvio no rio a montante da cachoeira, assim parte da água seria desviada para um reservatório subterrâneo e deste reservatório para a casa de força.

Municípios Atingidos Pela PCH Santa Rosa I



Mapa 7: Municípios Atingidos Pela UHE Santa Rosa I
 Fonte: Base de dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Em 2002, houve a emissão da primeira licença prévia para a construção de uma PCH na região. No entanto, neste período, houve grande mobilização e uma ação civil pública da Organização Não Governamental Amo o Rio Preto, impediu que o processo de licenciamento fosse adiante. Em março de 2010 houve a desistência por parte desta ONG da ação e assim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) retornou o processo de licenciamento para a construção do empreendimento.



Mapa 8: Localização da PCH Santa Rosa I
 Fonte: Relatório de Impacto Ambiental.

Em abril de 2011, foram apresentados a população local novos documentos para a renovação da licença prévia. Novamente se iniciou a mobilização que contava com o apoio de diversos agentes: a Igreja Católica, o Comitê do Médio Paraíba do Sul, Instituto Preservale e o Ministério Público Federal. Cada um dos agentes participou do processo de uma forma específica, como trataremos mais a frente neste trabalho. Cabe ressaltar que foram realizadas diversas ações com objetivo de divulgar a preocupação dos moradores não só com a construção da PCH Santa Rosa I, mas dos demais projetos previstos para o Rio Preto.

Foram realizadas caminhadas, cavalgadas, palestras e ainda um Fórum para debate que recebeu o nome de I Fórum Rio Preto, em Visconde de Mauá, que reuniu cerca de 150 pessoas e foi organizado pelo Comitê do Médio Paraíba. O Fórum foi uma importante oportunidade de encontro e discussão, já que estiveram presentes também representantes do IBAMA do Rio de Janeiro e da ANEEL.

Ao final, foram elaborados dois documentos que ajudaram a divulgar a situação na região. O primeiro foi direcionado aos governos estaduais e municipais e chamava a atenção para o valor sociocultural do rio Preto. O segundo documento foi uma carta aberta à presidenta da República, Dilma Rousseff, solicitando a provisória suspensão do projeto e a adequação daqueles projetos à realidade do rio Preto.

Em abril de 2012 a licença foi novamente revogada, desta vez através de uma ação movida pelo Ministério Público do município de Volta Redonda, que alegava falhas no projeto, sobretudo, sobre as perdas e os impactos ambientais da construção da PCH. É preciso salientar que essa licença permanece suspensa até a presente data.

4.3. PCH Santa Rosa I: A formação da resistência

A construção de barragens gera um campo de conflito, desencadeado por envolver interesses divergentes sobre o território. Muitos movimentos sociais de resistência à instalação dessas obras são registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes mobilizadas em torno desta problemática, que de acordo com Warren e Reis (2008), tendem a criar mecanismos que legitimam suas reivindicações.

No caso de Santa Rosa I, a resistência inicialmente se formou com configurações mais localizadas. Entretanto, muitas articulações foram feitas tornando a luta contra a barragem mais ampla e diversificada. A participação de outros agentes nos processos decisórios de construção de barragens é fruto de uma série de mudanças que ocorrem no Brasil desde a década de 1980, que previa maior participação da sociedade civil na gestão das bacias hidrográficas.

A maior participação popular é fruto de acordo com Castro (2008), da descentralização e reorganização da gestão territorial dos processos econômicos, sociopolíticos e administrativos. Foi um período de convergência entre forças neoliberais com forte conteúdo privatizante, e

movimentos sociais que pleiteavam uma maior autonomia dos poderes locais na formulação e na gestão de políticas públicas.

Até a década de 1980 havia grande dificuldade de uma gestão mais participativa dos recursos hídricos o que é atribuída ,segundo Castro (2008), à hegemonia do setor elétrico sobre a gestão das águas. Isso porque, desde a década de 1920 até os anos 1980, o grande mandatário da regulação hídrica no Brasil foi o setor de geração hidrelétrica deixando assim a maior parte dos marcos regulatórios da gestão das águas no Brasil a cargo do setor elétrico. Evidenciando que o modelo desenvolvimento econômico e social brasileiro é caracterizado pela grande exploração dos recursos naturais, tais como os rios para a geração de energia.

Entretanto, no final de década de 1970 surgem algumas tentativas de descentralização de atividades de gestão hídrica, incentivadas pelo Ministério das Minas e Energia – MME. A mais significativa delas foi a criação de comitês de bacia de caráter consultivo na região Sul do país que, apontaram, segundo Castro, (2008) dois aspectos importantes: o primeiro relacionado à coesão política entre os usuários das águas, os municípios e o estado; e o segundo relativo ao deslocamento da motivação, dos objetivos pontuais e políticos para o consenso social, e das iniciativas para criação das unidades de gestão do Estado para a sociedade, por meio de representações legítimas desta.

A hegemonia do setor elétrico só viria a ser afetada a partir da reestruturação do Estado, do ponto de vista político e administrativo, e da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual estabelece o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNRH) e fundamenta os princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) que viria a ser promulgada em 1997.

Nesse contexto, o Estado passou a ter seu papel redefinido deixando de ser responsável “direto pelo desenvolvimento econômico e social, para assumir a função de promotor e regulador desse desenvolvimento com a criação de agências com alta concentração de poder regulador e fiscalizador”

(CASTRO, 2008, p. 35). O Estado deixa então de ser o promotor das grandes obras, tais como hidrelétricas, e passa a atuar na regulação e fiscalização de serviços públicos. Além disso, este é um momento em que a sociedade civil exigia maior participação nos processos decisórios e de planejamento.

A partir da implementação da PNRH foram criados os sistemas integrados de recursos hídricos, com objetivo de implementar novos modelos de gestão participativa, dos quais os comitês de bacia passaram a figurar como os principais mecanismos. Segundo Castro (2008), estes comitês estão entrosados com as políticas públicas ambientais do período e possuem objetivos, princípios e organização político-institucional definidos pela legislação federal e em consonância com os modos de gestão recomendados pelos grandes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas.

Os comitês de bacia são fóruns de debate constituídos por novos atores que passaram a atuar diretamente na tomada de decisão sobre as questões relacionadas ao uso da água nas bacias hidrográficas. Além disso, reafirmam a participação do Estado como regulador já que estão submetidos a estruturas institucionais e possibilitam o debate entre seus membros que são provenientes de diferentes setores da sociedade, criando espaços democráticos de decisões sobre as bacias e a utilização de seus recursos naturais.

Fazem parte dos comitês de bacia representantes de governos locais e estaduais, usuários dos recursos hídricos e representantes da sociedade civil. De acordo com Castro (2008), essa configuração possibilita que cada setor contribua de alguma forma e que os diversos interesses sejam contemplados e, que assim, perspectivas diferentes sejam consideradas na formulação final das políticas públicas a serem implementadas na região de atuação dos comitês. Além disso:

(...) a constituição dos Comitês de Bacia permite que haja valorização do plano local, o que implica o resgate de formas de participação social estruturada em torno de valores, saberes, interesses e mecanismos de sociabilidade que contribuam para a construção de uma identidade da bacia hidrográfica. (CASTRO, 2008, p. 31).

Com objetivo de dar conta da complexidade que envolve todos os aspectos citados acima, devido a sua extensão territorial e por cortar três estados diferentes, a bacia do Paraíba do Sul, como visto, possui comitês de bacias regionais que buscam soluções integradas para os inúmeros problemas ambientais desta área, que é altamente degradada. Além dos comitês, foi criada também a Agência de Bacia (Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul-AGEVAP) que é responsável pela arrecadação e aplicação de recursos provenientes da cobrança pela utilização da água na bacia.

O rio Preto, assim como as bacias de seus rios afluentes compõem a área de atuação do Comitê do Médio Paraíba. Instituído em setembro de 2008, o comitê atua na Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, especificamente no curso médio superior do rio Paraíba do Sul no Estado do Rio de Janeiro. Dentre seus objetivos estão: dirimir em primeira instância, eventuais conflitos relativos ao uso da água; acompanhar a Política Estadual de Recursos Hídricos; propor valores e aprovar critérios de cobrança pelo uso da água; planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos.

Sua atuação abrange integralmente, os municípios de Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Itatiaia, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, e parcialmente os municípios de Barra do Pirai, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pirai, Rio Claro, Três Rios e Vassouras, situados na região sul fluminense do estado do Rio de Janeiro.

O comitê do Médio Paraíba é constituído por um plenário, órgão máximo deliberativo, composto por vinte e quatro membros com direito a voto. Dentre estes vinte e quatro membros oito são representantes dos usuários de água, oito representantes da sociedade civil e oito representantes do poder público (federal, estadual e municipal). A diretoria colegiada, composta por seis membros dos três segmentos que compõem o Comitê, é responsável pela condução dos trabalhos. Além disso, o Comitê conta com uma Câmara Técnica de Instrumento de Gestão e Legal, responsável pela análise técnica dos assuntos a serem tratados.

Além do comitê, há na bacia do rio Preto à atuação de alguns grupos provenientes da sociedade civil, um dos grupos mais atuantes na região é o Instituto Preservale, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, criado em 1994. O instituto tem como objetivo promover e apoiar a execução de planos, programas, projetos e atividades relacionadas com a preservação, pesquisa, documentação e a valorização de patrimônio histórico, cultural e ambiental, bem como iniciativas voltadas para o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural em todo vale do Paraíba do Sul.

A organização possui três núcleos de atuação onde se concentram suas ações: Cultura e Patrimônio Histórico, Conservação Ambiental e Turismo. Atua diretamente no mapeamento do patrimônio histórico da região voltado principalmente a história da atividade cafeeira e na formulação e de políticas e medidas visando a preservação, a restauração e a conservação dos patrimônios histórico, culturais e ecológicos da região.

Dentre as ações do Instituto, destacam-se a criação do núcleo de conservação ambiental que prevê ações na promoção, coordenação e incentivo a campanhas de preservação de fauna e flora, bem como o apoio à defesa de despoluição e de recuperação ecológica da bacia do Rio Paraíba do Sul e da região.

Outro representante da sociedade civil a se destacar nesse processo foi a associação de moradores de Porto das Flores. Apesar da barragem e de seu reservatório estarem localizados na divisa de dois municípios Rio das Flores (RJ) e Belmiro Braga (MG), ¹⁶ nos distritos de Manuel Duarte e Porto das Flores, ¹⁷ respectivamente, não houve envolvimento da associação de moradores do município fluminense. A Associação de Moradores de Porto das Flores havia sido estruturada há alguns anos devido a algumas iniciativas de desenvolver turismo rural na região, entretanto, é importante destacar que ela reúne moradores de ambas às localidades, que são separadas apenas pelo rio Preto.

¹⁶ Ver Anexo C (Localização da PCH Santa Rosa I).

¹⁷ Ver Anexo D (Foto dos distritos de Porto das Flores e Belmiro Braga).

Além da maior participação da sociedade civil nos processos decisórios, a PNRH impulsionou mudanças no arcabouço legal brasileiro que avançou em termos de leis ambientais. De acordo com Castro (2008, p. 26), “é neste período que surgem as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.”

Configura-se também uma noção de meio ambiente como um bem público que deve receber proteção das diferentes entidades federais e estaduais ligadas a questão ambiental. Dentro dos princípios da lei, Castro (2008) explica que existe uma noção de meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser garantido e protegido, através do uso racional do solo, da água e do ar. Além disso, prevê-se a proteção dos ecossistemas, o uso planejado dos recursos naturais, o zoneamento de atividades poluentes, a recuperação de áreas degradadas, a proteção de áreas ameaçadas de degradação e a educação ambiental em todos os níveis de ensino e uma feição democrática às instituições federais e estaduais ligadas ao meio ambiente. Instituiu como obrigatório o licenciamento ambiental para grandes obras, que garante não apenas o cumprimento de legislação, mas também a participação da sociedade civil nestes processos. Nesse contexto, é atribuído um novo papel ao Ministério Público que passou a ter legitimidade para as ações de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

Com as privatizações, o aparato legal que envolve empresas que atuam na construção de hidrelétricas e grandes projetos em geral tornou-se um tanto quanto confuso e omissivo. Segundo Vainer (2008) o aparato legal tende agora a privilegiar as próprias empresas, já que omite muitos dos problemas ambientais decorrentes dos projetos, assim como desrespeitou abertamente a legislação ambiental precedente.

No caso de Santa Rosa I, o licenciamento ambiental foi conduzido pelo IBAMA, pois, o rio Preto está localizado na divisa de dois estados e por isso é considerado um rio sobre jurisdição federal. A empresa responsável pelo empreendimento denomina-se Santa Rosa Energética S.A., trata-se de um produtor independente de energia, constituído para a construção deste empreendimento específico.

Sobre argumentos de que tanto IBAMA quanto empresa não cumpriram todas as exigências legais, outro agente importante contra a construção da barragem de Santa Rosa foi o Ministério Público Federal, localizado no município de Volta Redonda, que teve papel fundamental na denuncia sobre os problemas ambientais que decorreriam da instalação da barragem, assim como da paralisação do processo de licenciamento ambiental. É importante destacar, que essa omissão dos problemas ambientais, assim como destaca Vainer (2008) o desrespeito a legislação ambiental são características do momento atual do setor elétrico, caracterizado pela presença dos empreendedores privados.

A seguir serão analisadas as disputas territoriais em que os conflitos entre esses agentes foram estabelecidos, envolvendo a percepção que cada um deles possui sobre o espaço em sua dimensão territorial e sobre os recursos hídricos da região.

4.4. As Disputas Territoriais no Caso de Santa Rosa I

Muitos aproveitamentos hidrelétricos no Brasil foram mapeados durante a ditadura militar e, como outras obras deste período, envolviam grande magnitude de investimentos, capital e força de trabalho, caracterizando-os como Grandes Projetos de Investimentos, como visto. Entretanto, como explica Rothman (2008), as privatizações do setor elétrico na década de 1990 facilitaram a formação de consórcios que reúnem diversas empresas privadas e abriu “uma onda nova e maior de projetos de barragens, muitos dos quais foram classificados como PCHs” (ROTHMAN, 2008, p. 23).

As pequenas centrais hidrelétricas são aquelas que possuem potência instalada de 1 a 30 Megawatts e inundam áreas de até 3 km². Dentre as suas principais características estão:

Possuir rápida entrada no sistema de potência e flexibilidade para mudar rapidamente a quantidade de energia fornecida ao sistema devido às mudanças na demanda (uma característica útil para aumentar o rendimento e melhorar o desempenho de um sistema elétrico interligado); apresentar baixos custos de operação e manutenção, como de produção de energia; e apresentar características mais suaves de inserção ambiental. (NEVES, 2007, p. 33)

Para os governos, as PCHs são tidas como alternativas renováveis e por isso recebem incentivos a sua implementação. De acordo com Neves (2007), as pequenas centrais são tratadas pelo programa de infra-estrutura do Banco Nacional Desenvolvimento (BNDES) como fontes alternativas que possuem condições ímpar de produção de energia em regiões afastadas dos grandes sistemas de produção. Assim como inúmeros projetos, a própria legislação que define as PCHs foi ao longo do tempo se transformando para atrair investimentos.

A primeira vez que o termo pequena central hidrelétrica foi mencionado na legislação do setor elétrico brasileiro foi em 1982, e definia empreendimentos que tivessem potência máxima de 10 MW. Entretanto, neste período ainda eram exigidas muitas condicionantes para sua construção. Faltaram também linhas de crédito para o financiamento o que acabou dificultando o desenvolvimento de um programa de implementação de PCHs. Conseqüentemente, houve uma redefinição do conceito de pequena central em 1987 onde foi mantida a potência máxima de 10 MW. Novamente não há crescimento dos investimentos feitos em PCHs, o que de acordo com Neves (2007, p62-63), mostrava que:

(...) havia necessidade de revisão do critério de enquadramento de empreendimentos hidrelétricos nas condições de pequenas centrais hidrelétricas, que não considerassem apenas a potência instalada.

Em 1997, o limite da potência dos pequenos empreendimentos foi aumentada para 25 megawatts. Já em 1998, o limite foi fixado em 30 megawatts e foi autorizada a dispensa de licitações. Neste mesmo ano a ANEEL estabelece a resolução nº 394, que estabelece limites mais específicos sobre as PCHs: a potência instalada deve ter entre 1 e 30 megawatts e a área inundada ter até 3 km². Esta resolução que define as características das PCHs prevê também que para alguns empreendimentos a

área máxima inundada poderá ser maior, devido a especificidades regionais, podendo a ANEEL também conceder a condição de pequena central após parecer técnico.¹⁸

A autorização para a construção de pequenas centrais é determinada pela resolução nº393/98 como simplificada, se inicia com o pedido de registro do empreendimento na ANEEL onde será apresentado o estudo de inventário hidrelétrico, a potência a ser instalada e o plano de desenvolvimento do projeto. Neste primeiro momento, também deverão ser apresentados o relatório de reconhecimento da bacia, justificando o porquê da opção para o empreendimento de pequeno porte.

Os estudos de inventário hidrelétricos assumem caráter de registro na ANEEL quando são considerados ativos e válidos. O próximo passo deste processo é de acordo com Neves (2007, p. 65):

(...) apresentação aos órgãos ambientais (federal ou estadual, dependendo da jurisdição do rio), e aos órgãos públicos responsáveis pelos recursos hídricos (federal ou estadual) para definição do aproveitamento ótimo e a garantia do uso múltiplo dos recursos hídricos.

Em seguida cabe a ANEEL conceder ao empreendedor a autorização para a construção do Projeto Básico, que deverá ser compatível com a complexidade que envolve cada empreendimento. Este projeto reúne às informações geológicas, hidrológicas, cartográficas, hidroenergética e do meio ambiente. Caso haja outros interessados no empreendimento, a ANEEL deve comunicá-los e estabelecer prazo de até 90 dias para que eles possam apresentar seus projetos.

A decisão pelo empreendedor que poderá construir o empreendimento baseia-se em assegurar a competitividade de agentes produtores de energia e por isso dará preferência ao menor empreendedor ou proprietário de terra. São também características consideradas na escolha da empresa: ter participação como produtor de energia no sistema interligado nacional menor

¹⁸ Em dezembro de 2003, através da resolução nº 652 ficou estabelecido que a área do reservatório não deverá ultrapassar o limite de 13 km² e que a ANEEL deverá articular com a Agência Nacional de Águas, os Comitês de Bacia Hidrográfica, os Estados e Distrito Federal a definição dos limites do reservatório assim como seus usos múltiplos.

que 1%, não ser distribuidor de energia elétrica na área de construção do empreendimento, ser proprietário ou ter maior área onde ficará o futuro reservatório e possuir participação na comercialização de energia elétrica no território nacional inferior ao volume de 3000 GW/ano.

Por fim, após a definição da ANEEL pelo vencedor, o empreendedor deve apresentar documentação que comprove sua regulação jurídica e fiscal, assim como sua capacidade técnica e de investimento.¹⁹ Após essa autorização, a ANEEL outorga a autorização. Além deste processo menos burocrático para construção das pequenas centrais, o Estado através do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA) e do BNDES concede outros incentivos e financiamentos a construção de PCHs.

Dentre esses incentivos estão: a autorização não onerosa para a exploração dos recursos hídricos, descontos superiores a 50% nos encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, livre comercialização de energia para consumidores de carga igual ou superior a 500Kw, isenção relativa a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos e limite tarifário diferenciado quando a energia produzida for para concessionários de serviços públicos.

Neves (2007) explica que para atrair os investimentos privados, muitas vezes interpretou-se erradamente que a problemática ambiental desses projetos poderiam ser facilmente equacionadas, tendo em vista que a área de seus reservatórios e seus impactos teriam escalas menores do que de usinas com potência mais elevadas. Entretanto, as instalações destes projetos não deixaram de gerar conflitos com as populações locais, muitas vezes populações tradicionais e indígenas, pois as transformações deflagradas por eles modificam o meio ambiente, assim como as relações dos grupos com o lugar e a região.

Para a autora, as diferentes instituições que estão envolvidas no processo de construção dos empreendimentos possuem pontos de vistas divergentes sobre o licenciamento ambiental, assim como pelas próprias

¹⁹ Estes documentos devem atender os termos do artigo 19 da resolução ANEEL nº 395/98.

transformações que serão decorrentes de sua instalação. Nos projetos de pequenas centrais hidrelétricas a serem instaladas no rio Preto, essa percepção sobre as transformações que seriam decorrentes dos empreendimentos e dos recursos naturais é difusa entre os agentes envolvidos no conflito decorrente do anúncio da construção da PCH Santa Rosa I.

Em março de 2010, o projeto foi retomado pela empresa Minas PCH, através do consórcio Santa Rosa Energética S.A. Em abril de 2011 foram apresentados atualizações dos documentos para a renovação da licença prévia, primeira etapa do licenciamento ambiental. Como já havia ocorrido em 2002 uma audiência pública para o debate do projeto com a população, em setembro de 2011, o IBAMA convoca uma reunião pública onde seriam transmitidas as informações do novo projeto. Segundo os relatos dos moradores, já nesse momento de apresentação do novo projeto ocorrem diversas críticas e dúvidas que a empresa e o próprio IBAMA não conseguiram responder.

De acordo com representante da Associação de Moradores de Porto das Flores, já havia receio por parte do Instituto que houvessem resistências na região, e por isso mesmo, essa reunião foi convocada com intuito de analisar qual seria a receptividade de um novo projeto. Os novos EIA/RIMA foram disponibilizados com apenas uma semana de antecedência da reunião e em virtude do debate, o próprio IBAMA recomendou que a população reivindicasse mais explicações sobre o projeto.

A Associação de Moradores elaborou então, a pedido do Instituto, um parecer que continha suas críticas sobre o empreendimento. Neste documento pode-se observar diferentes percepções sobre o espaço e os recursos naturais da região, além de uma série de falhas apontadas pela população no que se refere ao processo de licenciamento.

Como a maior parte dos estudos sobre impactos ambientais, o RIMA da PCH Santa Rosa trata separadamente as questões relativas ao meio físico-biótico e o social-cultural, sem levar em consideração as interações que são feitas entre eles. A separação entre o meio físico-biótico e o social-cultural

dificulta analisar as verdadeiras interações que a sociedade faz com o ambiente, por isso dificulta também compreender quais são as verdadeiras transformações que a construção da barragem pode acarretar na vida daquela população.

4.4.1. Transformações ao Meio Físico Biótico

Uma das mais significantes transformações decorrentes da instalação da PCH Santa Rosa I seria a área inundada do reservatório, a barragem inundaria uma área de 17 hectares onde seria necessário o suprimento de vegetação local descrita pelo Relatório de Impacto Ambiental como rica e abundante em diversidade de fauna e flora. O documento destaca também, que esta já é uma região onde ocorreram diversas mudanças nos ecossistemas devido às atividades econômicas, já que a região do vale do Rio Preto é marcada historicamente pelas atividades cafeeiras e pecuárias que envolveram práticas de manejo do solo inadequadas, propiciando um intenso processo de erosão e contribuindo conseqüentemente para o processo de assoreamento do rio.

Estas transformações são descritas no Relatório de Impacto Ambiental (2011, p. 40) como: “efeitos danosos sobre as espécies da fauna florestal somente a nível local.” Entretanto, a população destaca que parte desta vegetação está nas ilhas fluviais que não são citadas no RIMA apesar de fazerem parte da Área Diretamente Afetada (ADA) pelo reservatório. Além disso, a população questiona se há algum tipo de mensuração para esta transformação.

O reservatório trará um impacto irreversível nestas áreas, perdendo um lugar natural de refugio de vida silvestre e marinha. Qual o valor ambiental deste conjunto de ilhas para a região? O seu desaparecimento implicará em quais tipos de perdas para a vida botânica e silvestre? (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS FLORES, 2011, p. 6)

Além da diversidade biológica, o vale do Rio Preto é também conhecido por ser dentro da bacia do Paraíba do Sul, região que preserva a qualidade da água. Isso por que não existe nenhuma área industrial ou urbana de maior representatividade ao seu redor. Segundo o Comitê da Bacia do

Médio Paraíba na bacia do Rio Paraíba do Sul, tanto na margem direita, quanto na margem esquerda a maior parte dos afluentes é altamente poluída. E que, o próprio rio Paraíba, ao qual o rio Preto é tributário, é poluído devido aos resíduos urbanos e industriais de Juiz de Fora (MG) cidade de médio porte, cortada por este rio. De acordo com o Comitê, foram construídas recentemente três estações de tratamento de esgoto nas áreas mais turísticas da bacia (como Visconde de Mauá, distrito de Resende) para assegurar a qualidade da água da região. Sobretudo no curso inferior, área onde seria construída a barragem.

O RIMA da pequena central também destaca a qualidade da água e associa este fato ao baixo crescimento demográfico da região:

A qualidade da água de maneira geral, nos últimos 10 anos, não sofreu grandes alterações o que pode ser explicado, principalmente, pelo fato da população da região não ter aumentado ou diminuído significativamente no mesmo período. (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2011, p. 20)

A preocupação dos moradores é que a construção da barragem atraia maior contingente populacional para a região e que conseqüentemente isso poderia piorar a qualidade da água da localidade. A população destaca que a omissão dos impactos negativos pode ocasionar ao órgão ambiental uma aparente diminuição dos impactos da PCH sobre a região, tentando simplificar a complexa realidade e os problemas sociais, assim como, amenizar as perdas que ocorrerão devido ao enchimento do reservatório.

Essa simplificação é observada muitas vezes como uma das estratégias dos empreendedores destes projetos, referindo - se também a própria representação do espaço pelo poder hegemônico, que muitas vezes não relaciona a diversidade de formas de conceber e utilizar o meio ambiente que são representadas, de acordo com Rotham, (2008, p. 26) “por segmentos sociais distintos e não hegemônicos”.

Dando continuidade ao trabalho serão analisadas as controvérsias sobre o patrimônio cultural da região, de que forma ele é tratado pela população local e pela documentação elaborada para o licenciamento da barragem.

4.4.2. Patrimônio Histórico-Cultural

O vale do Rio viveu o apogeu econômico durante um período de aproximadamente cinquenta anos (entre 1820 e 1870), período relacionado a atividade cafeeira. O esgotamento dos recursos naturais, o fim da escravidão, a perda da influência política dos barões do café e a expansão em direção a São Paulo e Paraná foram os principais responsáveis pela decadência da atividade cafeeira no vale. Entretanto, como salienta Castro (1992) até mesmo a decadência desta atividade marca os traços culturais da região. De acordo com a autora a decadência lenta “permitiu a permanência de modos de produção arcaicos, alguns extremamente investidos e importantes, que convém conhecer, valorizar e preservar” (CASTRO, 1992, p. 38).

O instituto Preservale envolveu-se no processo contra a barragem devido à preocupação com a preservação do patrimônio histórico. Em entrevista, o representante da organização explica a importância da região:

Além do “ativo ambiental”, os peixes, a ictiofauna, o rio percorre uma região de patrimônio histórico, essa região que é o médio vale do Paraíba hoje é conhecida como vale do café, por causa da presença desse patrimônio que são as fazendas antigas de café, são as cidades históricas. Uma série de, não são ruínas, há uma série de exemplares em perfeitas condições, restauradas, recuperadas e há também muita coisa precisando de recuperação, sem dúvida. Mas o que existe de ruína, proporcionalmente ao que existe de ativo patrimonial é uma proporção muito pequena, são poucas ruínas. E o rio, tem além dessas fazendas e tudo, ele tem na margem, paralela a margem uma antiga estrada de carruagens que tinha sido mandada construir pelo Visconde do rio Preto, que fez o ramal ferroviário ligando aquela região a estrada de ferro, e essa estrada era justamente para passagem de carruagens e tal. E isso caracteriza um patrimônio muito importante, e esse patrimônio seria todo ele inundado. Além das fazendas que perderiam terras e outras casas que seriam completamente cobertas, tem esse problema do patrimônio histórico.

De acordo com o estudo ambiental, serão três locais históricos afetados pelo enchimento do reservatório: as paredes do engenho da fazenda São Joaquim, no lado mineiro da barragem, e as ruínas do sítio Alto Sareno e toda a estrutura da Fazenda São Félix, no lado pertencente ao estado do Rio de Janeiro.

A importância destas estruturas para história da região foi retratada por estudos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), que ao mapearem a região mostrando o estado de conservação tanto da estrada de carruagens, como de algumas estruturas que ainda estão conservadas. O estudo explica que a localidade de Santa Rosa, onde será construída a PCH, era o ponto final da estrada de ferro aberta nos primeiros anos de 1880. Na área de construção da barragem encontra-se do lado fluminense a localidade de Santa Rosa as ruínas da fazenda Cachoeira, derrubada na década de 1970.

Na parte mineira da localidade além de alguns sítios o estudo identifica a sede da fazenda São Joaquim, construída durante ciclo do café às margens do rio Preto. A fazenda foi construída sobre um platô com uma destacada murada de pedra, sua localização e arquitetura podem ser melhor observada nas fotos abaixo.



Foto 4: Fazenda São Joaquim- Porto das Flores- Município de Belmiro Braga (MG)
Fonte: Associação de Moradores de Porto das Flores (MG)



Foto 5: Sede da Fazenda São Joaquim- Porto das Flores- Município de Belmiro Braga (MG)
Fonte:O legado dos trilhos: Inventário das Estradas de Ferro de Rio das Flores (RJ)-
INEPAC

O relatório do INEPAC faz referência também a paisagem particular da região. De acordo com o instituto as corredeiras do Rio Preto, que ficam na localidade de Santa Rosa, formam “um dos mais belo cenários naturais da região onde coexistem diversas ilhas cobertas com espécies remanescentes da Mata Atlântica.” A população local questionou a imprecisão dos documentos elaborados para o licenciamento do novo projeto, sobretudo em relação as perdas referentes a transformação da paisagem. Isso por que, é justamente sobre as áreas mais preservadas do rio que estaria o reservatório. Como explicado no capítulo anterior, às perdas referentes ao patrimônio cultural são muitas vezes ignoradas por empresas e órgãos licenciadores.



Foto 6: Corredeiras do Rio Preto- Local a ser inundado pelo reservatório da PCH Santa Rosa I.
Fonte: Considerações Acerca da Reunião Pública Realizada na Escola Municipalizada de Manuel Duarte, 2011.

Além da paisagem, os moradores questionaram também as perdas culturais referentes ao enchimento do reservatório. Como tratado por Acselrad (2004), para moradores, ribeirinhos e populações tradicionais o rio é repleto de valores simbólicos fundamentais a constituição da cultura daquele lugar. O autor explica que no espaço biofísico em que se constrói o mundo social, configuram-se também as chamadas formas culturais de apropriação que vão se opor a uma visão apenas material. O vale do rio Preto é repleto destas formas culturais, que se opõem a visão do rio apenas enquanto recurso econômico para produção de energia.

Viana (2003) explica que até hoje, o gerenciamento do patrimônio cultural ainda não é considerado adequado no planejamento e na construção de barragens, e que muitas vezes nenhuma investigação é feita durante o processo de planejamento das mesmas. Algumas das formas culturais existentes no vale do rio Preto não constam nos estudos ambientais porém, são retratadas no parecer elaborado pela população, tais como personagens históricos e tradições que envolvem pescadores e a população local. De acordo com o documento:

A comunidade guarda importantes histórias com seu curso d'água, havendo personagens históricos como o João barqueiro, o construtor da Ponte, as lavadeiras e os fabricantes de canoas artesanais. Com relação as novas atividades e não menciona a canoada promovida em 12 de outubro, dia de N.S. Aparecida (padroeira de Manuel Duarte) quando a imagem da Santa é conduzida pelas águas do rio preto pelos pescadores locais. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS FLORES, 2011, p. 4)

As fotos a seguir mostram os pescadores durante as festividades do dia de Nossa Senhora Aparecida em outubro de 2012, evento que tornou-se tradicional na região, e que também não é retratado nos estudos ambientais.



Foto 7: Pescadores em Procissão no Rio Preto
Fonte: Associação de Moradores de Porto das Flores
Data: Outubro de 2011

Outros aspectos que não são tratados no RIMA ganham destaque na documentação elaborada pelos moradores, como por exemplo, o potencial turístico da região alicerçado em valores naturais e rurais. As paisagens naturais assim como as atividades de lazer ligadas ao rio podem ser ameaçadas devido ao enchimento do reservatório.

De acordo com o instituto Preservale a construção da barragem pode acabar com esse potencial já explorado em outras áreas do mesmo vale. De acordo com o instituto, mesmo sem apoio do poder público o turismo tem se mostrado uma ferramenta muito importante para a região, não apenas na requalificação dos prédios e no uso do patrimônio, mas também na fixação da juventude na região, que passa por grande esvaziamento da população devido as poucas oportunidades de trabalho que a região oferece. Para a instituto o desenvolvimento do turismo na região vem ocorrendo sem o apoio do poder público, a escala e os benefícios que o desenvolvimento desta atividade poderia proporcionar são bem maiores.

Outro questionamento feito pelo movimento que se constituiu contra a barragem, sobretudo pela Associação de Moradores é a falta de pagamento de impostos, já que as PCHs são isentas de pagamento de *royalties* (compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos) e o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Apesar do não pagamento dos impostos, o RIMA cita que a construção da PCH Santa Rosa I trará diversos benefícios econômicos para a região.

De maneira geral, pode-se observar que os empreendedores da barragem consideram a obra de pequeno impacto, e de custos ambientais redutíveis. O próprio Relatório de Estudo Ambiental aponta que os impactos gerados com a construção da barragem são de baixa magnitude quando comparados aos benefícios sociais e econômicos que a PCH trará a região. De acordo com o estudo “tanto por parte dos poderes públicos quanto da população local, há expectativas positivas com relação à inserção do empreendimento.”

Os moradores, assim como o Instituto Preservale, o CBH-Médio Paraíba, e o Ministério Público discutem em contrapartida, não apenas esta colocação, mas também as demais justificativas a favor do empreendimento. O que se coloca neste caso é uma percepção diferente entre os próprios impactos e as transformações que serão decorrentes da barragem. No documento elaborado pelos moradores percebe-se a preocupação com o patrimônio histórico, assim como as mudanças no modo de vida que seriam deflagradas a partir da PCH. Para a população:

O RIMA não levou em consideração o turismo na região, bem como os projetos de desenvolvimento em andamento. Não teríamos com a PCH uma seria questão, pois este milionário empreendimento iria exaurir uma dos principais pontos desses municípios semi- rurais, que é sua qualidade de vida e o legado de seu patrimônio cultural. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS FLORES, 2011, p. 9).

De acordo com Rotham (2008), a articulação entre as resistências reflete a importância do lugar e criam um ambiente de confiança em que espaços, relações de parentesco, comunidades locais, cosmologia e tradição são articulados. A iminência das transformações descritas anteriormente,

assim como uma preocupação com a própria preservação nos modos de vida constituídos na região, fizeram com que outros agentes, além dos moradores se articulassem contra a barragem. Esta articulação passou a envolver um repertório de táticas que mudaram a escala de atuação do movimento que deixou de ser pontualmente um movimento contra a PCH de Santa Rosa, e passou a se articular em defesa do rio Preto, contra a construção de outros projetos hidrelétricos que eram previstos no vale, e finalmente em torno de projetos de desenvolvimento que se relacionam diretamente com a realidade local.

4.5. PCH Santa Rosa I: A Atuação da Resistência

O projeto da PCH Santa Rosa I foi o terceiro projeto apresentado para o aproveitamento hidrelétrico do rio Preto. O primeiro deles foi apresentado na década de 1960, e seguindo o padrão de construção de grandes barragens e reservatórios iria inundar as localidades de Manuel Duarte e Porto das Flores. Em 2002 foi apresentado um novo projeto, já configurado como uma Pequena Central Hidrelétrica. Neste momento, os proprietários de terras que seriam atingidos diretamente pelo reservatório, em sua grande maioria sitiantes e fazendeiros, se articularam e criaram uma Organização Não Governamental – AMO o Rio Preto e através de uma ação civil pública impediram a construção da barragem alegando irregularidades na documentação ambiental.

Em 2011, o projeto foi retomado e de acordo com representante da Associação de Moradores, neste momento já havia na região o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, alguns investimentos privados passaram a ser feitos ao longo destes dez anos, como a construção de um hotel em Belmiro Braga e um em Porto das Flores. Além disso, ao longo deste tempo mais pessoas passaram a trabalhar na área de preservação do patrimônio da região.

Em 2002, a suspensão da obra só ocorreu quando a primeira etapa do processo de licenciamento ambiental já havia sido cumprida, e por isso já havia acontecido uma audiência pública na região. Em 2011 foi exigido pelo

IBAMA que a empresa realizasse apenas uma reunião pública, que teria como objetivo a apresentação do projeto a comunidade e aos governos locais. Este momento de apresentação dos projetos são segundo Rotham (2008), de extrema importância e representam uma das vitórias conquistadas em torno da luta contra barragens desde a década de 1980. De acordo com o autor:

(...) o licenciamento ambiental de barragens, em particular audiências públicas, tem sido arena principal de enfrentamento entre grupos de pessoas atingidas e seus aliados, por um lado, e empresas privadas proponentes de barragens, por outro (ROTHAMN, 2008, p. 27).

O autor ainda destaca o fato de que nessas audiências as campanhas locais usam estratégias envolvendo ora denúncias públicas ora ações diretas de pressão política, tais como manifestações ou ocupações de locais estratégicos. No caso da barragem de Santa Rosa I, em agosto de 2011 foi exigido pelo IBAMA que o consórcio Santa Rosa Energética S.A apresentasse o novo projeto a comunidade em reunião pública. Na reunião realizada no dia 29 de agosto a empresa se depara com a população mais organizada pela Associação de Moradores de Porto das Flores, que através de alguns representantes havia se informado melhor sobre a construção da usina e as possíveis consequências que ela poderia causar na região. A Associação também fez contato com o CBH, o Preservale e o IBAMA (na superintendência mineira) convocando-os para participarem da reunião.

De acordo com o integrante da Associação de Moradores durante essa reunião ficaram muitas dúvidas sobre o projeto. Quando questionados, os representantes da empresa não sabiam responder ou não desejavam fornecer muitas informações. Outro constrangimento ocorrido na reunião foi retratado pelo presidente do CBH do Médio Paraíba. Segundo ele o superintendente do IBAMA da região, responsável por presidir o encontro, atrasou-se mais de uma hora. E que ele mesmo, com receio de que a reunião fosse adiada para desmobilizar o movimento que começava a se articular, tomou a iniciativa de iniciar a reunião. É importante destacar que quando essa reunião foi realizada a licença prévia já havia sido renovada,²⁰ e o consórcio realizava estudos para

²⁰ A renovação da licença prévia data de 12 de abril de 2011.

solicitar a instalação do empreendimento. Ou seja, era grande a eminência de que a barragem seria construída.

Devido aos impasses gerados e os questionamentos da população, o IBAMA solicitou a Associação de Moradores que fosse elaborado um documento onde constassem todas as dúvidas sobre o Relatório de Estudo Ambiental apresentado. Este documento deveria ser enviado ao Instituto dentro de quinze dias a partir da reunião. O documento foi elaborado e continha diversos questionamentos referentes as transformações que ocorreriam no meio ambiente, na perda do patrimônio histórico e cultural, e sobretudo em que medida a barragem traria mais desenvolvimento às comunidades locais.

Entretanto, concomitante a elaboração deste documento a Associação de Moradores começou a se articular em torno de outras iniciativas. A primeira que a ser destacada foi a organização junto a Igreja Católica de uma manifestação em prol da preservação do rio Preto, realizada durante as comemorações do dia de Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro. A foto abaixo mostra a faixa “Salve o Rio Preto” ao lado do altar que recebe a imagem carregada pelos pescadores pelo rio.



Foto 8: Procissão de Nossa Senhora Aparecida no distrito de Porto das Flores - Belmiro Braga (MG)

Fonte: Arquivo pessoal em 12 de outubro de 2012.

Aproveitando as festividades do dia 12 de outubro, a Associação de Moradores organiza uma fala à comunidade onde questiona os estudos de impacto ambiental e as possíveis transformações decorrentes da instalação da barragem, como mostra a passagem abaixo:

Queremos levantar algumas dúvidas sobre o que está acontecendo. Porque os documentos de estudos prévios o EIA e o RIMA da PCH Santa Rosa I, destaca-se o I, porque é sinal que virão outras, com volumosos números de páginas não foram apresentados antes da reunião pública às comunidades para que pudessem ser estudados e debatidos? Esse foi o mesmo procedimento da audiência pública realizada em 2002. Porque nossas prefeituras de Rio das Flores e de Belmiro Braga não informaram a população sobre a retomada do processo de implementação da usina? Qual a intenção do empreendedor e do IBAMA quando exaltam seis impactos positivos com a construção da usina, dentre os quais três são absolutamente infundados? A usina não vai aumentar a arrecadação de impostos, a usina não vai valorizar das propriedades nas vizinhanças entorno do empreendimento e a usina também não vai provocar um incremento duradouro da atividade econômica em nossa região. Contestando ainda o EIA/RIMA apresentado, onde foi parar a nossa história? Os RIMAs de 2009 e 2011 simplesmente não consideram a história de nossas comunidades. Para que serve o nosso rio? Os relatório de impactos ambientais também não consideram o uso que fazemos do nosso rio, como nossas atividades de lazer, de pescaria esportiva, nossa contemplação as belezas do nosso rio, não mencionam nossa canoada que já vai se tornando em uma tradição. Para que serve nosso rio? Só para fazer represa? Qual o destino de nossas diversas ilhas e corredeiras? Sua desapareção é um prejuízo irremediável, não tem volta. (Representante da Associação de Moradores de Porto das Flores, em 12 de outubro de 2011)

Outra iniciativa da Associação ocorreu em conjunto com o CBH-Médio Paraíba, foi a realização do I Fórum do Rio Preto. Este fórum realizado em novembro de 2011, contou com a participação de 153 pessoas, dentre eles representantes dos governos locais, de outras associações de moradores, do instituto Estadual do Ambiente e representantes da sociedade civil em geral.

O Fórum foi realizado no município de Visconde de Mauá, e foi um importante momento de debate sobre as questões ambientais que estariam envolvidas na construção de hidrelétricas no rio Preto. Nele foram apresentados estudos do INEA que constatam que o local de construção da barragem é o único local onde se encontra a espécie conhecida como *Surubim do Paraíba*, que devido às transformações no rio Paraíba como poluição, não existe mais em toda a bacia.

Foi a partir do Fórum do Rio Preto, que o Comitê de Bacia do Médio Paraíba passou a divulgar e se colocar contra a barragem. Além do contato com ONGs ambientalistas que atuam na região, o Comitê também divulgou uma carta à presidência da república em defesa da preservação do Rio Preto.²¹ Isso porque, no Fórum ficou claro que era necessário uma articulação em defesa de toda bacia, tendo em vista os outros projetos de hidrelétricas que existiam para a região. A construção da PCH Santa Rosa I passou a ser uma ameaça ainda maior, pois poderia representar apenas o primeiro dos outros projetos a serem instalados.

Desta forma, o Fórum foi de suma importância para consolidar um movimento que nascia na região que não se colocava apenas contra a PCH Santa Rosa I, mas sim contra qualquer empreendimento hidrelétrico no rio Preto. Outra iniciativa da Associação de Moradores foi fazer contato com o Instituto Preservale, que já atuava na região do vale inventariando propriedades construídas durante o ciclo do café. Além da participação nos eventos anteriores, o Instituto encaminhou uma denúncia formal ao Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro sobre a ameaça da barragem na região.

Seu representante relata que cerca de um mês depois do Fórum encontrou o promotor público do município de Volta Redonda, em outro evento sobre a questão do patrimônio histórico no Vale do Café. A partir deste momento começou a ser feita uma articulação também com o ministério público, que solicitou o envio dos documentos e materiais que foram elaborados pelo Preservale, pelo Comitê e também pela Associação de Moradores.

É importante destacar que o Ministério Público havia sido notificado tanto pelo o CBH do Médio Paraíba e pela Associação de Moradores. Mas foi com a documentação enviada pelo Preservale e o contato estreito entre os seus representantes, que o ministério público passa a se envolver

²¹ A carta está disponível no sítio eletrônico:
<http://www.cbhmedioparaiba.org.br/downloads/Carta%20do%20I%20Forum%20do%20Rio%20Preto.pdf>

efetivamente no processo. Esse envolvimento garante a legitimação jurídica nas colocações e questionamentos que eram feitas pelos outros agentes envolvidos e resulta na Recomendação número 11/2012 em que são apontadas as falhas legais que envolveram a construção do empreendimento.

A primeira delas foi à renovação da licença prévia sem a realização da reunião pública, a reunião era uma das condicionantes para a renovação e foi realizada quatro meses após a emissão da licença. A segunda diz respeito ao acordo que firmado entre empreendedor e a ONG Amo Rio Preto, que havia impedido a continuidade do licenciamento com uma ação civil pública. De acordo com o MP de Volta Redonda o acordo não possuía previsão legal e por isso não se constituiu como instrumento que habilitasse a retomada do projeto.

Quando analisa os documentos de estudo ambiental, o Ministério Público também destaca as seguintes falhas quando o documento trata da ictiofauna: quantitativo muito baixo de espécies de peixe na região, assim como amostra colida na área do reservatório e não atualização dos dados dos documentos elaborados em 2002. Outra falha apontada pela promotoria é em relação à falta de pesquisa de campo. De acordo com o documento elaborado:

O estudo ambiental realizado pelo empreendedor sobre a área de influência do empreendimento, limitou-se a entrevistas, vistorias sem sondagens e levantamento bibliográfico, portanto sem qualquer prospecção local. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012, p. 20)

O documento aponta também outra falha relevante do empreendedor. No RIMA consta que não havia relato de nenhum sítio arqueológico na área do reservatório. Entretanto, como já salientavam os moradores essa informação não é verdadeira e o próprio empreendedor encaminhou posteriormente a elaboração do EIA/RIMA duas fichas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de dois sítios arqueológicos que seriam afetados pelo reservatório: o primeiro sítio refere-se as ruínas do engenho de lavagem de café da fazenda São Joaquim e o segundo ao Sítio da Cachoeira.

Outro aspecto colocado pelo Ministério Público foi a paisagem cultural. O documento elaborado pela procuradoria destaca a portaria do IPHAN número 127 de 30 de abril de 2009 que estabelece que as paisagens culturais brasileiras são:

Um instrumento de valor cultural de uma porção do território nacional que possui características especiais na integração entre o homem e o meio ambiente e tem por finalidade atender ao interesse público por determinado território, que faz parte da identidade cultural do Brasil e, contribuir para preservação do patrimônio cultural. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012, p. 23)

Tendo em vista essas características, o documento destaca que há grandes evidências de que a PCH trará enorme agressão à paisagem natural e cultural da área afetada pelo empreendimento e que esta não foi uma situação levada em consideração nos estudos de impacto ambiental. Também destaca que:

Como bem colocado pela Associação de Moradores de Porto das Flores o EIA/RIMA não aborda quais medidas mitigadoras ou compensatórias que serão tomadas pelo empreendedor quanto aos danos que serão causados à população que utiliza o rio como lazer, atividade econômica (pesca, turismo, fabricação de canoa etc) e cultural (festa da “canoada” que ocorre em 12 de outubro pelos pescadores locais) (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012, p. 24).

Por último, o documento chama atenção para a falta de um estudo integrado que relacione os impactos da PCH Santa Rosa I e as outras cinco obras previstas para o mesmo rio, somando-se aquelas que já foram instaladas no rio Paraibana (ao qual o Preto é afluente): Mont Serrat, Bonfant e Santa Fé.

Tendo em vista todas as falhas supracitadas o Ministério Público recomenda que o IBAMA declare nula a licença prévia emitida em 2002, validada novamente em 2011 notifique ao consórcio Santa Rosa Energética S.A que elabore um novo EIA/RIMA bem como um novo requerimento de licença prévia onde sejam observadas todas as falhas relatadas. Recomenda também a ANEEL que declare a nulidade de todo o procedimento de outorga de aproveitamento hidroenergético da PCH Santa Rosa I promovendo novo leilão para escolher empresa interessada em construir o empreendimento.

Além disso, recomenda que ANA e IPHAN desconsiderem toda e qualquer documentação relacionada ao empreendimento o próprio consórcio, ou mesmo outra empresa se interessar na construção em um dos empreendimentos inventariados no rio Preto, deverá observar minimamente todas os pontos destacados que constam na recomendação. Como consórcio não apresentou no prazo estipulado (maio de 2012) uma resposta a recomendação e por isso, o processo de construção da hidrelétrica foi novamente suspenso.

Percebe-se então que a atuação do Ministério Público foi fundamental na suspensão do licenciamento, assim como legitimou os discursos tanto dos moradores, quanto CBH e o Instituto Preservale. O conjunto de ações feitas e as articulações que esses agentes fizeram na organização de eventos, elaboração de material e divulgação do caso na mídia da região fizeram com que o movimento deixasse de ser apenas contra a barragem específica de Santa Rosa I, e passasse a ser em defesa do rio Preto e do valor cultural que ele representa para a região.

5. Considerações Finais

A construção de usinas hidrelétricas no Brasil foi inicialmente fruto da política desenvolvimentista do governo militar nos anos de 1960 e 1970, esse tipo de projeto ganhou novas configurações na última década, impulsionado ainda pelo discurso de que esta é uma fonte limpa, barata e renovável de energia apesar dos conhecidos problemas que a instalação dessas grandes obras podem acarretar.

Com a abertura democrática na década de 1980 e a maior participação da sociedade civil organizada, muitos projetos voltados para a construção de grandes hidrelétricas passaram a ter sua legitimidade questionada, devido aos altos custos financeiros de sua construção, aos grandes problemas ambientais e, sobretudo, pelas transformações que eles causam na relação da sociedade com o lugar onde se constrói, além das identidades, relações sociais e históricas.

O alto custo desses investimentos, a baixa adesão popular, os grandes conflitos gerados por este tipo de empreendimento são fatores que acabaram viabilizando uma mudança no setor elétrico brasileiro, que começa a reconhecer a problemática social e ambiental que está envolvida na construção das barragens. É importante destacar que o reconhecimento desta problemática também se dá no mesmo período por organismos internacionais envolvidos na construção de barragens, como o Banco Mundial e BID.

Entretanto, as privatizações a partir da metade da década de 1990 ocasionam um retrocesso no reconhecimento dos direitos dos atingidos, assim como privilegia empresas e consórcios do setor elétrico. Traz também uma mudança no padrão dos projetos hidrelétricos que até então eram caracterizados por serem de grande porte, onde envolviam grande quantidade de mão de obra, capital e território. O que se observa é que na década de 1990 ocorre a difusão de projetos menores, caracterizados por serem pequenas centrais hidrelétricas.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento econômico do país pautado em indústrias eletrointensivas e na urbanização, continua a demandar uma expansão da oferta de energia elétrica em um curto espaço de tempo. Assim, com a premissa de investimentos reduzidos e impactos sociais e ambientais menores, as PCHs se afirmam como elemento de suma importância no projeto de desenvolvimento do país iniciado no governo Lula, e levado a cabo pela presidente Dilma Rousseff, com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que possui uma linha específica de investimentos voltados a geração de energia. Além disso, o Estado viabiliza também o financiamento das PCHs através do BNDES que reconhece as pequenas centrais como fontes alternativas de energia.

Desta forma, as PCHs ganham espaço em várias regiões do Brasil, substituindo projetos de grande porte e representando a possibilidade direta e eficaz para a produção de energia elétrica. A estimativa da ANEEL é que as pequenas usinas somem uma potência instalada de 5000 MW ao parque energético brasileiro nos próximos dez anos. No entanto, apesar dos esforços governamentais para a minimização dos conflitos sociais, as PCHs também são alvo de críticas e resistências à sua implementação.

A proposta de que esse novo modelo minimizaria os conflitos entre os agentes envolvidos no processo de construção das PCHs, esbarrou em um conjunto de questões que continuam a reafirmar a oposição na interpretação do espaço em sua dimensão territorial nos processos de construção de obras tais como hidrelétricas. Se de um lado planejadores, empresas e governos observam o recurso natural enquanto um recurso econômico, que pode ser transformado através da técnica, por outro, grupos como ribeirinhos, moradores e ONGs reconhecem diferentes atribuições a este recurso. Elas podem ter um caráter econômico, mas se pautam e reconhecem, sobretudo o valor simbólico e cultural.

O caso da construção da PCH de Santa Rosa I demonstra bem essa oposição. Os estudos ambientais apresentados ao IBAMA buscam simplificar a região, assim como minimizar os efeitos que seriam decorrentes da instalação do empreendimento. Retratam o espaço da sua instalação de forma

homogênea e simplificada, caracterizando por exemplo, o que Lefebvre (2008) chama de “espaços de representação.” Aquele que atende ao poder dominante através de representações do espaço real sem considerar que este é um campo de lutas e ambiguidades.

Na fala do representante da Associação de Moradores de Porto das Flores é possível identificar as contradições que existem no planejamento da barragem e mostram que seus efeitos podem vistos de forma diferentes de acordo com cada agente, refletindo assim em percepções distintas do espaço. O morador questiona os efeitos dos “prejuízos” decorrentes da construção da barragem como a inundação de áreas históricas, da mudança na paisagem, na ameaça a ictiofauna local e sobretudo, de que forma eles trazem efeitos diferenciados para os empreendedores e população.

Segundo o empreendedor, esses prejuízos são de baixa magnitude. Mas baixa para quem? Para quem está em São Paulo no seu escritório? De fato. Mas para nós que estamos aqui? Há de se pensar.” (Representante da Associação de Moradores de Porto das Flores, em 12 de outubro de 2011).

As resistências interpretam o território a partir dos saberes e valores locais, que é resultado de múltipla relação que vai da integração das características naturais do rio (como as corredeiras e ilhas) com da própria história do local relacionada aos valores tracionais estabelecidos, ainda quando a região é voltada para cafeicultura. São exemplos dos “*espaços de representação*”, caracterizados por Lefebvre (2008) que se colocam em oposição a forma exclusivamente técnica de ver o mundo.

É possível caracterizar os movimentos contra barragens como movimentos socioterritoriais, como o estabelecido contra a PCH Santa Rosa I, que tem no território uma parte fundamental da sua existência e por isso irá construir noções próprias deste conceito. O caso reafirma que é necessário o reconhecimento do território enquanto múltiplo e repleto de significados muitas vezes opostos. Nesta oposição, ele se torna campo de disputa.

As disputas territoriais estabelecidas devido à ameaça de instalação da barragem, envolveu diversos agentes que atuaram em escalas múltiplas e não hierárquicas. Apesar de o movimento ter iniciado localmente, houve a

integração com outros agentes que o configuraram outras escalas de atuação política e também de reconhecimento. Por isso, percebe-se ações da resistência tanto de cunho local, que envolviam a população de Belmiro Braga e Manuel Duarte como também regional, como o Fórum do Rio Preto em Visconde de Mauá e a divulgação do caso na imprensa da região.

Além disso, os agentes que se envolveram na disputa construíram um espaço político favorável ganhando a adesão do Ministério Público do município de Volta Redonda, que legitimou perante ao IBAMA e ao empreendedor os questionamentos sobre a construção da barragem, utilizando para isso, a própria documentação feita pelos moradores, pelo CBH do Médio Paraíba e do Instituto Preservale.

A dimensão do lugar ganhou destaque neste contexto por se relacionar como base de identidade dos agentes envolvidos no conflito. Mesmo aqueles que possuem atuação que vão além do local, criaram interpretações próprias do lugar. Reconhecendo assim que a resistência contra a barragem baseava-se na importância histórica, cultural, paisagística e ambiental daquela área. É importante destacar que até os dias de hoje, por prevalecer ainda no setor elétrico uma visão de que as barragens só causam prejuízos a população local deslocada, não é comum que movimentos que se formam contra barragens onde não haverá deslocamento compulsório ganhem relevância.

Aliado ao discurso de preservação do local observa-se a ênfase nos impactos ambientais que a barragem acarretaria em uma região (bacia) com um ecossistema rico e variado, fato que acabou fortalecendo o movimento ao inserir novas pautas de questionamento e propostas de ações, tais como a preservação do rio Preto como o único afluente do Paraíba do Sul que não é barrado, e buscar desenvolver na região outros usos dos recursos naturais como por exemplo, o turismo.

Assim, se antes as reivindicações eram focalizadas para não construção da barragem de Santa Rosa I através da mobilização feita pela Associação de Moradores do local, podemos verificar que elas vão ganhando um caráter distinto em novas escalas de ação a partir do momento em que

outros agentes que possuem atuação mais abrangente, passam a compor o grupo que se coloca contra as obras da PCH.

A mobilização que se iniciou localmente começou a se modificar com a entrada do Instituto Preservale e com a participação do CBH do Médio Paraíba. Além disso, a participação deles foi crucial para a inserção do Ministério Público Federal do Município de Volta Redonda nos debates já que é ele o responsável pela autorização de qualquer obra deste tipo.

A importância da representatividade política do Comitê junto ao Ministério Público Federal, aliada ao discurso de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da região instaurado pelo Preservale, acabou deslocando a luta contra a construção de Santa Rosa I para toda a região do Médio Paraíba. Com isso, até a presente data não consta autorização para nenhum dos outros empreendimentos energéticos que estavam planejados para a área do rio Preto.

A particularidade da mobilização iniciada em Porto das Flores (MG) e Manuel Duarte (RJ) reside em seu caráter transescalar, na medida em que ela conseguiu mobilizar agentes regionais em prol de uma luta local. O sucesso dessa ação se deve ao fato dos agentes e instituições que participaram de todo o processo conseguirem incorporar em sua pauta de reivindicações concepções múltiplas sobre o lugar, enfatizando ao mesmo tempo a importância do rio enquanto patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Além disso, a inserção das questões ambientais nesses debates foi de suma relevância, uma vez que a preservação do rio Preto garantia de manutenção e preservação de muitas espécies que habitam a região e que estão ameaçadas.

A mobilização contra a barragem de Santa Rosa I é um exemplo de como as múltiplas interpretações sobre o lugar, nem sempre são concorrentes, mas muitas vezes complementares e capazes de serem legitimadas por agentes como o Ministério Público. Isso não significa que não haja conflitos nessas percepções e interpretações, mas sim, que elas podem coexistir na medida em que o mais importante passa a ser a preservação e manutenção de

todo o patrimônio simbólico e natural tão importantes para uma determinada comunidade.

Deslocamentos, transformações sociais e ambientais, incertezas sobre o futuro e a própria preocupação na conservação do rio Paraíba do Sul podem ser observados como as principais motivações frente às populações e instituições que se mobilizam contra a construção de barragens na região. Entretanto, o que observamos é que mesmo depois de muitos anos e de processos quase abandonados, alguns projetos retomam com maior força política e econômica, como foi o caso das hidrelétricas de Simplício e Itaocara. Cabe destacar, que ambas as obras recebem financiamento do governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Existem muitas dificuldades para que as ações transescalares sejam bem sucedidas e, os casos da construção das hidrelétricas de Simplício e Itaocara mostram que mesmo com articulações feitas entre agentes distintos e em escalas além das locais, às obras foram iniciadas. Casos como esses se multiplicam pelo Brasil, onde apesar de prevista pela legislação, tornam-se cada vez menor a participação popular em processos decisórios. O caso de Santa Rosa I dá indícios de que esse tipo de mobilização é capaz de promover ações e mudanças significativas em uma dada região, reconhecendo assim, dimensões do território e do lugar construídas pela própria população.

É importante destacar que como no caso dos outros conflitos relatados nesse trabalho é comum que após alguns anos com a fragmentação das mobilizações locais, se iniciem novamente novos projetos às vezes reconfigurados através de outras empresas, mas por estarem em outros contextos políticos acabam sendo aprovados. Cabe ressaltar a importância da manutenção das organizações locais, assim como o acompanhamento de perto dos leilões de energia de novos projetos.

6. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** IN ACSELRAD, H. *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relime Damará, 2004. P. 7- 18.

AGORA JORNAIS ASSOCIADOS. **Furnas Apresenta Relatório Errado e Causa Mal-Estar em Sapucaia.** N. 860. Além Paraíba, julho de 2011. Disponível em: <http://www.agorajornais.com.br/images/edicoes/Jornal-Agora-Edicao-860.pdf> Último acesso em: 07 de junho de 2013.

ANEEL. **Altas da Energia do Brasil. Agência Nacional de Energia Elétrica,** 2008. Disponível em: www.aneel.gov.br/atlasdaenergia. Último Acesso em: 07 de junho de 2013.

ARAÚJO, F.; HAESBAERT, R. **Territórios, Identidades e Lutas Sociais na Amazônia.** IN ARAÚJO, F; HAESBAERT, R. *Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos.* Rio de Janeiro: Access, 2007. P. 93-122.

ARAÚJO, F.; VAINER, C. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS FLORES. **Considerações Acerca da Reunião Pública Realizada na Escola Municipalizada de Manuel Duarte.** Porto das Flores, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS FLORES. **Os Impactos da PCH sobre os bens naturais e históricos das corredeiras do rio Preto** [apresentação]. São José do Vale do Rio Preto, 2011.

BERRIEL, T. C.; SERRA, R. V; FERREIRA, M. I. **Estratégia pró – proteção do Domínio das Ilhas Fluviais do Rio Paraíba do Sul Diante dos Impactos da UHE Itaocara.** In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3, 2010, Pará: Universidade Federal do Pará, 2010.

BIZERRIL, C. R. S. **A ictiofauna da bacia do Rio Paraíba do Sul. Biodiversidade e padrões biogeográficos.** *Braz. arch. biol. technol.* v.2 n. 2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-89131999000200014>. Acesso em 07 de junho de 2013.

BORGES, J.L. **UHE Itaocara: O pesadelo está de volta.** Julho de 2008. Disponível em: http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2008/07/uhe-itaocara-o-pesadelo-est-de-volta_15.html Último Acesso: 07 de junho de 2013.

CÂMARA, A.; DANIEL, C. **Os atingidos pelas Usinas Hidrelétricas de Simplício (RJ/MG) e de Belo Monte (Pará)**. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, XV, 2011, Pará: Universidade Federal do Pará, 2011.

CARLOS, A. F. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hicitec, 2007.

CARLOS, A. F. **O Turismo e a produção do Não Lugar**. In: *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. YAZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. (orgs). São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTRO, K. N. V. **O Comitê para Integração da bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP: Um Campo Sócio-Político Ambiental em Disputa**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, E. M. **Vale do Rio Preto: Recursos e Necessidades**. Rio de Janeiro: CEPA, 1992.

CASTRO, E. M. N. **Desenvolvimento e Degradação Ambiental- Um Estudo na Região do Médio Paraíba do Sul**. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

CORRÊA, R. L. **Sobre Agentes Sociais, escala e Produção do Espaço: um texto para discussão**. In CARLOS, A. F. A; SOUZA, M.L; SPOSITO, M E B. (orgs). *Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, p. 41-52, 2011.

DANIEL, C. **Quando os dois lados se aproximam: o discurso oficial sobre a construção do complexo hidrelétrico de Simplício (RJ/MG)**. 2009. Artigo disponível em: www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações

EMERSON, R. N. **Movimentos Sociais e Geografia: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

ESCOBAR, A. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo?** In: Lander, E. (Organizador). *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

GONZÁLEZ, S. **La geografía escalar Del capitalismo actual**. *Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*. Universidade de Barcelona. V. IX, n. 189, mayo de 2005.

HAESBAERT, R. **Território, Cultura e Des-Territorialização**. In: Rosendahl, Z.; Corrêa, R.L. *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001. P: 115-144.

_____, R. **Descaminhos e Prespectivas do Território.** In: *Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens.* 2ª Edição. Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

_____, R. **O Mito da Desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

INEPAC. O Legado dos Trilhos: **Inventário das Estadas de Ferro em Rio das Flores.** Secretaria de Estado de Cultura. Rio de Janeiro, 2011.

LAURELLI, E. **Los grandes proyectos: estrategias de desarrollo y transformación Del território.** In: ROFMAN, A. (coord.) *Los Grandes Proyectos y El Espacio Regional, Presas Hidrelétricas y El Sistema Decisional,* Cuadernos Buenos Aires: CEUR 19, 1987. P: 131-155.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução: Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denaski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LUCENA, R. **Do Território a Desterritorização: O Caso dos Atingidos pela Barragem de Cana Brava (GO).** Monografia (Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MANÇANO, B. F. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista Nera- Ano 8. N. 6- Janeiro/Junho de 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf> . Último acesso: 07 de junho de 2013.

MINISTÈRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recomendação da Procuradoria do Município de Volta Redonda/ 12-2013.** Volta Redonda, 2012.

MOORE, Adam. **Rethinking Scale as a geographical category: from analysis to practice.** *Progress in Human Geography.* Nº. 32, [S.I.: s.n], 2008.

NEVES, IANE ANDRADE. **Conflitos Institucionais em Empreendimento do Setor Elétrico: Estudo de Oito Pequenas Centrais Hidrelétricas/ PCHs na Bacia Hidrográfica do Rio Juruena, no Estado de Mato Grosso.** Dissertação de Mestrado (Ciências Ambientais). Universidade Católica de Brasília. Brasília. 2007.

OSLENDER, U. **Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: hacia una “Espacialidad de Resistência”.** Barcelona: Scripta Nova, 2002.

PINHEIRO, Daniele **Mesmo Recursos, Vários Olhares: O caso da cachoeira da Fumaça, RJ.** Monografia (Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. **Relatório de Impacto Ambiental: PCH Santa Rosa I.** 2011.

- ROMEIRO, J. **Território, Planejamento e Compensações Financeiras: Ação Local no Município de Pirai (RJ)**. Monografia (Geografia). Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- ROTHAMN, F.D. **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008. P. 39-63
- RUA, J. **Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidade**. In: RUA, João (org). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades. Rio de Janeiro: Ed PUC, 2007.
- SANTOS, M. **As técnicas, o tempo e o espaço geográfico**. In a Natureza do Espaço. São Paulo: 2009. 4º edição. P: 29-56.
- SANTOS, M. **O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistemas de Ação**. In a Natureza do Espaço. São Paulo: 2009. 4º edição. P: 61-83.
- SOARES, D. **A Cidade do Lago: São João Marcos e o Reservatório de Ribeirão das Lajes (RJ)**, Monografia (Geografia). Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- _____, D. **Medir e Valorar: limites e possibilidades das análises dos custos-benefícios na avaliação de perdas intangíveis**. Tese de Doutorado (Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. **O Território: Sobre Espaço e Poder, autonomia e desenvolvimento**. In *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- VAINER, C. **Conceito de Atingido: Uma Revisão do Debate**. IN ROTHAMN, F.D. *Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Editora UFV, 2008. P. 39-63
- _____, C. **Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais**. In Estudos Avançados: Dossiê Energia. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, V. 12, nº 59, Abril de 2007.
- _____, C. **Lugar, Região, Nação, Mundo: Explorações Históricas do Debate Acerca das Escalas da Ação Política**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais V. 8. N. 2. Novembro de 2006. P. 9-29
- _____, C. Energia e Conflitos Sociais: **O caso da Barragem de Itaocara, Rio de Janeiro**. IN: ACSELRAS, H. *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Relime Damará 2004. P. 251-262
- VIANA, R. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações: Um estudo de caso sobre a barragem de Itá (SC)**. Dissertação de Mestrado (Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

WARREN, Ilse e REIS, Maria. **Do Local ao Global: A Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua Articulação em Redes.** IN ROTHAMN, F.D. *Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens*. Viçosa, Editora UFV, 2008. P. 64 a 83.

ANEXOS

ANEXO A- CONSIDERAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS FLORES- MUNICÍPIO DE BELMIRO BRAGA (MG)

DA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS FLORES-MG.

PARA: IBAMA / MG

ASSUNTO – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REUNIÃO PÚBLICA RELIZADA NA ESCOLA MUNICIPALIZADA DE MANUEL DUARTE, EM 29 DE AGOSTO DE 2011.

PCH SANTA ROSA I

As considerações abaixo estão embasados na leitura dos RIMAs (o de 2009 com cerca de 200 paginas e da sua atualização de 2011 - 55 paginas). Utilizamos também o encarte entregue pelo IBAMA na Reunião Pública do dia 29 de agosto, bem como o PARECER TÉCNICO Nº 005/2011 – NLA/SUPES/IBAMA/MG, disponibilizado via internet. Primeiramente, informamos que consideramos o prazo para nos manifestarmos muito curto, e desde já, pedimos um tempo maior (dentro do Princípio da Precaução) para nos inteirarmos melhor sobre a revalidação da licença prévia. O tempo disponibilizado (15 dias) não permitiu que analisássemos os dois volumes do EIA de 2001 (com cerca de 500 paginas). Nossos motivos quanto a um tempo maior seguem listados abaixo:

- O EIA/RIMA foram entregues com apenas uma semana de antecedência, não permitindo fazermos um estudo mais aprofundado do material. Por que não foram entregues antes?
- Apesar de terem emitido as declarações de conformidade de acordo com a lei de ocupação e uso do solo em fevereiro de 2011, ambas as prefeituras não nos informaram da retomada do projeto –na Reunião Pública citamos que a Prefeitura de Rio das Flores deveria ter convocado audiência pública, como determina o Plano Diretor Participativo, aprovado em 2008 (anexamos no dia da Reunião Pública o jornal com a publicação do Plano Diretor – ver pags 08 a 14). Reafirmamos aqui que o Secretario de Meio Ambiente de Rio das Flores não respondeu nossa pergunta. Porque o prefeito de Rio das Flores, ao dar a declaração em fevereiro, não cumpriu esta lei?
- O Parecer técnico citado acima foi de muita valia para nossos estudos, seria importante que tivéssemos ciência do mesmo na Reunião Pública e acesso a ele, juntamente com o EIA/RIMA.
- Já no encarte disponibilizado dentro da pasta entregue aos presentes na Reunião Pública, nos surpreendeu a listagem dos impactos ambientais. É por ele que iniciamos nossas indagações:

ENCARTE IBAMA – DISPONIBILIZADO NA REUNIAO PUBLICA, 29 DE AGOSTO DE 2011.

São citados 12 impactos negativos e 06 positivos, gostaríamos de esclarecimentos sobre os seguintes, considerados positivos:

Aumento na Geração de Impostos – está se referindo a impostos temporários ou definitivos (oriundos da PCH)? Na Reunião Pública foi citado que o empreendimento não paga impostos (apenas Rio das Flores receberá pela casa de força). Temos matéria publicada no jornal o Estado de São Paulo (segue em anexo)

de 21 de março de 2010, ali consta as seguintes informações. “PCHs estão isentas de pagar royalties, bem como remuneração pelos recursos hídricos e ICMS aos cofres municipais”. Sendo assim, porque é considerado impacto positivo, na verdade não seria impacto negativo, uma vez que a PCH não remunera as prefeituras, e gera em media lucro mensal de R\$ 5 milhões? Os municípios de Rio das Flores e Belmiro Braga não possuem grandes fontes de geração de recursos, fato que levanta muitas indagações a respeito desse empreendimento.

Valorização de Propriedades do Entorno – Além de perder suas baixadas (alguns donos de terra reclamam disso no RIMA), as propriedades sofrerão diversos impactos, muitos não esclarecidos, como exemplo, o lugar por onde seguirá a nova estrada que liga Porto das Flores e Belmiro Braga, irá prejudicá-las ou não? Além disso, perderão o trecho de maior beleza de todo o rio Preto, trocado por um lago artificial de água parada. Por que consideraram isto mais valioso que as corredeiras e as diversas ilhas? Quando um lago desta natureza pode ser comparado a trechos encachoeirados, onde abundam espécies endêmicas da fauna e da flora?

A fazenda São Joaquim é um grande exemplo – trata-se de representativo patrimônio histórico da região, sua entrada principal será perdida, a casa sede ficara entre o lago e a nova estrada passará atrás. Não será possível ouvir o som das corredeiras, escutadas em qualquer época do ano.

Citamos também a perda de valioso patrimônio histórico, conforme o livro “vale do rio Preto: Recursos e necessidades” esta região é “um museu a céu aberto”, temos neste ponto diversos remanescentes. Pedimos que expliquem melhor a definição deste impacto como positivo.

Incremento de Atividades Econômicas – se refere a um impacto temporário ou definitivo? Sabemos que os empregos são temporários e a PCH não gera impostos. A PCH tirará toda a qualidade natural, paisagística e cultural deste trecho. Qual atividade é capaz substituir esta riqueza? Quais atividades suplantam isto?

Os demais pontos seguem abaixo. Frisamos que somos contra a forma que as prefeituras protocolaram seus pedidos, pois não consultaram a população, muitos pontos não consideramos necessários, dentre eles o pedido da prefeitura de Belmiro Braga, para arrumar o telhado da igreja matriz (o município recebe fundos via lei Robin Hood), reforma do clube portuense (é uma estrutura particular, e não publica). Quanto a Rio das Flores, reinteiramos a necessidade de audiência pública, para decidirmos – dentre outras coisas, que os pedidos estejam de acordo com os anseios do desenvolvimento do local.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVALIDAÇÃO DA LICENÇA PREVIA.

Belo Horizonte (24/08/2011) O Núcleo de Licenciamento Ambiental (NLA) do Ibama em Minas Gerais convida para a reunião pública de apresentação da retomada do Licenciamento Ambiental da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Rosa I. A realização da reunião é uma condicionante solicitada pelo Ibama para a Renovação da Licença Prévia do empreendimento e uma oportunidade para comunidade se manifestar antes da elaboração do Projeto Básico Ambiental (PBA).

O texto acima foi retirado do site do IBAMA-MG (em setembro de 2011). Ali consta que a Reunião Pública é uma condicionante para a Renovação da LP.

Perguntamos:

Porque não fizeram a Reunião Publica antes da revalidação da Licença Prévia. Porque o IBAMA convocou a população depois e não antes da revalidação da LP?

Porque não compareceu nenhum membro dos Ministérios Públicos na Reunião Publica do dia 29 de agosto? O IBAMA protocolou algum documento para estes representantes?

PARECER TECNICO Nº 005/2011 – NLA/SUPES/IBAMA/MG

E

RELATORIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMAS de JUNHO de 2009 e de JULHO DE 2011.

Considerações Iniciais.

Fizemos uma leitura de ambos os RIMAs (2009 e 2011), porém, reafirmamos que o tempo disponibilizado é muito curto, pois não basta apenas uma leitura para se inteirar totalmente do estudo – é necessário reler pelo menos mais duas vezes (o que não foi possível). Reafirmamos assim a necessidade de contarmos com maior tempo para examina-los e fazer novos encaminhamentos.

Ausência de Fontes Históricas.

Não pode-se deixar de citar que a rica historia do lugar ficou fora do estudo do EIA/RIMA. A maior testemunha ocular da historia morou e frequentou Porto das Flores durante o século XIX, publicando crônicas nos jornais de Juiz de Fora e posteriormente tendo seu livro lançado pela família, no ano de 1989 – “O Vale do Paraíba, Eloi de Andrade”.

Estranha saber que esta obra, utilizada pela maioria dos historiadores do passado e os atuais como fonte de consulta, não aparece no EIA/RIMA. Talvez seja por isto que o estudo não mencione dados importantes, como a origem do nome Porto das Flores, e não tenha reconhecido pontos históricos a serem perdidos pelo alagamento da PCH, como a estrada que margeia o lado fluminense do rio Preto (mesmo em estado de abandono ela é uma estrada publica municipal, classificada como RF 24).

Cabe mencionar que nem o relatório do IPHAN (anexado no RIMA 2009) cita esta obra, o mesmo discorre em grande parte de suas paginas da cidade de Rio Preto-MG, tirando o foco da historia do local.

Usos do Rio

O Estudo não menciona os usos do rio pela população, as corredeiras vem sendo utilizada há anos por moradores e pessoas de fora (como os pescadores) como lugar de atividades, lazer e contemplação. Recentemente a escola de Porto das Flores promoveu uma aula de educação ambiental nestes espaços.

Além disso a comunidade guarda importantes historias com seu curso d'água, havendo personagens históricos como o João barqueiro, o construtor da Ponte, as lavadeiras e os fabricantes de canoas artesanais. Com relação as novas atividades e não menciona a canoada promovida em 12 de outubro, dia de N.S. Aparecida (padroeira de Manuel Duarte) quando a imagem da Santa é conduzida pelas águas do rio preto pelos pescadores locais – imagens abaixo.



Existência de Sítios Arqueológicos dos Índios Coroados na AID

Moradores mais antigos e uma publicação (Porto das Flores: um esboço histórico, Rogério Tjader) citam a existência de um sítio arqueológico de índios coroados dentro da área urbana de Porto das Flores, no terreno de uma residência.

A localidade de Santa Rosa

O RIMA não cita o crescimento ocorrido na localidade de Santa Rosa, do ano de 2002 até hoje - o número de casas na localidade aumentou de forma impressionante (foi o maior crescimento espontâneo do município) tanto que o lugar ganhou uma quadra com praça, posto de saúde, um centro comunitário, e um conjunto popular. A grande maioria dessas casas ficam entre a beira do asfalto e o rio Preto, instaladas de forma longitudinal por mais de 01 km, até próximo a fazenda Independência. Existem cerca de 80 a 100 casas nesta região, muitas sem titularidade, estando em terreno da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Porque os RIMAs desprezam isto? Porque informam que o esgoto da localidade é coletado quando na verdade despejam no rio? Devido a estarem em área de risco não seria necessário um projeto de reassentamento dessas unidades habitacionais, utilizando para isto a ampla área de terra existente no entorno? Como o projeto PCH pode contribuir para a melhoria deste grave quadro social? Onde está a contagem atualizada desta população (que registra o crescimento urbano mais expressivo do município)? Porque esta localidade não esta dentro da AID? Qual o motivo que levou a desconsidera-la, uma vez que ela está bem mais próxima do muro da barragem do que Porto das Flores e Manuel Duarte?

Sobre a Equipe técnica do EIA/RIMA.

Confrontamos as informações com nossa realidade. Buscamos saber a composição do quadro técnico responsável pela elaboração dos RIMAs. Não encontramos quadro da empresa de consultoria ambiental Ecology, tanto no RIMA de 2009 quanto no de 2011. Aparece na pagina 02 do RIMA de 2009 a equipe técnica da empresa Limiar engenharia ambiental. Perguntamos: Porque a Ecology não apresentou seu quadro técnico? Quem é o profissional responsável pela avaliação do potencial patrimonial e paisagístico da ADA? Informamos que a Limiar engenharia ambiental não apresenta especialista em patrimônio histórico e paisagístico, assim sendo, quem avaliou estes nossos valores?

Sobre o projeto de engenharia da PCH.

Na Reunião Publica sentimos falta de informações sobre o projeto da barragem da PCH: porque foi utilizado o mesmo de 2002? Em uma década muita coisa mudou, em termos tecnológicos devem ter surgido novas turbinas para PCH que produzem a mesma carga alagando menos área. A empresa atual construiu nas localidades de Paraibuna e Mont Serrat duas usinas, que juntas não causam o alagamento da PCH santa Rosa I. Porque não apresentaram um projeto novo? Será que utilizando técnicas modernas para gerar 18 MW a PCH Santa Rosa chegaria a atingir a região do “cachoeirão”, do engenho velho e a murada da fazenda São Joaquim? Não seria esta a melhor solução para mitigar os impactos em região tão valorosa de biodiversidade e patrimônio cultural representativo?

Condicionantes no Parecer Técnico.

Constam 28 condicionantes no Parecer Técnico do IBAMA. A PCH terá de cumpri-los obrigatoriamente ou não? E no caso da condicionante n 01 sobre patrimônio histórico – o que se pretende dizer com a frase “. . . quando couber. . .” Ela livra o empreendedor a cumprir algo de importante?

Áreas Degradadas na AID.

É citado no PARECER TÉCNICO Nº 005/2011 – NLA/SUPES/IBAMA/MG que o necrochorume do cemitério de Manuel Duarte constitui um problema ambiental. A localidade possui também dois lixões desativados,

um do posto de saúde e um antigo lixão municipal (este situado próximo ao cemitério). Mencionamos também que o atual ponto onde se faz a deposição dos resíduos sólidos fica sobre uma nascente (brejo), descartado de forma incorreta no solo (popular lixão), não sendo um aterro controlado, conforme menciona este parecer. O IBAMA considera que a PCH deve resolver estes problemas?

Além disso o lugar sofreu um impacto danoso em sua paisagem, quanto foi aberto o alto de um morro para retirar saibro para o asfaltamento da rodovia na década de 1970. É possível fazer a recomposição desta parte, criando uma área florestada dentro do projeto de Unidade de Conservação (citado abaixo).

Criação de uma Unidade de Conservação.

É citado a necessidade de se criar uma Unidade de Conservação. A mesma já tem estudos adiantados? Considera a área urbana de Porto das Flores (aonde existe uma mata) e Manuel Duarte dentro dessa área de abrangência?

O Reconhecimento de Projetos de Desenvolvimento do Vale do rio Preto.

O texto apresentado no EIA/RIMA discorre sobre os valores ambientais da região do rio Preto, citadas em varias partes como na pagina 28 do RIMA 2009 “ . . . a paisagem da bacia do rio Preto é altamente valorosa em biodiversidade . . . ” em outra parte aparece “ . . . área de importância biológica muito alta . . . ”

Porém não é citado estudos que focam o potencial turístico do vale do Rio Preto, feitos por instituições como da FAA, a UFF/Sebrae. Nestes trabalhos (em parceria com outras instituições) a riqueza e o potencial da região está alicerçado em seus valores naturais/rurais, assim como a sua exuberante paisagem e o significativo patrimônio cultural. O vale do rio Preto é uma região onde não se desenvolveu cidades de grande porte, as suas margens estão localidades e pequenos distritos. A única sede municipal é a cidade de Rio Preto (mesmo assim com menos de 10 mil habitantes).

Não estaria a PCH Santa Rosa I acabando com uma das mais importantes áreas, conhecida como baixo rio Preto, onde ele já se apresenta encorpado, com mais de 50 metros de largura? Não estaria destruindo de forma irreversível esta importante área, que representa, juntamente com a cachoeira da fumaça (no alto rio Preto) o ponto de maior valor paisagístico nos cerca de 200 km de extensão do rio?

Mudança de Cenário com Relação ao ano da Audiência Publica da PCH (2002).

Desde o ano de 2002 muita coisa mudou, e na AID e na AII não foi diferente. Notamos que uma das principais mudanças ocorreu no terceiro setor, com o surgimento de associações como a FLORART, ONG São José das Culturas, GAIA e até mesmo a criação do Comitê Mineiro do Rio Preto (ligado ao CEIVAP). Nenhum deles aparece no EIA/RIMA, e no Relatório Técnico foram praticamente desprezados. Além disso temos o incremento do turismo, dentro da AID, em Porto das Flores, foi inaugurado anos atrás um dos principais EcoResorts da região: o San Thomaz. Em Rio das Flores (AII) está em funcionamento o hotel da fazenda União e encontra-se em obras o antigo prédio do Forum, que abrigará o Museu de Historia Regional.

Perguntamos: a PCH acabará com uma das maiores riquezas naturais, patrimoniais e paisagísticas desta região. Qual será o impacto sobre os setores mencionados acima? Dentro deste prisma, qual seria a melhor destinação para a região das corredeiras do rio Preto?

O turismo rural e os valores patrimoniais dos municípios

Do ano de 2002 (ano da audiência publica da PCH) até hoje passamos por investimentos crescentes na área de patrimônio histórico – Belmiro Braga iniciou há anos projetos para receber verbas oriundas da lei Robin Hood, gerando receita para esses bens. Além disso, o município está inserido na rota da Estrada Real. Enquanto isso, a parte fluminense de Rio das Flores também começou a se estruturar para um turismo sustentável. A região é conhecida como “Vale do Café”, entre os anos de 2007 e 2010 a Light, o Instituto Cidade Viva e o INEPAC elaboraram um projeto de inventário de diversas fazendas da região, constando várias no município de Rio das Flores. Em termos de investimentos citamos o PRODETUR, que vem beneficiando diversos lugares do Estado do Rio de Janeiro com potencial turístico a ser desenvolvido.

Cada vez mais este legado ambiental e cultural é valorizado, vem surgindo publicações, como o livro ‘Caminhos do Rio a Juiz de Fora’, que descreve a rota das fazendas e a lendária estrada Paraibuna-Porto das Flores (ver copia em anexo). Esta via é a mesma citada no trabalho arqueológico do IPHAN que consta no RIMA de 2009, a citada “ . . . importante via para escoamento do café . . . ” (pag 21) é o mais valioso remanescente desta estrada, pois foi o único que resistiu de forma integral a passagem do tempo – hoje é a estrada municipal RF 24..

Mais recentemente foi lançado pelo instituto Preservale, Light e INEPAC o relatório “Ações de Revitalização do Vale do café” (copia em anexo) mostrando esse potencial, onde consta inclusive a criação de Parques Fluviais.

Cabe mencionar que o vale do Rio Preto guarda importante papel na qualidade ambiental da região. Isto aparece numa publicação lançada pela Fundação Educacional D. Andre Arcoverde – FAA (de Valença RJ). Ali está descrito que este rio é o único do estado do Rio de Janeiro livre de poluição industrial, e suas terras abrigam representativo patrimônio cultural tanto da parte mineira quanto da fluminense, considerada um museu a céu aberto (segue cópia em anexo da publicação).

RIMA - Estudos do Meio Ambiente Natural.

Na pagina 24 do RIMA 2011 comenta-se que o *‘O crescente grau de poluição dos rios e canais da região de estudo tem apresentado grande influência sobre a fauna e a flora, estabelecendo um sério problema em relação ao equilíbrio dos recursos aquáticos’*.

O rio Preto não apresenta poluição por resíduos industriais, sendo considerado por muitos (devido a seu porte) o mais importante curso d’água da bacia do rio Paraíba do Sul. Desta forma, acreditamos que a citação acima se refere a outros cursos d’água da bacia, como o rio Paraibuna, que recebe despejos industriais de Juiz de Fora.

Uma das coisas que mais chama a atenção é a classificação da região do rio Preto como uma área de alta biodiversidade. Na ADA existem fragmentos florestais que correspondem a cerca de ¼ da área. Parte delas encontram-se nas ilhas (importantes formações que vão surgir somente nesta parte baixa do rio, onde seu leito já se encontra encorpado). A região abriga espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Os RIMAs não citam o numero de ilhas existentes na ADA (e elas seguem desde a parte inicial até a parte final). O reservatório trará um impacto irreversível nestas áreas, perdendo um lugar natural de refugio de vida silvestre e marinha.

Qual o valor ambiental deste conjunto de ilhas para a região? O seu desaparecimento implicará em quais tipos de perdas para a vida botânica e silvestre?

Os dados sobre as áreas florestadas precisam levar em consideração que a implantação de uma política mais consistente de proteção ao desmatamento e as queimadas no decorrer da última década implicará na recomposição da varias áreas.

Sentimos falta da citação nos RIMAs das espécies de bromélias que existem na região das corredeiras, onde elas abundam em varias partes e épocas do ano. Qual o valor desta espécie no meio natural? Caso faça o reservatório elas resistiriam num ambiente diferente?

Ictiofauna - Percebemos que o estudo de peixes apresenta muitas duvidas. O peixe dourado (citado no RIMA como ausente na área) vem sendo encontrado por pescadores na AID/ADA. A questão da ictiofauna foi muito debatida na Reunião Publica. Falou-se muito na queda da população de peixes após a conclusão das duas PCHs feitas pelo mesmo grupo em Paraibuna/Mont Serrat O técnico de ictiofauna do IBAMA RJ estava presente na Reunião Publica e declarou não ter ainda um estudo completo da questão. Informamos também que o leito do rio é lugar do surubim (informações passadas pelos nossos pescadores) e da pirapitinga (citada na reunião por um proprietário de sitio). Consta na pagina 30 do RIMA de 2009 que esses dois peixes classificam a região area 33 – Rio Preto / Afluente do Paraibuna como *“área de importancia biológica muito alta”*. E, estão na lista vermelha de espécies em extinção (citados na pág 12 do Parecer Técnico n 005/2011 do NLA/SUPES/IBAMA/MG). Informamos que, além destes, outros são citados como ameaçados de extinção, como a piabanha.

O RIMA de 2011 registra que “ a introdução de espécies exóticas podem resultar em grandes transformações no ambiente e causar conseqüências desastrosas nas comunidades existentes . . .”. O mesmo documento cita no início da página 41 que ‘As modificações ocasionadas pela alteração da dinâmica hídrica deverão provocar uma provável reorganização da comunidade de peixes, havendo o desaparecimento de algumas espécies, resultando numa ictiofauna mesmo diversificada no reservatório . . .” e que, as espécies exóticas (consideradas danosas) poderão se estabelecer no ambiente.

Perguntamos: a perda desse habitat de espécies nativas ameaçadas de extinção trará enorme perda a uma biodiversidade de interesse planetário. Como se dá uma Renovação de Licença Previa com tantas dúvidas ainda a serem analisadas?

No final da página 12 do Parecer Técnico é citado a necessidade de manutenção de “Projeto de Eliminação de Peixes Exóticos”. Como será feito isso? Sabemos que no município de Santos Dumont MG, uma das exigências para a construção de uma PCH foi o apeixamento do rio com espécies nativas.

Por que o biólogo que elaborou o EIA/RIMA informou que o apeixamento do rio Preto a montante da barragem não se justifica? Acreditamos que o mecanismo de transposição de barragem (escada para peixe) não funciona tecnicamente, é feito somente para cumprir com a legislação vigente.

Tanto a Avifauna quanto a Mastofauna são citadas nos RIMAs, mostrando a presença de espécies endêmicas e raras.

Buscando conhecer a região onde o IPHAN realizou o estudo arqueológico da fazenda Cachoeira, deparamos com uma enorme área brejosa, a maior de toda ADA. Os brejos são citados como importante refúgio ambiental.

Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico

O estudo do patrimônio histórico, artístico e paisagístico é pouco citado nos RIMAs. Apesar do relatório do IPHAN, não se tem uma informação abrangente da área, que abriga estradas de valor histórico em ambas as margens, bem como valiosa paisagem, esta totalmente desprezada, a ponto de não merecer nenhuma imagem que mostre a beleza cênica do lugar, conforme segue abaixo:





Não localizamos no grupo técnico dos RIMAs profissional da área, bem como especialista em patrimônio histórico. Dizem que existem apenas pequenas corredeiras, quando na verdade o ponto de maior queda é conhecido como “cachoeirão”, aonde ficam as ruínas da fazenda ‘Cachoeira’.

Em outro ponto isto fica confuso, citando na pág 32 do RIMA 2011 que o local da sede da fazenda São Joaquim “foi propositalmente escolhido devido, principalmente, à beleza da paisagem.”

Informamos que o IPHAN fez apenas o estudo de arqueologia. Porque não mencionou a paisagem natural e cultural que será perdida? Informamos que em abril de 2009 este mesmo órgão sancionou a chancela da paisagem cultural brasileira.

Empregos

É citado que a obra vai durar em media 26 meses, na reunião, o empreendedor não soube dizer quantos empregos irão gerar em media. Dessa forma, temos a informação apenas que gerará, no pico máximo, 136 empregos. Utilizarão que tipo de mão de obra? Quanto tempo dura este pico máximo? E no pico mínimo, empregará quantos e durante quanto tempo? Qual a media de empregos durante a construção?

Dados Desatualizados

Encontramos nos RIMAs dados desatualizados referentes a vários tópicos, como população rural (utilizam informações de 1996), estudos sobre rede coletora de esgotos (Rio das Flores, na All, possui uma ETE)

Conclusão do RIMA 2011.

Na conclusão (pag 55) do RIMA de 2011 é citado que os impactos podem ser considerados de baixa magnitude, quando comparados aos benefícios sociais e econômicos que a construção da PCH Santa Rosa I trará para a região. Perguntamos:

Quais são estes benefícios econômicos, uma vez que os empregos são temporários e a PCH está isenta de pagar Royalties, outorga da água e impostos? Quais são estes benefícios sociais? Quais são as medidas a serem adotadas? Porque o RIMA não levou em consideração o turismo na região, bem como os projetos de desenvolvimento em andamento? Não teríamos com a PCH uma seria questão, pois este milionário empreendimento iria exaurir uma dos principais pontos desses municípios semi-rurais, que é sua qualidade de vida e o legado de seu patrimônio cultural?

É citado que no ano 2000 haviam expectativas positivas com relação ao empreendimento PCH. E para os dias atuais (2011) foi feita alguma pesquisa a este respeito? A grande maioria da população que consultamos é contra, ou quando muito, estão em dúvida sobre os reais efeitos do empreendimento. Fizemos campanha de conscientização comunitária no dia 07 de setembro último, e podemos comprovar isto. Um jornal de Valença RJ (segue em anexo) cobriu parte da Reunião Pública, sua matéria central cita isto, bem como no texto de uma colunista (Marilda Vivas).

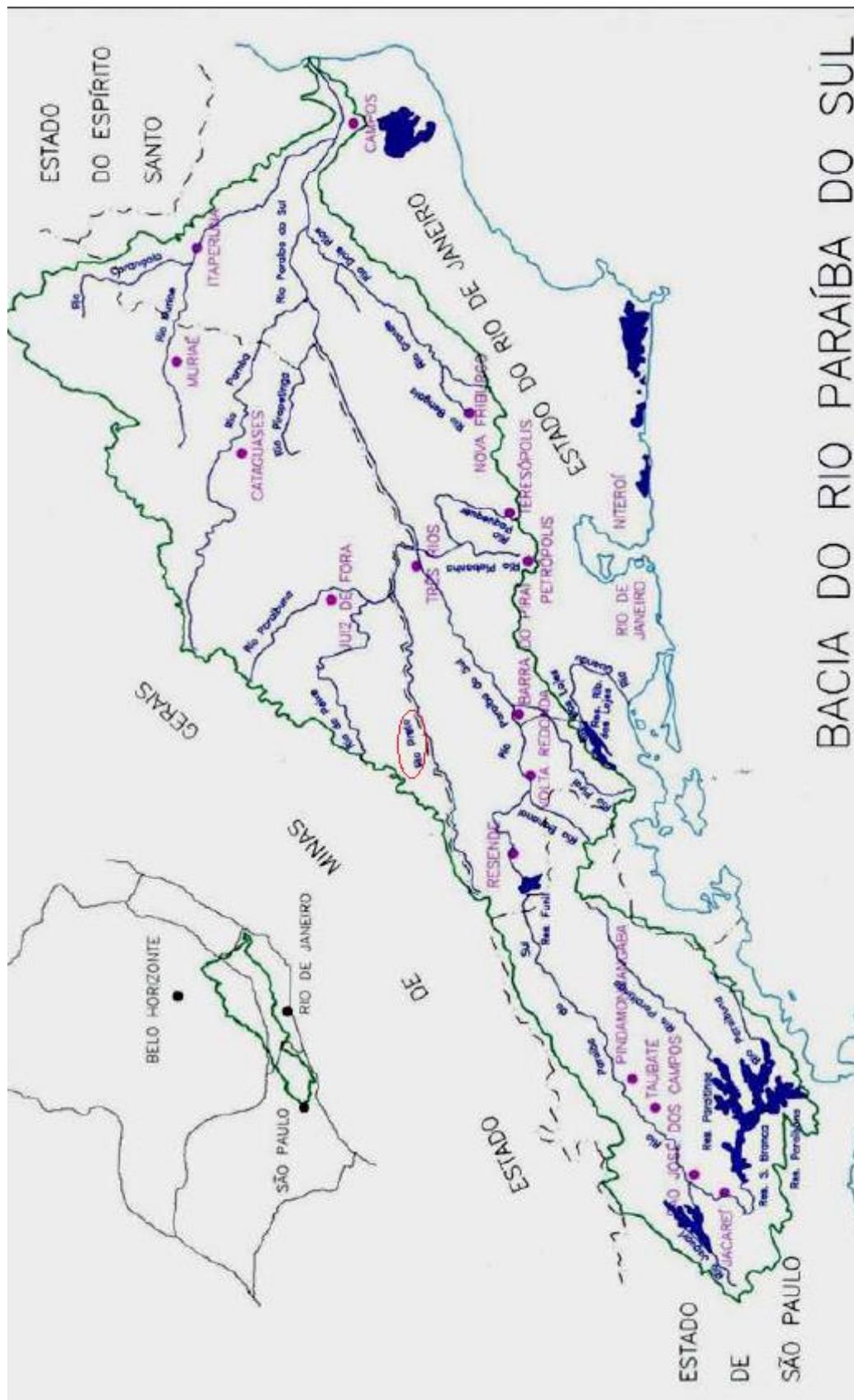
Desta forma, pedimos uma avaliação, considerando a continuidade e fortalecimento da política de valorização do patrimônio ambiental e histórico da região, somado ao turismo rural. Quais os reais benefícios que a PCH trará para esta região? Em termos financeiros, temos a citada matéria do jornal O Estado de São Paulo informa que uma PCH depois de pronta emprega apenas 4 pessoas (no caso técnicos especializados).

Quanto empregaria e geraria de recursos empreendimentos que recolhem impostos e empregam um número bem maior de funcionários? Quanto haveria de investimento, caso seja transformada numa área de interesse ecológico, garantindo recursos de dois municípios, dois estados e até mesmo do governo federal e de fundos mundiais? Dentro deste prisma a PCH trará mais compensações para o crescimento do IDH de ambos os municípios do que estas ações que estão em curso? Porque a empresa que elaborou o EIA/RIMA não considerou este índice de desenvolvimento humano?

Associação de Moradores de Porto das Flores, 13 de setembro de 2011

ANEXO B- LOCALIZAÇÃO DO RIO PRETO NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 2011.



ANEXO C- LOCALIZAÇÃO DA PCH SANTA ROSA I- Área de Influência Direta do Reservatório.

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 2011.



ANEXO D- DISTRITOS DE BELMIRO BRAGA (RJ- EM PRIMEIRO PLANO) E PORTO DAS FLORES (MG).

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 2011.

